

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)

UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ANDREW ZANELLA PARISOTTO

***“FICA SEVERAMENTE PROIBIDO CANTAR, ASSOBIAR OU CONVERSAR”*: uma
análise sobre o processo de disciplinarização da mão de obra operária na Metalúrgica
Abramo Eberle (MAE) na primeira metade do século XX**

São Leopoldo

2023

ANDREW ZANELLA PARISOTTO

***“FICA SEVERAMENTE PROHIBIDO CANTAR, ASSOBIAR OU CONVERSAR”*: uma
análise sobre o processo de disciplinarização da mão de obra operária na Metalúrgica
Abramo Eberle (MAE) na primeira metade do século XX**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciado em História,
pelo Curso de História da Universidade do Vale
do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador(a): Prof.^a Dr. Hernán Ramiro Ramírez

São Leopoldo

2023

AGRADECIMENTOS

Todo o desenvolvimento deste trabalho foi resultado da influência direta ou indireta de uma miríade de pessoas. Uma construção coletiva, mesmo este sendo, na prática, um trabalho de autoria individual, todo indivíduo é resultado da influência de um conjunto de pessoas. Nestes agradecimentos, quero destacar pelo menos algumas delas que foram fundamentais para eu estar nessa etapa atual da vida.

Inicialmente quero agradecer imensamente duas pessoas extremamente importantes que não podem mais estar presentes: minha avó materna Aurora Scapinello Zanella (*in memoriam*) e meu avô paterno Adalibio Parisotto (*in memoriam*), que sei que estariam felizes por eu ter chegado até aqui – e quem sabe estão, se caso houver um plano superior. Quero agradecer a minha avó paterna, Amélia Sampaio Parisotto, peça importante na minha educação desde de criança. A minha mãe, Marinês Zanella, que sem dúvidas fez sacrifícios enormes para educar seus dois filhos, sem seu apoio este trabalho nunca teria chegado até o fim. Ao meu pai, Leozir Parisotto e a minha madrastra Deise Parisotto, que moveram mundos e fundos para eu concluir minha graduação dos sonhos, sem o apoio deles isso tudo não seria possível.

No caso do meu período de Graduação, agradeço com todo coração a todos os professores e profissionais da Unisinos que possibilitaram eu chegar até aqui. Quero agradecer especificamente à antiga professora da Unisinos, a Prof. Dr. Eliane Cristina Deckmann Fleck que foi minha primeira orientadora durante minha passagem pela iniciação científica, onde tive um primeiro contato com o fazer histórico e que incrementou meu conhecimento intelectual. Ao meu orientador Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez, que apoiou desde o início o tema deste projeto, me dando confiança em tomar frente do desenvolvimento deste trabalho e possibilitando um maior aprendizado durante toda essa etapa. Quero destacar o meu apoio ao curso presencial de História da Unisinos, que nos últimos anos vem sendo desmontado paulatinamente pela instituição, com demissões de professores e com a extinção do PPGH, o que não é um caso isolado no Brasil, onde ocorre uma mercantilização massiva das universidades, descontinuação de cursos, sobretudo de humanidades, e um ataque voraz contra a produção científica deste país. Nunca tivemos um modelo de universidade popular para todos os integrantes da classe trabalhadora brasileira, no entanto, nos últimos anos há uma tentativa maior de sucateamento do ensino superior, sobretudo nas faculdades ditas “comunitárias” em benefício a modelos EAD, não tendo nenhum interesse de integrar um tripé universitário para o nosso desenvolvimento

social. Portanto, para uma universidade realmente ser comunitária, isto é, uma universidade que seja acessível para o povo (composto na sua grande maioria pela classe trabalhadora), há a necessidade de defendermos o projeto de uma universidade popular para todo o Brasil.

Deixo minha gratidão aos servidores públicos do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami pelo trabalho desenvolvido em buscar trazer luz à memória da região e por todo apoio dado ao cederem os documentos para essa pesquisa.

Quero deixar meus agradecimentos também aos meus camaradas e companheiros de luta, sobretudo aqueles da região da Serra Gaúcha e de Caxias do Sul: que nossos anseios pela construção de um mundo novo se concretizem. Ousar lutar! Ousar Vencer!

Agradeço do fundo do meu coração a todos meus colegas e amigos de estágio dos museus municipais de Caxias do Sul, com o qual compartilhei quase dois anos de minha vida e que possibilitou um estudo mais profundo sobre o tema tratado neste trabalho. Especialmente aos meus queridos amigos do Museu dos Ex-Combatentes da Força Expedicionária Brasileira da Segunda Guerra Mundial: Vinicius Zago, Renato Borssato, Cygely Imperial e Danielle Abreu dos Santos, com certeza os levarei para toda vida.

Quero também agradecer a meus amigos de longa data e companheiros das diversas bandas que tivemos, Lennon Chávez, Vinicius Parisotto Querino do Santos e Luis Henrique Colombo, vocês também fizeram parte disso, muito obrigado por tudo. Ao meu amigo, camarada e companheiro de transporte coletivo, Paulo Tonezer Júnior, por nossas conversas profundas sobre teoria, prática e vida durante nossos trajetos a Caxias do Sul, também agradeço imensamente por ter me auxiliado na organização deste trabalho. E ao meu amor e companheira de vida, Maria Eduarda Moraes da Natividade, pelo afeto e apoio dado a mim durante todo esse processo, sempre me estimulando a dar o meu melhor no que eu realmente amo fazer.

Aos não citados nominalmente, mas que também fizeram parte desta etapa da minha vida: gratidão por tudo.

Para finalizar, quero deixar claro que este trabalho surgiu também do anseio de entender a realidade e, a partir disso, procurar mudá-la. Este trabalho é fruto de um sentimento de revolta, mas também de esperança para com um mundo melhor. Agradeço profundamente aqueles que lutaram por um mundo melhor antes de mim e saúdo também aqueles que virão depois que eu não estiver mais aqui. Lutar! Criar! Poder Popular!

*“Não responda
nem questione
de preferência
não pense
mais que o estritamente
necessário.
Isso, muito bem.
Gostei de ver.
Quem olha nem imagina
que você sabe sorrir
e desobedecer.”*

(Golondrina Ferreira)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Trecho do Artigo 1º do Regimento Interno da Metalúrgica Abramo Eberle.....	75
Figura 2 – Artigo 3 e 4 sobre as proibições de dentro da fábrica e o regulamento da ida ao banheiro.....	76
Figura 3 – Trecho do jornal Caxias detalhando a visita do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, a Eberle em 1928.....	83
Figura 4 – Trecho do jornal Voz do Povo de 1946 sobre a perseguição de comunistas e sindicalistas nas fábricas da Metalúrgica Abramo Eberle.....	86
Figura 5 – Segundo trecho do jornal Voz do Povo de 1946 agora comentando especificamente sobre Abramo Eberle.....	86

RESUMO

O presente trabalho dedica-se a analisar o controle sobre os trabalhadores dentro do espaço fabril da Metalúrgica Abramo Eberle (MAE) na cidade de Caxias do Sul - RS durante a primeira metade do século XX, a fim de compreender como se deu o processo de disciplinarização do trabalho na nascente classe operária caxiense através de aparelhos de controle e de punição interno em um contexto onde a burguesia gaúcha se apropriar dos métodos de racionalização da produção, onde se objetivava ter a posse sobre o tempo do operário. O uso de fontes como os Regimentos Internos da Eberle (1924) e a caderneta de multa (1911), darão um panorama geral de como a empresa buscava cercear a liberdade dos seus operários a fim de concentrar o máximo possível da sua força de trabalho na produção – além do controle social e político. Além disso, foi buscado nas entrevistas de ex-funcionários da empresa informações sobre a disciplinarização que escapam do escopo das fontes documentais citadas anteriormente – e nos jornais – foi analisado os frutos dessa disciplinarização: a imagem de uma empresa ordeira, com operários laboriosos e disciplinados. Tudo isso para dar um panorama geral da disciplinarização em uma das maiores indústrias do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX, que mesmo pelo seu tamanho, conseguiu passar por nenhum processo massivo de greves e manifestações durante este período.

Palavras-chave: Classe operária. Caxias do Sul. Abramo Eberle. Disciplina. Burguesia industrial.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E ECONÔMICO DA “PÉROLA DAS COLÔNIAS” E DA SUA MAIS BRILHANTE PÉROLA: A METALÚRGICA ABRAMO EBERLE.....	14
2.1 A agricultura e o comércio.....	15
2.2 Da produção artesanal à industrial moderna.....	23
2.2.1 A indústria caixiense no contexto do desenvolvimento industrial sul-rio-grandense	25
2.3 Os Eberles e a Metalúrgica.....	31
2.4 Os construtores de riqueza: Quem foram os operários da Metalúrgica Abramo Eberle?.....	43
3 A BURGUESIA GAÚCHA E O DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL MODERNA.....	41
3.1 Uma fração de classe em ascensão: A consolidação da burguesia industrial no estado do Rio Grande do Sul.....	43
3.2 A racionalização da produção da indústria moderna: O uso do taylorismo e do fordismo no Rio Grande do Sul.....	53
4 A DISCIPLINA, O CONTROLE E A PERSUASÃO DO OPERARIADO NA METALÚRGICA ABRAMO EBERLE (MAE).....	66
4.1 Domesticação e adestração da força de trabalho.....	67
4.2 Abramo, O Bom Patrão.....	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92
ANEXOS.....	95

1 INTRODUÇÃO

“TRABALHO HONRADO E CONSTANTE TUDO VENCE” é o lema destacado na fachada da Fábrica 1 da Metalúrgica Abramo Eberle construída em meados dos anos 40¹. Um lema que representa uma miríade de elementos que constitui a dominação do capital sobre o trabalho na região de Caxias do Sul e suas implicações, sentidas até os dias atuais.

Nesse sentido, o atual trabalho é oriundo de indagações sobre, inicialmente, o conservadorismo engendrado em torno do ideal de trabalho desenvolvido na antiga região de colonização italiana. E, posteriormente, na inquietude que gerou a informação de não ter ocorrido nenhuma greve, e principalmente uma greve geral, em uma das maiores indústrias gaúchas da primeira metade do século XX, em especial durante a gestão do fundador da empresa, o Abramo Eberle.

Esses questionamentos geraram o interesse nos processos de disciplinarização e controle da empresa, a fim de procurar explicações sobre a falta de greves na metalúrgica em um período em que o estado do Rio Grande do Sul foi atravessado por greves e pelo acirramento da luta de classes. As reproduções de mecanismos de disciplinarização na sociedade capitalista podem ser definidos, a partir do pensamento foucaultiano, como

[...] uma modalidade de exercício de poder ou uma tecnologia de poder, isto é, uma maneira específica segundo a qual uns exercem o poder sobre outros. Ela não é uma inovação recente, tendo se tornado, sobretudo a partir do século XVIII, uma fórmula geral de dominação².

E teria como objetivo aumentar a capacidade produtiva dos corpos (econômica) e diminuir sua capacidade reativa e contestatória (política). Para citar um exemplo: um conjunto de operários dentro de uma fábrica que passa a produzir mais conforme a reorganização do trabalho e da adoção de novas tecnologias e concomitantemente, a partir da prática de coerção, passam

¹ TESSARI, Anthony Beux. **Imagens do labor: memória e esquecimento nas fotografias do trabalho da antiga metalúrgica Abramo Eberle (1896-1940)**. 2013. 636 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

² MENEGHETTI, Gustavo; SAMPAIO, Simone Sobral. **A disciplina como elemento constitutivo do modo de produção capitalista**. Revista Katalysis, v. 19, p. 135-142, 2016. p. 136.

a obedecer aos ditames da empresa. “A disciplina, pois, não é o remédio dado pós-conduta transgressora, mas antídoto necessário para evitar a saída da regra”³. Portanto, esse processo tem o intuito de constituir na subjetividade do sujeito disciplinado uma prática de autodisciplina, uma autovigília dos seus comportamentos e atitudes tanto no ambiente de trabalho quanto em outras esferas sociais.

Assim, em uma sociedade dominada pelo capital, sobretudo com o advento da indústria moderna, a disciplinarização passa a ter um papel fulcral no processo produtivo capitalista e na obtenção de mais-valor. Em uma sociedade marcada por relações econômicas típicas do meio rural, porém com a expansão dos modos industriais de produção, como é o caso de Caxias do Sul, a disciplina é usada de forma a educar essa mão de obra nas práticas de trabalho exigidas pela indústria capitalista moderna.

Assim, a população rural, depois de ter sua terra violentamente expropriada, sendo dela expulsa e entregue à vagabundagem, viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado⁴.

Com a disciplinarização, há também o domínio burguês sobre o tempo, que como desenvolveu Edward Palmer Thompson⁵, o uso dele passa a absorver características morais: o desperdício das horas de um dia em atos não considerados produtivos e úteis (para o capital) torna-se algo condenável, condicionando as fábricas a criarem formas de modificar a psique de seus operários e sua relação com as horas. No caso da Eberle, o título de uma das suas biografias “Abramo já tocou...” (1943) de Álvaro Franco remete justamente a sineta tocada pelo próprio proprietário da fábrica religiosamente todos os dias, gerando assim um mecanismo de disciplinarização, infringindo uma nova forma de lidar com o tempo nos seus operários, mas também na comunidade envolta de sua fábrica⁶.

³ *Idem*, p. 137.

⁴ Marx, 2013, p. 808 *apud* Meneghetti; Sampaio, 2016, p. 138.

⁵ THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493 p.

⁶ Lazzarotto, 1981; Tessari, 2013; Tissot, 2008; Tissot, 2011.

Na Eberle, surge então mecanismos de controle e disciplinarização do operário, os ditos manuais de punições e supervisão do ambiente fabril⁷, consolidando uma prática que se intensificou a partir do aprimoramento e da expansão da fábrica nos próximos anos. Neste trabalho, serão analisados de forma aprofundada dois deles: o Caderno de Multas (1911) e o Regimento Interno (1924). Sem deixar de lado o contexto que ambos os documentos estão inseridos, que é do aprimoramento das formas organizativas de produção a partir de métodos de racionalização como o taylorismo e o fordismo. Métodos esses fundamentais para a expansão da produção capitalista para uma nova etapa de desenvolvimento. E é nesse período que os mecanismos de disciplinarização e controle chegam a um novo patamar, pois as contradições entre capital e trabalho se intensificaram e colocaram luz a um problema crescente para a burguesia industrial: a organização do proletariado em sindicatos e partidos políticos, resultando numa força política que só a coerção e a repressão não seriam suficientes em anular sua crescente influência no operariado regional, principalmente por pautas economicistas (melhorias salariais, férias remuneradas etc.).

Por isso, a coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consentimento, e isto pode ser obtido, nas formas adequadas de uma determinada sociedade, por uma maior retribuição que permita um determinado nível de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de trabalho⁸.

Os mecanismos de persuasão foram adotados de forma diferente a depender da política empresarial adotada por cada empresário, figuras como Abramo Eberle e A.J. Renner adotaram práticas paternalistas com seus operários a fim de “amansá-los” e desmobilizá-los frente aos movimentos reivindicatórios que vinham ocorrendo. Em um período onde a política sul-riograndense era hegemonizada pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR)⁹, a burguesia industrial, buscando conquistar uma posição mais hegemônica no estado, aproveitando o espaço concedido pelo projeto de capitalismo global desenvolvido pelos republicanos, precisava consolidar seu domínio e sua hegemonia dentro do seu espaço produtivo “A hegemonia vem de

⁷ Marx, 2013 *apud* Meneghetti; Sampaio, 2016, p. 139

⁸ GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 405.

⁹ PESAVENTO, S. J. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS 1889-1930)**. 1. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. v. 1. 279p.

fábrica”¹⁰, já diria o intelectual italiano Antônio Gramsci, e para exercê-la era necessário deter também o controle sobre a superestrutura, por meio de ferramentas propagação ideológica (jornais, organizações beneficentes etc.). Portanto, o entendimento da formação da burguesia industrial gaúcha enquanto classe se torna fundamental para a compreensão do desenvolvimento do processo de disciplinarização e controle dentro da metalúrgica caxiense, sobretudo para entender como foram desenvolvidas essas práticas no estado.

Neste trabalho, iniciaremos a partir da política imigratória e posteriormente compreendendo o desenvolvimento econômico local, desde o assentamento das pequenas propriedades e da expansão da agricultura, passando pelo enriquecimento da cidade através da sua inserção no mercado regional através do comércio, o enriquecimento dos comerciantes e o aprimoramento das pequenas manufaturas e indústrias, que durante o pós-Primeira Guerra Mundial, se qualificaram e chegaram a um patamar de importância regional, sendo a principal delas a própria Metalúrgica Abramo Eberle. A relevância em abordar esses elementos está na compreensão de como se deu o incremento da desigualdade social¹¹ na principal colônia da antiga região colonial italiana, buscando com isso entender como ocorreu a liberação da mão de obra do campo, a partir do empobrecimento dos pequenos agricultores, que levaria seus descendentes a se inserirem nas indústrias nascentes de Caxias do Sul.

Este trabalho pretende se afastar de interpretações que por muito tempo hegemonizaram a historiografia sobre o desenvolvimento econômico e social local, tendo muitas vezes uma visão ufanista sobre o processo de imigração, alegando que o “sucesso” da imigração da chamada “Pérola das Colônias”, seria algo inerente ao imigrante europeu, que carregaria o “espírito empreendedor” ou que levavam consigo um comportamento “ordeiro” e “disciplinado”

¹⁰ Gramsci, *op. cit.*

¹¹ STORMOWSKY, M. S. **Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias – 1875-1910.** 2005. 185f. Dissertação (Mestrado) – UFRGS. Porto Alegre. 2005. p. 35.

Mas esses aspectos não devem ser generalizados enquanto característica étnica, nem podem ser elevados a primeiro fator explicativo do êxito econômico de uma região. Esse discurso do progresso é bastante difundido e tem se constituído em um forte elemento da formação identitária dos descendentes de imigrantes italianos¹².

O que demonstraremos com este trabalho é que parte dessa percepção está justamente vinculada a uma instrumentalização do trabalho como ferramenta ideológica pela burguesia industrial local e outros setores do conservadorismo caxiense. Que o processo de disciplinarização, controle e persuasão, fazem parte da estruturação de uma base ideológica burguesa da elite local e de seu projeto hegemônico. No entanto, não procuraremos impor uma conclusão definitiva sobre o processo de disciplinarização e controle na Metalúrgica Abramo Eberle – até porque pela característica deste trabalho isso seria impossível –, mas, sim, abrir novas perguntas e hipóteses para pesquisas futuras. Estudar sobre a maior indústria da cidade mais populosa da antiga região de colonização italiana significa adentrar em diversos aspectos que constituem a sociedade em que ela surgiu. E, por esse motivo, analisaremos elementos constitutivos da comunidade em que se estabeleceu uma das principais metalúrgicas nacionais da primeira metade do século XX.

¹² *Id. Ibid.* p. 13.

2 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E ECONÔMICO DA “PÉROLA DAS COLÔNIAS” E DA SUA MAIS BRILHANTE PÉROLA: A METALÚRGICA ABRAMO EBERLE

O intuito deste capítulo não é reduzir o desenvolvimento econômico da cidade de Caxias do Sul a um progresso linear, muito comum em uma historiografia mais tradicional sobre a região, que coloca como natural a evolução da agricultura para o comércio e dessa para o artesanato, findando, assim, no desenvolvimento da indústria moderna. Partir dessa perspectiva seria simplificar um processo complexo que envolveu diversos grupos e classes sociais, políticas governamentais, interesses coletivos e privados etc. O objetivo, portanto, é compreender as nuances do processo do progresso econômico da região e o que fez ela se tornar um dos maiores polos industriais do Brasil, sendo o segundo no ramo metalmeccânico.

No entanto, não é também o papel deste capítulo aprofundar para além do que é do seu feito, do que cabe a ele em suprir as necessidades impostas pelos objetivos do trabalho. Compreender o desenvolvimento econômico de Caxias do Sul é entender qual foi seu papel na organização do trabalho e na formação das classes antagônicas que é basilar na questão da disciplinarização do espaço industrial moderno. A burguesia industrial e o proletariado caxiense são frutos desse progresso econômico que impressionou figuras públicas e de estado – tanto regionais, nacionais, como estrangeiras – que visitaram a cidade nas primeiras décadas do século XX¹³, e que consolidou como hegemônicas as relações sociais capitalistas durante esse período.

Os “personagens” que permeiam esse trabalho são frutos desse progresso econômico da antiga colônia, sendo até mesmo símbolo do “sucesso da imigração”, que é muitas vezes encarnado na figura do empresário Abramo Eberle e da “obra” que leva seu nome, a Metalúrgica Abramo Eberle¹⁴. A formação da classe trabalhadora na região acompanha o acirramento das relações capitalistas no campo, a liberação da mão de obra dos filhos de imigrantes que não encontram mais na agricultura um espaço para exercer atividades para sua subsistência, além de vários migrantes internos, que saíam das diversas regiões do Rio Grande do Sul para compor a força de trabalho em uma das maiores metalúrgicas da América Latina.

¹³ Detalhar-se-á mais no capítulo 3 deste trabalho, quando trataremos depoimentos de figuras públicas nacionais por meio dos jornais do período.

¹⁴ A metalúrgica recebeu diversos nomes durante sua existência. Entretanto, neste trabalho, será referendada como Metalúrgica Abramo Eberle.

Assim, o presente capítulo busca contextualizar os objetos que serão os agentes dos processos de disciplinarização: a metalúrgica, a qual será o espaço onde o controle sobre os operários será exercido; o burguês, nesse caso Abramo Eberle, sua trajetória e sua constituição enquanto uma figura da classe dominante; e o proletariado, no qual o foco das políticas de controle e de disciplinarização será centrado.

2.1 A agricultura e o comércio

Na segunda metade do século XIX, por meio de uma política imperial de colonização em regiões onde havia terras devolutas do Brasil, a região serrana do Rio Grande do Sul passou a ser ocupada por núcleos familiares oriundos do continente Europeu, sobretudo da região norte do recém fundado Reino da Itália. Essa empreitada do Império do Brasil teve como um de seus objetivos ocupar esses territórios¹⁵ e desenvolver aí uma economia pautada na pequena propriedade¹⁶. A intenção de buscar imigrantes europeus em detrimento dos próprios brasileiros para ocuparem essas terras está apoiada sobretudo por uma ótica racialisista bastante em voga nos setores da intelectualidade brasileira do período¹⁷, que considerava o negro ou o não-branco [o que representava a maior parte da população brasileira naquele momento] como incapazes, preguiçosos e inferiores aos brancos, principalmente europeus¹⁸. Nesse sentido, como já se vis-

¹⁵ Esses territórios eram vistos como “vazios geográficos” pelos perpetuadores da colonização. No entanto, tais territórios eram ocupados por populações Kaingang, que viviam ali desde muito antes de qualquer presença europeia na região que atualmente compreende o Rio Grande do Sul. Essas populações passaram por uma tentativa de extermínio e de expulsão de suas terras ancestrais perpetuadas tanto pelo Império quanto pela, na época, província do Rio Grande do Sul. Historiograficamente, a presença indígena foi abordada como um passado “primitivo”, “atrasado” e “incivilizado” pelos historiadores mais tradicionais da região. Atualmente, esse passado vem sendo revisitado, principalmente pela maior presença indígena na atualidade na comunidade da região serrana e pela sua militância política que tenta enfrentar todas as violências e perseguições históricas que seu povo vem sofrendo desde que o primeiro europeu pisou nessas terras. Ver mais em: DORNELLES, Soraia Sales. **A experiência vivida por imigrantes italianos e índios Kaingang na Serra gaúcha (1875- 1925):** pioneiros em terras incultas e devolutas. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. Anais do [...] Simpósio Nacional de História. Fortaleza: Editora, 2009. p. 426-426.

¹⁶ “Com o fim da Guerra do Paraguai e, um ano após, a aprovação da Lei do Ventre Livre, o Governo Imperial procurou acelerar a vinda de imigrantes para abastecer a grande lavoura. Em reunião do Conselho de Estado, em 15 de novembro de 1871, discute-se a proposta feita pelos empresários Inácio Galvão e Francisco Pinheiro Guimarães, para a introdução de imigrantes em grande escala, num prazo de vinte anos com subvenção do Tesouro e assentamento em regiões ribeirinhas e ao longo de ferrovias, prevendo-se a vinda de 255 mil imigrantes, sendo que 155 mil destes viriam de forma espontânea.” (Machado, 1999, P. 70). Sobre como se desenvolveu a política de colonização do Império ver: MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império.** 1ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Coleção Síntese Rio-Grandense. Edição reimpressa em 2011., 1999. v. 1. 140p;

¹⁷ CARULA, Karoline. **Espaços públicos de vulgarização científica na capital imperial (1870-1889).** Revista de História da Unisinos, v. 18, p. 78-90, 2014.

¹⁸ MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Perspectiva S/A, 2019.

lumbrava o fim do trabalho escravo nos finais dos oitocentos, a preocupação de suprir a necessidade da mão de obra nas grandes lavouras acompanhou as ideologias racialistas que buscavam marginalizar o negro, agora “inútil” e descartável aos olhos das elites nacionais. O imigrante europeu se tornou, assim, a solução tanto para o problema de mão de obra quanto para a “questão do negro”

O auge da campanha pelo branqueamento do Brasil surge exatamente no momento em que o trabalho escravo (negro) é descartado e substituído pelo assalariado. Aí coloca-se o dilema do passado com o futuro, do atraso com o progresso e do negro com o branco como trabalhadores. O primeiro representaria a animalidade, o atraso, o passado, enquanto o branco (europeu) era o símbolo do trabalho ordenado, pacífico e progressista. Dessa forma, para se modernizar e desenvolver o Brasil só havia um caminho: colocar no lugar do negro o trabalhador imigrante, descartar o país dessa carga passiva, exótica, fetichista e perigosa por uma população cristã, europeia e morigerada¹⁹.

Clóvis Moura, ao estudar a formação da sociedade brasileira, que considera a questão racial como basilar no desenvolvimento social brasileiro, no seu livro *A Sociologia do Negro Brasileiro* traz a imigração de mão de obra europeia como um dos fatores importantes para a marginalização do negro durante o século XIX. Embora o sociólogo foque mais na imigração para as grandes propriedades cafeeiras paulistas, no processo de substituição da mão de obra escravizada pela europeia livre, a imigração italiana nas pequenas propriedades do sul do país carrega consigo, na sua essência, as mesmas características citadas pelo autor conforme trazido no trecho acima. Ao escolher o imigrante europeu em detrimento dos lavradores pobres gaúchos, principalmente oriundos da região do planalto e das missões, que eram na sua maioria negros e não-brancos, tanto os administradores imperiais como os provinciais se pautaram nas ideologias raciais do período: “O imigrante era enaltecido na sociedade gaúcha como ordeiro, trabalhador e ‘civilizador’; os lavradores brasileiros pobres, ao contrário, eram associados à preguiça, à degeneração e à violência, além de serem marcados por um forte discurso racista”²⁰.

¹⁹ Moura, *op. cit.*, p. 197.

²⁰ Stormowski, 2005, p. 144.

Neste sentido, podemos caracterizar a imigração à pequena propriedade como parte desse projeto de embranquecimento da população brasileira. O fato do imigrante ser proprietário de terra, mesmo que familiar, já coloca ele em uma situação mais vantajosa que boa parte da população negra e não-branca do período

A simples propriedade da terra representava uma diferenciação social destes imigrantes em relação, por exemplo, aos “caboclos”, que formavam uma importante população nacional sem títulos de propriedade. Mesmo considerando as dificuldades de realização em mercado inerentes a uma transação imobiliária, que para os agricultores era ainda maior (pois havia um custo subjetivo relacionado com a possibilidade de desarticulação temporária da produção), o processo de colonização lhes possibilitou a aquisição da terra, que permite obter os meios para a própria sobrevivência e para inserirem-se no mercado²¹.

Com isso, durante todo o século XIX foi demarcada uma desigualdade profunda entre os ditos caboclos e os imigrantes europeus.

À vista do desenrolar da colonização italiana, a cidade de Caxias do Sul surge nesse contexto como uma colônia, sendo o terceiro núcleo colonial do Império na região da atual Serra Gaúcha. A ocupação dessa região se deu com base na pequena propriedade, dividida em lotes de terra, distribuídas em travessões dentro de 17 léguas de território, totalizando uma área de 7.817 km², com o objetivo econômico de potencializar e diversificar a produção agrícola da província, visando essencialmente a importação para o mercado interno brasileiro²². Cada núcleo familiar de imigrantes recebia alguns hectares de terra, podendo chegar de 15 a 60 hectares, dependendo de quantas pessoas o núcleo familiar era composto e de suas condições financeiras. A preocupação do governo Imperial com o sucesso da colonização fez com que surgisse um regulamento, a partir do Decreto Imperial n.º 3.784, que continha uma série de especificidades para evitar qualquer tipo de problema que possa ocorrer durante a execução da empreitada colonizadora. Uma das principais questões do regulamento era a própria distribuição da terra aos imigrantes, como demonstrado por Machado:

²¹ *Ibid.*, p. 153.

²² Herédia, V. B. M. **Condições socioeconômicas do processo de industrialização no município de Caxias do Sul**. In: Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana e IX Fórum de estudos ítalo brasileiros, 1999, Caxias do Sul – RS. Anais do Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana. Caxias do Sul – RS: Educs, 1999. p. 396-419.

Para isso são oferecidos lotes por preços baixos, que deveriam ser pagos em cinco vezes, em sete anos. Há desconto de 6% sobre parcelas pagas antes do prazo estipulado. O regulamento não prevê expulsão ou execução de dívida de colono inadimplente, mas perderá direito ao lote todo aquele que, dentro de dois anos, não estabelecer-se no mesmo com moradia habitual e cultura efetiva²³.

A partir disso, as vendas dessas terras aos imigrantes acabaram sendo “[...] favoráveis pelo preço, pela forma de pagamento e praticamente o ônus desse empreendimento foi assumido pelo poder público”²⁴.

Com a fixação da pequena propriedade, a produção agrícola local começava a se desenvolver, num primeiro momento, suprimindo as necessidades dos próprios colonos e de suas famílias, como forma de subsistência. Porém, visando uma produção que gerasse o excedente agrícola para comercialização, os agricultores tiveram que aumentar sua produtividade a fim de tornar seus produtos competitivos no mercado regional e nacional.

A inserção a uma economia de mercado foi feita de forma paulatina, a produção agrícola aumenta de forma bastante significativa no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A forma de cultivo se caracterizava pela rotação de terras, algo característico do modelo agrícola europeu, sendo cultivadas diversas culturas como uva, milho, feijão, cevada, lúpulo, hortaliça, frutas, noqueiras, batatas, cevadas, oliveiras e trigo²⁵. “Dessa experiência, pode-se dizer que os colonos italianos optaram por lavouras do tipo temporário, como milho, trigo, feijão batata e mandioca, e a uva foi utilizada como cultura permanente”²⁶.

A principal cultura produzida na colônia era a do milho, mas também produziam banha, arroz, feijão, erva mate, cana-de-açúcar etc. “[...] a produção de milho, feijão e batata inglesa diminuiu nas colônias alemãs durante a década de 1890, mas sua produção cresceu neste período nas colônias italianas.”²⁷. O trigo teve um início promissor nas colônias italianas: “Em 1909, o Rio Grande do Sul colheu 15.250 toneladas de trigo, sendo 70% da região italiana.”²⁸.

²³ Machado, *op. cit.*, p. 84.

²⁴ Herédia, 1999, p.398.

²⁵ HERÉDIA, V. B. M. **A economia imigrante no desenvolvimento da cidade**. In: Loraine Slomp Giron e Roberto R.F. do Nascimento. (Org.). *Caxias Centenária*. 1. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2010, v. 1, p. 115-132.

²⁶ Herédia, *op. cit.*, p.116.

²⁷ Stormowski, 2005, p. 144.

²⁸ *ibid.* p. 145.

O desenvolvimento e o fortalecimento da cultura da uva para a confecção de produtos como o vinho e a “graspa” fortalecem a economia local, principalmente a partir da profissionalização da produção com a criação de cooperativas vinícolas e posteriormente vitivinícolas²⁹. Com a produção agrícola dando resultado, Caxias se torna o principal centro econômico da região, tanto que em 1898 era chamada por Júlio de Castilhos, governador da província no momento, de “Pérola das Colônias” pela sua importância no desenvolvimento econômico regional.

A cimentação da produção agrícola e o desenvolvimento econômico da cidade possibilitaram o enriquecimento dos comerciantes locais que foram beneficiados com a inserção da cidade na cadeia comercial sul-rio-grandense. A forma mais utilizada para o transporte de mercadorias nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX era por meio fluvial. No entanto, em Caxias do Sul e outras colônias da região serrana, por estarem mais distantes do rio Jacuí e de uma via fluvial que desaguassem na região metropolitana, o transporte terrestre se tornou o principal meio de ligação dessas colônias aos mercados da região metropolitana de Porto Alegre. Havia duas rotas que faziam a ligação das colônias italianas da capital do estado:

A primeira era a picada mais tarde denominada Buarque de Macedo, que em seis dias em lombo de muares e depois em carretas, de Dona Isabel chegava-se a Montenegro, porto fluvial da Colônia alemã no rio Caí, com transporte rápido de um dia até Porto Alegre. Outra picada saía da Colônia de Caxias e dirigia-se a São Sebastião do Caí, levando o mesmo tempo de viagem que na picada Buarque de Macedo.³⁰

O desenvolvimento do comércio local, portanto, dependia da qualidade das estradas. O aprimoramento delas era um pedido recorrente tanto dos transportadores (carreiros, tropeiros etc.) como dos próprios comerciantes, já que a demora e a precariedade das estradas afetavam diretamente seus lucros. Porém, mesmo com essas intercorrências, o comércio conseguiu se instalar de forma satisfatória na região colonial italiana. Um exemplo disso é o número crescente de tropas de muares e de carretas que surgiram no final do século XIX em Caxias. Somado

²⁹ A criação das cooperativas vitivinícolas surge num contexto de crise da produção em 1929, sendo a Cooperativa Vitivinícola Forqueta a primeira a ser desenvolvida na América Latina. Ver mais em: GIRON, Lorraine Slomp. **80 anos de lutas – 1929-2009 – A Cooperativa Forqueta e o Cooperativismo Vitivinícola Gaúcho**. Porto Alegre: SESCOOP, 2009. 132p.

³⁰ Lorenzoni, 1979, p.47 *apud* Machado, *op. cit.*, p. 94.

a isso, segundo Stormowsky³¹, em média 40 carretas iniciavam viagens todos os dias em 1908, o que demonstra uma alta comercialização para fora do município.

Os responsáveis pelas atividades comerciais poderiam ser tanto comerciantes pequenos, tropeiros e carreteiros, como grandes comerciantes atacadistas detentores de um estoque mais diversificado e luxuoso. Os comerciantes se estabeleceram como um intermédio entre os mercados da província e os agricultores. Essa relação era marcada por um contrato desigual para o agricultor

O comerciante era responsável pelas trocas de produtos e pelo decorrente empobrecimento dos colonos. As trocas sempre o favoreciam. À medida que enriquecia, os colonos ficavam mais dependentes. As contas cresciam nas cadernetas feitas pelos colonos, não bastando poucos produtos entregues na venda da colônia para suprir os débitos.³²

A diferenciação entre os comerciantes também era presente nos livros de impostos, havendo cinco classes distintas de impostos sobre a atividade comercial, como traz Stormowsky³³, “[p]rovavelmente os de 5ª classe vendiam apenas produtos agrícolas, enquanto os de 1ª classe exportavam também produtos manufaturados – por exemplo, Abramo Eberle, funileiro, também pagou imposto sobre produção de 1ª classe”. Isso demonstra uma certa diversidade nos tamanhos de casas comerciais na colônia e, nesse sentido, mesmo tendo uma presença até mesmo na área rural, a maioria das casas de comércio, entre elas as maiores, estava presente no meio urbano.

Pelo menos até o final do século XIX, o comércio local era dominado por comerciantes atacadistas da região colonial alemã, instalados em Porto Alegre, que intermediaram as trocas entre o mercado colonial italiano e o da metrópole. Portanto, a inserção a um mercado regional já estruturado pelos comerciantes alemães, somado com a integração de Caxias com as regiões

³¹ A historiadora faz todo um detalhamento sobre o uso de carretas no comércio de Caxias do Sul, em sua dissertação. Stormowski, 2005, p. 35.

³² Herédia 1999, p. 402.

³³ *Id. Ibid.*, p. 75.

coloniais alemães pelo fato de ter sido distrito de São Sebastião do Caí, deu à colônia italiana a possibilidade de expandir seu desenvolvimento econômico para fora da sua região colonial³⁴.

O intermédio com os comerciantes alemães passou a ser superado quando os comerciantes italianos começaram a ter uma maior autonomia no transporte de mercadorias, sendo um exemplo disso a inserção dos vinhos caxienses no mercado paulista na primeira década do século XX. Nesse sentido, com a necessidade de aumentar suas influências políticas na região a fim de garantirem seus interesses, como o caso da melhoria das estradas e das infraestruturas de transporte, em 1901 os comerciantes locais criaram a Associação de Comerciantes, com cerca de 47 sócios. Além de pressionar o governo da província na construção de uma linha férrea e de pontes para o barateamento do transporte de mercadoria, a associação também exigia uma maior defesa da produção local de vinho, garantindo uma fiscalização mais eficiente e o aperfeiçoamento dos locais em que os vinhos eram depositados, a fim de manter a qualidade do produto, valorizando-o no mercado nacional. Na mesma direção, em 1905, os comerciantes criaram uma lista de inadimplentes com nomes de devedores que não pagavam suas dívidas, além de buscar manter Caxias na rede comercial sul-rio-grandense, algo essencial para esses comerciantes.

Para ser um comerciante, principalmente com grande influência, não era algo simples e nem todos os imigrantes que chegaram na região teriam condições para tal empreitada

[...] Entre os caminhos existentes para uma família chegar a estabelecer uma casa comercial estava a comercialização de produtos locais ou a diferenciação produtiva buscando incrementar sua renda. Outra forma de o comerciante potencializar sua capacidade de acumulação de capital era trocar os vales emitidos pelo governo[...] Por fim, deve-se observar que estes caminhos eram difíceis de serem trilhados, e em muitos casos os comerciantes devem ter tido condições econômicas diversas desde o início, como ter recebido auxílio paterno no Brasil ou ter imigrado com algum capital para investir.³⁵

Ademais, novamente dialogando com Stormowsky, boa parte do capital dos grandes comerciantes não estava investido em estoque, mas sim no setor fundiário, onde mais da metade

³⁴ STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **As bases de um século de desenvolvimento.** In: Giron, Loraine Slomp; Nascimento, Roberto R. F. do. (Org.). Caxias Centenária. Caxias do Sul: UCS, 2010, p. 133-158.

³⁵ StormowskiI, 2005, p. 112-113. [grifo nosso]

do patrimônio era composto por casas e terras e em seguida o estoque de mercadorias, isso mostra a capacidade de acumulação de capital resultante do comércio³⁶.

A historiografia sobre o desenvolvimento econômico traz elementos que relacionam o aumento da acumulação de capital pelo comércio com a industrialização, porém é estranho analisar essa relação antes de 1910, apesar de muitos comerciantes terem sim investido no setor produtivo, nada resultou em configurou em uma grande indústria. Além disso, conforme Stormowski, ser um comerciante resultava em um status social muito mais atrativo do que ser um proprietário de oficina ou um artesão, principalmente pelo retorno financeiro que a atividade gerava. A autora comenta que a indústria local anterior a 1910 era basicamente formada por oficinas artesanais voltadas sobretudo para o mercado local, caracterizada por uma certa instabilidade marcada pelas constantes mudanças de ocupação dos imigrantes [eles combinavam funções artesanais e agrícolas a fim de conseguir um meio de se estabelecer na localidade]. Também é perceptível a existência, dentro de um setor produtivo ou comercial, tanto de um mercado de troca simples como de um mercado com características capitalistas: “Nos setores que passaram a participar regularmente do mercado regional, ocorreu uma maior concentração de capital, como era o caso dos proprietários das maiores casas de comércio e também dos donos de moinhos e serrarias”³⁷.

No entanto, com a chegada da linha de ferro em 1910 há uma mudança substancial no desenvolvimento da agricultura familiar, do comércio local e, conseqüentemente, de seu setor produtivo. Assim, com uma disponibilidade de capital maior, houve um contexto econômico mais propício para o desenvolvimento do setor produtivo na região, que partia sobretudo do aumento da produção agrícola local e com a expansão do comércio. Sobre isso, trabalharemos no subcapítulo seguinte.

³⁶ A historiadora conclui isso com base da média dos inventários de comerciantes estudados: “A capacidade de acumulação superior da atividade comercial se reflete nos bens dos comerciantes. Na média da composição do capital dos comerciantes, o principal investimento – mais da metade dos bens – constituía-se de terra e casas, e em segundo lugar, dos estoques. A terra e as casas foram consideradas juntamente na análise do patrimônio porque em vários dos inventários estes bens foram avaliados juntos, sendo impossível desagregar os valores.” (Stormowski, p. 103-104).

³⁷ Stormowski, 2005, p. 85.

2.2 Da produção artesanal à indústria moderna

No tópico anterior abordamos o desenvolvimento de dois setores importantes para o desenvolvimento econômico e social da cidade de Caxias do Sul, mas é preciso enfatizar que apesar de estar em um tópico específico, o setor produtivo, tanto artesanal, manufatureiro ou industrial, não está desvinculado de todo o contexto econômico local. No início esse setor, principalmente o da produção artesanal, estava muito vinculado ao espaço doméstico ou dentro da propriedade familiar, tendo como objetivo produzir insumos ou produtos para familiares e conhecidos próximos. Com uma população majoritariamente camponesa ou ligada à agricultura, o setor manufatureiro incipiente acabou tendo sua produção girada a suprir as necessidades desse setor econômico, como no caso dos moinhos ou das vinícolas, ou de pequenas manufaturas responsáveis em produzir ferramentas e objetos relacionados ao cotidiano da vida no campo³⁸.

Caxias, nesse sentido, foi composta por um setor produtivo bastante diverso desde os seus primeiros anos, além dos empreendimentos que buscavam suprir a necessidade da produção agrícola local³⁹, os empreendimentos vinculados ao extrativismo tiveram uma grande expansão nos primeiros anos da colônia:

A extração da madeira foi o sustentáculo da indústria extrativa e manufatureira, tendo um acelerado desenvolvimento na região. [...] O número de serrarias reflete a importância dessa atividade econômica na ocupação do espaço e na construção das cidades. A serraria não era considerada uma indústria doméstica, já que seus proprietários eram habitualmente comerciantes.⁴⁰

Porém, mesmo com um desenvolvimento econômico expressivo nas primeiras décadas de colonização, fruto principalmente do avanço da produção agrícola das pequenas proprieda-

³⁸ Herédia, 2010.

³⁹ “Em 1878, apenas 3 anos após o início da imigração, existiam em Caxias 10 casas de comércio de produtos secos e molhados, 2 carpintarias, 2 ferrarias, 2 sapatarias, 1 alfaiate, 1 barbearia e 5 moinhos, um deles movido a vapor. Em 1882 existiam 1 fábrica de cervejaria, 1 de sabão, vários coureiros, várias ferrarias, latoarias, relojarias, carpintarias, barbearias, sapatarias e iniciava a cultura de parreirais, de cereais e de amoreiras (estas últimas eram cultivadas para alimentação do bicho-da-seda).” Stormowski, 2005, p. 56.

⁴⁰ Herédia, 2010, p. 118.

des e da inserção da colônia no comércio provincial, o setor produtivo da região, em sua maioria, não foi composto por empreendimentos fabris e industriais modernos⁴¹, mas sim por oficinas de artesanatos e, de forma mais reduzida, pequenas manufaturas. A matéria prima desses negócios era adquirida localmente, oriunda na sua maioria do extrativismo, da agricultura e da pecuária, o que, segundo Stormowsky, representava 83% de todas as unidades produtivas contidas nos livros de impostos de cada ano⁴². Os que dependiam de matéria prima importada eram “basicamente as fábricas de fogos de artifício, cerveja, café, ourivesarias, tipografias, ferrarias, funilarias, fundições, fábrica de carretas e tanoarias, e muitas delas surgiram apenas nos últimos anos da amostra”⁴³, porém, essas ainda eram de um tamanho pouco considerado.

Um dos fatores que comprovam a quase nula presença de unidades produtivas com características fabris é o número de funcionários desses empreendimentos. Muitas dessas oficinas e pequenas manufaturas tinham apenas o proprietário, o sócio ou poucas unidades de trabalhadores, alguns destes aprendizes menores, podendo ser até mesmo os filhos menores do proprietário. Pelo menos até as primeiras décadas do século XX, a organização da produção das unidades produtivas de Caxias se manteve igual, onde o trabalhador dependia das ferramentas e da sua força manual na produção, quanto muito de uma máquina que era mera extensão do próprio braço⁴⁴. Em alguns casos, esses empreendimentos eram de famílias de agricultores que tentavam diversificar sua base econômica, para superar a subsistência, com o objetivo de produzir tanto para bem próprio quanto para comercialização. Algo que colabora com isso é a grande quantidade de manufaturas e oficinas da área rural da colônia, superando em números o perímetro urbano, sendo a maior parte delas de pequena capacidade produtiva. Contudo, esse aspecto está vinculado a um contexto de desenvolvimento e diversificação da produção e expansão do mercado local que ocorreu em Caxias do Sul nos últimos anos do século XIX, sintoma de um processo inicial da industrialização da região e de sua inserção em uma economia de

⁴¹ Uma das únicas unidades produtivas com características fabris do período está vinculada ao setor têxtil, sendo a mais conhecida delas é a denominada Lanifício São Pedro S.A. Inicialmente, tratou-se de uma cooperativa chamada de Cooperativa Têxtil *Tevere e Novità*, fundada em 1898 por imigrantes italianos da região de Schio – muitos destes antigos operários do Lanifício Rossi, na mesma cidade. Posteriormente, em 1904, foi comprada por Hércules Galló, o qual dará o nome para a vila operária formada em torno da fábrica, a chamada Galópolis, sendo, então, totalmente adquirida pela Companhia Chaves & Irmãos em 1928 se tornando o Lanifício São Pedro S.A. Ver mais em: HERÉDIA, V. B. M.; FONTANA, G. L. **Emigração, industrialização e cultura do trabalho: o caso de Galópolis, primeira indústria têxtil na zona de colonização italiana no Rio Grande do Sul.** *Ricerche Storica*, v. 3, p. 99-111, 2018.

⁴² Stormowski, 2005.

⁴³ *Id. Ibid.* p. 65.

⁴⁴ *Id. Ibid.*

mercado. Nesse sentido, Stormowsky busca delimitar e caracterizar o modo de produção colonial durante o final do século XIX e início do século XX:

Algumas famílias passavam a produzir para a comercialização; algumas viviam praticamente num nível de subsistência, enquanto outras chegavam a investir em algumas máquinas e mão-de-obra extra. **Não se pode afirmar que as características de uma economia capitalista, economia de mercado e industrialização servissem para definir a economia e a sociedade até o final da década de 1900, embora estivessem presentes em algum grau desde o final do século XIX⁴⁵.**

É a partir dessa conclusão que no próximo tópico procuraremos entender como se desenvolveu a integração de Caxias do Sul em uma economia de característica capitalistas no decorrer da primeira parte do século XX, sobretudo a partir da expansão do seu setor industrial protagonizado pela Metalúrgica Abramo Eberle.

2.2.1. A indústria caxiense no contexto do desenvolvimento industrial sul-rio-grandense

O processo de industrialização em Caxias do Sul passou a se intensificar a partir da expansão do comércio e da agricultura na região, a chegada da linha férrea em 1910 foi importante para baratear o escoamento da produção agrícola local e de seus produtos beneficiados, como o vinho, além de fortalecer a inserção do mercado regional de produtos coloniais. No entanto, é importante colocar o desenvolvimento industrial na antiga colônia dentro de um contexto amplo de industrialização do Rio Grande do Sul a partir da primeira república.

A política sul-rio-grandense sobre a indústria regional foi, pelo menos desde a proclamação da República, bastante amigável, tanto que na Assembleia Constituinte de 1891 os deputados gaúchos denunciaram o Tratado de Comércio com os Estados Unidos que buscava favorecer as manufaturas estadunidenses em troca de um favorecimento do café brasileiro⁴⁶. Esse posicionamento se deu sobretudo pelo objetivo do governo da província de diversificar sua economia, se preocupando tanto com a exportação de produtos agrícolas como manufaturados. Com isso, o governo regional, a pedido dos empresários industriais gaúchos, criou políticas que

⁴⁵ Stormowki, 2005, p. 70. [grifo nosso]

⁴⁶ Pesavento, S. J. **História da Indústria Sul Rio-Grandense**. Guaíba: RIOCELL, 1985. 124p.

favorecessem a indústria gaúcha, como o desenvolvimento de uma reserva de mercado para a produção industrial local e, em 1899, reduzindo os impostos sobre as exportações.

Tais medidas, se não configuram uma política industrializante, por outro lado também não permitem classificar a política governamental como exclusivamente agrária. Na verdade, o governo gaúcho, que se manteve no poder no Rio Grande do Sul por 40 anos (durante toda a República Velha), representou uma aliança entre uma parte dos pecuaristas do estado com aqueles setores detentores do capital – industriais, comerciantes, banqueiros –, com apoio das camadas médias urbanas e dos pequenos proprietários rurais que, secundariamente, o Partido Republicano Rio-Grandense procurou atender⁴⁷.

Esse tipo de ação está também relacionado à tentativa de aperfeiçoamento do transporte no estado, a fim de baratear os custos de fretes e agilizar a inserção de produtos de distintas regiões do estado no mercado regional e nacional – nesse período é que o projeto da linha férrea é construído e chega a Caxias do Sul.

É nesse contexto que finda o período de desvalorização da moeda brasileira e da política do Encilhamento⁴⁸, dando lugar a uma política encabeçada pelo presidente Campo Sales, que buscava uma negociação da dívida externa com grupos financeiros internacionais, principalmente os Rothschild, e objetivando isso, precisava estabilizar o câmbio para que a economia brasileira tivesse mais credibilidade e conseguisse garantir o retorno de investimentos do capital estrangeiro no país.

Em contrapartida, com a normalização do câmbio da moeda brasileira, o governo republicano buscou através da taxaço assegurar sua "fonte de sustentação interna". Entre eles estava a taxa alfandegária que prejudicava a importação de produtos estrangeiros, o que possibilitou o desenvolvimento da indústria no país. Na prática, com a condição atual do câmbio, efeito da nova política deflacionária, gerou-se um aumento do poder aquisitivo externo do brasileiro, o

⁴⁷ *Id. Ibid*, p. 52.

⁴⁸ O Encilhamento “[...]consistiu basicamente em ampliar o meio circulante, pelo que se concedeu aos bancos o direito de emissão na proporção de três vezes o seu lastro-ouro, gozando estes bilhetes bancários de igual reconhecimento que as cédulas emitidas pelo Tesouro Nacional. O lastro das emissões bancárias seria dado por títulos da dívida federal, com o que se abandonava na prática o lastro-ouro, tendo-se criado a situação na qual o papel-moeda (títulos do Tesouro) garantia o curso de papel-moeda (títulos bancários).” (Pesavento, 1985, p. 44). Essa política criou uma desvalorização do câmbio brasileiro, que tornou praticamente inviável a importação do estrangeiro de produtos manufaturados; por outro lado, auxiliou, mesmo que em uma intensidade baixa, na proliferação de estabelecimentos industriais favorecidos pelo aumento do crédito bancário e pela demanda do mercado interno.

que resultou em um enfraquecimento na política protecionista. De qualquer forma, “[...] a nova situação cambial possibilitava a importação de tecnologia avançada [...] As condições de melhoria de câmbio foram aproveitadas pelas empresas maiores, que passaram a importar bens de capital e puderam assim renovar-se tecnologicamente”⁴⁹.

A situação industrial nacional era prejudicada pela falta de integração dos mercados das regiões brasileiras, causada sobretudo pela falta de um sistema de transporte. Entretanto, essa característica gerava a possibilidade dessas regiões reservarem parte dos seus mercados para as suas próprias indústrias. No caso do Rio Grande do Sul, em 1907, havia um número reduzido de grandes estabelecimentos industriais e uma maior proliferação de indústrias pequenas – sendo uma boa parte desses estabelecimentos categorizados como “industrial natural”, que consistia em empreendimentos responsáveis em beneficiar no processo produtivo bens produzidos pelo setor agropastoril.

Em Caxias do Sul, a pequena manufatura e o artesanato dominaram pelo menos até a Primeira Guerra Mundial, convivendo com a grande indústria até à década de 20. Nesse sentido, a eclosão da Primeira Guerra Mundial e toda desarticulação do mercado internacional, com a desvalorização da moeda brasileira e a crise do café por conta da falta de entrada de capitais internacionais, ocasionaram uma maior emissão de moeda por parte do Estado, resultando novamente em uma dificuldade na importação de bens manufaturados, o que acabou estimulando o investimento na produção nacional. “Em termos gerais, o período se caracterizou por uma nova fase de aumento da produção, fase na qual se desestimulou a importação e se tornou atraiente o investimento na produção para o mercado interno”⁵⁰. Assim, houve um aumento de pequenas manufaturas, dependentes do aumento da demanda, que encontraram na onerosidade da importação um meio de se expandir através da produção de produtos similares nacionais.

A impossibilidade de importar matéria-prima ou insumos estrangeiros favoreceu os fornecedores locais. As empresas que antes da guerra importavam maquinário para aumentar sua produção saíram em vantagem nesse período onde era desvantajoso economicamente importar qualquer maquinário. Essas empresas, assim, puderam ampliar sua produção vista o aumento de demanda por produtos manufaturados nacionais⁵¹. Porém, o período também foi caracterizado pelo aumento dos impostos sobre consumo, afetando sobretudo os produtos como fumo,

⁴⁹ *Id. Ibid.*, p. 55.

⁵⁰ Pesavento, 1985, p. 58

⁵¹ *Id. Ibid.*

bebida e têxteis – esse aumento dos impostos gerou dificuldades às pequenas empresas, e por conta da rede de transporte precária, tanto terrestre como naval, afetou as empresas com inserção no mercado nacional. Por esse motivo, o governo republicano gaúcho buscou investir em infraestrutura de transporte no estado, na ampliação da linha férrea e na construção do Porto de Rio Grande, de 1919. Outro problema que preocupava os industriais era o da energia, uma vez que o governo do estado buscou estimular a exploração de carvão na província a fim de baratear o custo da energia.

No pós-guerra ocorre a volta do período deflacionário, a demanda por bens alimentícios na Europa diminui drasticamente com a reconstrução do continente, porém os impostos sobre o consumo são renovados com objetivo de arrecadação fiscal. Assim, na década de 20 começa a retrair o número de estabelecimentos industriais, sobretudo os pequenos, e na ampliação das maiores manufaturas e indústrias que buscavam aumentar seu capital, que investem na importação de tecnologia com um câmbio mais favorável⁵². É nesse período, portanto, que a pequena manufatura acaba sendo incorporada pela grande indústria. A fim de conter a entrada de manufaturas de outros estados, sobretudo paulistas, o governo gaúcho procurou preservar o mercado regional para suas indústrias e buscar ingressar os produtos manufaturados gaúchos no mercado nacional durante a década de 20. A política do estado para isso foi conceder isenção às exportações de produtos industriais fabricados no estado, mas para manter o nível de arrecadação, aumentou, a partir de 1928, o imposto sobre o consumo estadual que seria cobrado paralelamente com o federal, mas com alíquotas menores.

Com o decorrer dos acontecimentos do golpe de 1930, durante esse período de tensão nacional, houve uma paralisação da produção industrial gaúcha por falta de matéria prima, resultando em uma organização dos industriais gaúchos num Comitê Industrial para proteger o trabalho e defender os interesses do empresariado. A partir da normalização no pós-golpe de 30, o comitê se reestruturou e passou a se chamar Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul, que tinha como objetivo defender os interesses dos empresários de todo o Rio Grande do Sul enquanto classe. O período pós-golpe se caracterizou por uma rearticulação dos grupos dominantes da sociedade frente à crise econômica mundial, que afetava o comércio exterior do país pela baixa demanda do café, o novo governo, nesse sentido, buscou criar uma sustentação ao principal produto e base da economia nacional⁵³. Somado a isso, para superar a dependência

⁵² Pesavento, 1985.

⁵³ *Id. Ibid.*

do café, foi criado um plano de ação para a diversificação da economia nacional, que acabou beneficiando o setor produtivo manufatureiro.

Frente às consequências da crise de 1929, o governo procurou aumentar as exportações e diminuir as importações, buscando novamente substituir os manufaturados estrangeiros por produtos nacionais. Houve também a tentativa de integração do mercado interno nacional, algo que possibilitou o intercâmbio de produtos entre as regiões do país. Durante o restante da década de 30, a indústria se converteu na alternativa viável para o país, porém, segundo Pesavento, isso não caracteriza uma política industrializante, pois nunca houve um conjunto de medidas coordenadas com o objetivo de desenvolver a indústria nacional. Por conta dos períodos de desvalorização da moeda ou de políticas protecionistas que impossibilitaram a importação de manufaturados estrangeiros, a indústria brasileira desenvolveu condições de ocupar o espaço vago e suprir as demandas de mercadorias manufaturadas.

No contexto do Golpe do Estado Novo, o desenvolvimento da indústria nacional ganhou contornos de um projeto consciente, por meio da intervenção direta do Estado como ente centralizador dos recursos e das escolhas de que caminho a economia brasileira iria seguir. Porém

Tratava-se ainda, contudo, daquilo que o economista João Manoel Cardoso de Mello chamaria de "industrialização restringida", no sentido de que as bases técnicas e financeiras eram ainda insuficientes para que pudesse ser implantado de uma só vez o núcleo fundamental da indústria de bens de produção. Uma vez atingida esta etapa, obter-se-ia a auto-sustentação do processo de desenvolvimento industrial⁵⁴.

Mesmo assim, durante a Segunda Guerra, os bens manufaturados brasileiros passaram a ter um acesso maior no mercado externo. No entanto, comprar equipamentos e matérias primas volta a ser bastante oneroso, o que fez com que houvesse a necessidade de adquirir o equivalente internamente. A aquisição da Companhia de Siderúrgica Nacional e da Usina Siderúrgica de Volta Redonda marca uma virada de chave na economia industrial brasileira, fazendo o país se tornar autônomo na produção de aço, possibilitando assim a formação de uma indústria de base nacional.

⁵⁴ *Id. Ibid*, p. 74.

No contexto gaúcho, a situação da indústria continuou tendo como base a produção de produtos alimentares, sendo considerado o "celeiro do país" no pós-30. "Para o Rio Grande, a defesa desta postura não só significava o fortalecimento de uma estrutura econômica diversificada, consolidada ao longo da República Velha, como também correspondia, no plano socio-político, à permanência no poder dos mesmos grupos dominantes"⁵⁵. Tanto na década de 30 como na década de 40 as pequenas manufaturas ainda eram bastante numerosas no Rio Grande do Sul, ficando as maiores indústrias concentradas nos grandes centros urbanos. Caxias do Sul nesse sentido contém um centro industrial relevante da região, com uma forte presença do setor metalúrgico, madeireiro, alimentício e principalmente com os estabelecimentos vinícolas e vitivinícolas. "Esses industriários ultrapassaram as portas do mercado nacional fazendo sucesso no estrangeiro"⁵⁶.

A inserção de produtos de outras regiões, sobretudo do Sudeste, ao mercado regional, resultou novamente numa política de reserva de mercado para os produtores locais. Além disso, outras soluções foram encabeçadas para tornar os produtos gaúchos mais competitivos, como, por exemplo, aprimorar a qualidade dos produtos locais, com a especialização de determinados ramos para tornar competitivo a produção regional no mercado nacional. Esse processo foi executado tanto pelo governo estadual como por sindicatos de produtores e pelo Centro da Indústria Fabril⁵⁷. Durante a Segunda Guerra Mundial a indústria gaúcha se beneficiou com as mudanças internacionais impostas pelo conflito, tanto no setor de curtume, têxtil e o ramo metalmeccânico. Com as necessidades de se suprirem de máquinas e a impossibilidade por conta do conflito, muitas empresas procuraram produzir os próprios maquinários em suas oficinas, como no caso da Metalúrgica Abramo Eberle, que criou o primeiro modelo de motor elétrico nacional⁵⁸. Assim, segundo Pesavento, esse período de conflito mundial resultou em uma impressão otimista de que o centro de gravidade da economia gaúcha estava voltada para a industrialização e que, portanto, seria necessário agora dar luz a questões que giram em torno do processo industrializante, como a manutenção de um mercado consumidor, o ensino e aprendizagem industrial, para a formação de mão de obra capacitada etc.⁵⁹.

⁵⁵ *Id. Ibid.*, p. 79.

⁵⁶ Herédia, 2010, p.123.

⁵⁷ Pesavento, 1985.

⁵⁸ Lazzarotto, Valentim A. **Pobres construtores de riqueza: absorção da mão de obra e expansão industrial na Metalúrgica Eberle: 1905-1970.** Caxias do Sul: Educs, 1981.

⁵⁹ Pesavento, 1985.

Essa contextualização da indústria brasileira durante as primeiras décadas do período republicano se torna importante para compreender todas as nuances que giram em torno da industrialização de Caxias do Sul. Entender que esse processo não está isolado em vácuo, e mesmo que o setor produtivo caxiense tenha se desenvolvido graças a um aparente isolamento por conta do transporte, foram as mudanças políticas locais, regionais e nacionais, somadas com acontecimentos no âmbito internacional, que criaram possibilidades do desenvolvimento industrial caxiense chegar no patamar que chegou nas décadas de 30 e 40, tendo um dos seu principais empreendimentos, a Metalúrgica Abramo Eberle, se beneficiado desse contexto. No próximo tópico compreenderemos mais alguns aspectos de como se deu o surgimento da principal metalúrgica caxiense e de seu fundador, Abramo Eberle.

2.3 Os Eberles e a Metalúrgica

A família Eberle é originária da Comuna de Schio, localizada na Região de Vêneto, na Província de Vicenza, portanto, conterrânea de diversas famílias de imigrantes que chegaram à Serra a partir de 1875. A comuna era conhecida pelo seu complexo fabril, sobretudo pela grande indústria do setor têxtil, o Lanifício Rossi. A região, nesse sentido, estava em caminho de consolidação do capitalismo industrial, processo que na Itália já estava bastante avançado na região norte, influenciando também no grande movimento populacional interno, principalmente por conta do empobrecimento do campesinato da região que buscava nas cidades e na imigração um meio de melhorar sua condição de vida⁶⁰. Os Eberles, inseridos nesse contexto, eram compostos pelos pais, Giuseppe e Luigia Eberle, e seus quatro filhos, sendo Abramo o segundo mais velho. O pai, Giuseppe, era um barbeiro ambulante, ex-militar que lutou nas guerras garibaldinas, além de proprietário de uma granja no interior da comuna. O próprio, provavelmente, por conta do seu ofício, estava inserido em um círculo social que o possibilitou estar a par do mundo dos negócios da região, adquirindo, assim, um importante capital intelectual para o futuro. A começar disso, Giuseppe, nos preparativos de migrar para América, procurou adquirir alguns artigos em Schio para revender na região colonial no Rio Grande do Sul e conseguir assim um

⁶⁰ Tissot, Ramon Victor. **A família Eberle e o início do desenvolvimento industrial de Caxias do Sul**. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

rendimento a mais para os primeiros anos na colônia. Já o capital para a travessia adveio sobretudo com a venda da granja da família ⁶¹.

Com a chegada da família na Colônia de Caxias, em 1884, o conhecimento de negócio de Giuseppe e sua intenção de explorar o desenvolvimento incipiente local para expandir a riqueza da família foi de extrema importância. A família adquiriu algumas terras, tanto na 7ª Léguas, como um lote de terras na Linha Feijó, além de uma propriedade urbana com uma oficina de funilaria na rua Sinimbu, pelo valor de Rs 600\$000 ⁶², tudo isso em um período máximo de 8 anos: "Esse imóvel se localizava a meia quadra da capela de Santa Teresa, do núcleo urbano da Colônia e, além de abrigar a oficina e a residência, também passou a ser uma casa comercial"⁶³. Além disso, Giuseppe continuava com sua função de barbeiro ambulante nos finais de semana e coordenava as funções de cada familiar nos negócios: ele ficou responsável por administrar a produção de "graspa" na propriedade da 7ª Léguas, enquanto sua esposa ficou coordenando a oficina de funilaria, passando a ser conhecida popularmente por Gigia Bandera. Abramo, com apenas 12 anos, ficou a cargo da administração das terras da Linha Feijó, que eram cultivadas por agricultores contratados.

Acredita-se que o pai de Abramo não era um "simples agricultor" do Norte da Itália, que teria imigrado para o Brasil em busca de garantias de sobrevivência para sua família, mas era um homem que buscava melhorar suas condições de vida, numa terra que prometia progresso e riqueza⁶⁴.

O fato de ter tido acesso à experiência de gestão de negócios pode ter sido um fator determinante para o sucesso inicial da família na região. Além disso, a questão de terem realizado a travessia com um capital inicial já os coloca em uma posição distinta da maioria dos imigrantes que se estabeleciam em Caxias naquele período, como já demonstrado no primeiro tópico deste capítulo. Abramo Eberle, portanto, aprendeu muito com o pai sobre a lida dos negócios com o objetivo de enriquecimento. Para além disso, Abramo, mesmo desde muito novo, responsável em alguns negócios dos pais, cresceu em uma posição mais privilegiada que boa parte das crianças no seu tempo. Teve a oportunidade de estudar até os 10 anos, viveu sua

⁶¹ *Id. Ibid.*

⁶² *Id. Ibid.*

⁶³ *Id. Ibid.* p. 4.

⁶⁴ *Id. Ibid.*, p. 4.

infância ao lado da igreja e da praça da vila, local onde os principais eventos e atos da cidade ocorriam, isso gerou a possibilidade de Abramo em se inserir nos círculos sociais da elite local.

Após sua passagem pela administração da propriedade da família na Linha Feijó, Abramo passa a auxiliar sua mãe nos negócios da funilaria e na Casa de Comércio. Aos 16 anos, ele adquire a funilaria do pai, mas ainda dependendo dele para a administração do negócio, sobretudo na aquisição de novos maquinários. Na oficina, havia mais dois funcionários além de Abramo, como Rombaldi e Boff, ambos já trabalhavam na oficina sob o comando da sua mãe. Produziam objetos e ferramentas vinculados ao dia a dia da colônia e da produção agrícola, algo que era comum nas pequenas manufaturas do período, como já detalhado no subcapítulo anterior. Abramo também procura diversificar suas atividades econômicas, tendo tanto a funilaria, como uma vidraçaria e também uma casa comercial.

Com base no comércio, Abramo teve a perspectiva de acumular capital. A sua ida para Porto Alegre se justificava pela compra de matéria-prima para a funilaria e para artigos de louça ou vidraçaria. Assim, com essas viagens, Abramo conseguiu se inserir na rede comercial do Estado, angariando contatos com fornecedores e compradores de produtos coloniais. O jovem Abramo passa a exportar produtos agrícolas, tanto do seu pai como de colonos, nos quais ele adquire comprando ou por consignação. Após seu casamento, em 1901, ele começa a comercializar produtos coloniais em São Paulo, onde havia uma grande demanda para o consumo de produtos de origem italiana por conta da imigração de pessoas dessa nacionalidade às grandes propriedades cafeeiras paulistas⁶⁵. A expansão econômica dos Eberles, através dos empreendimentos de Abramo, acompanha o crescimento da cidade e a complexificação da produção agrícola e manufatureira local. A partir disso, Abramo passa a participar da vida da burguesia da cidade, sobretudo por conta da sua inserção aos ciclos sociais da elite caxiense, uma comprovação disso é o seu próprio casamento em 1901 com Elisa Venzon, filha de João Venzon, também empresário, dono de um moinho e de uma serraria, o que acaba colaborando com os negócios de Abramo, a partir de uma aliança com os empreendimentos dos Venzon⁶⁶. Além disso, com o casamento, Abramo vira cunhado de Vicente Rovea, importante figura política e parte da burguesia regional.

Na sua funilaria, em 1903, ele começa a produzir utensílios para montaria, ganhando notoriedade tanto na região colonial como em outras regiões como em Campos de Cima da

⁶⁵ Machado, 1999.

⁶⁶ Tissot, 2011.

Serra. Três anos mais tarde, em 1907, com o capital de Rs 24.249\$394 reis é fundada a primeira sociedade comandita simples, caracterizada pela entrada de um ou mais sócios com capitais sem tomar parte da gestão, denominada de Ourivesaria e Funilaria Central de Abramo Eberle & Cia. É nesse período que passa a se pensar na organização de novos setores de produção, pensando no papel da mão de obra nesse setor com a perspectiva de se inserir com mais afinco no mercado regional⁶⁷. Abramo passa, então, a investir mais na metalúrgica, e para isso vende as máquinas e ferramentas da antiga funilaria, sobrando apenas a velha oficina de sua mãe, e procura criar sociedades relevantes com figuras como Reinaldo Kochenborges, em 1912, que resultou em um empresa dedicada à produção de joias⁶⁸. Durante a Primeira Guerra Mundial, a metalúrgica consegue superar os impactos econômicos do conflito, passando a adquirir todo o estoque de matéria-prima existente em Porto Alegre, além de conseguir, por meio da sua diversidade de produtos, inserir-se no mercado de forma mais maleável. Esse tipo de ação obteve ótimos resultados, tendo um lucro muito acima do que no período anterior⁶⁹. Em 1917, Abramo expande sua metalúrgica com a formação de uma sociedade com seus antigos companheiros, resultando no nome "Abramo Eberle & Cia", e no ano seguinte passou a serem fabricados talheres, cutelaria e produtos de prata.

Na vida pessoal, o seu casamento com Elisa resultou em sete filhos, sendo o mais velho José Abramo, conhecido como Beppin, seguido por Angelina, Rosália, Júlio João, Adélia, Zaíra e Lília. Em 1920, por conta de um problema de saúde de Elisa, o casal e seus dois filhos mais velhos viajam para Nova Iorque a fim de consultar com médicos, além de procurar matricular seu filho mais velho em uma escola técnica nos Estados Unidos, algo que não se concretizou por conta do processo burocrático que era necessário para matriculá-lo⁷⁰. Com a viagem, Abramo aproveitou para conhecer novas tecnologias e fornecedores de matérias-primas, além de provavelmente observar os métodos de organização da produção nas fábricas estadunidenses do período, inspirados no fordismo, que como veremos no próximo capítulo, essas ideias já circulavam nos espaços empresariais gaúchos do período. Abramo e sua família partem para a Itália no mesmo ano, nesse período ele entra em contato com figuras do empresariado industrial italiano além de visitar fábricas tanto italianas quando no restante da Europa, novamente buscando se atualizar com o que tinha de mais avançado no setor industrial. Em Paris, tanto Abramo

⁶⁷ Lazzarotto, *op. cit.*

⁶⁸ Bergamaschi, 2005 *apud* Tissot, 2011.

⁶⁹ Lazzarotto, *op. cit.*

⁷⁰ Tissot, 2011.

como Beppin visitaram empreendimentos de artigos sacros, setor em que a metalúrgica passa a se profissionalizar a partir da volta ao Brasil do patriarca Eberle. Após dois anos de viagem, o casal volta para o Brasil deixando Beppin na Alemanha, no Instituto Técnico de Mittweida, a fim de completar seus estudos. A prática dos industriais brasileiros em enviarem filhos mais velhos ao estrangeiro era algo muito recorrente, assim, os filhos foram “[...] aprendendo a manipular novas máquinas e recolhendo experiência técnica e organizacional”⁷¹ e buscavam executar esses conhecimentos adquiridos no estrangeiro na empresa da família.

Como integrante da elite local, Abramo procurou participar tanto de associações de classe, como a Associação de Comerciantes, quanto da política, de forma mais direta, pertencendo à diretoria do PRL (Partido Republicano Liberal)⁷². Em cargos públicos, Abramo foi vice-presidente de Vicente Rovea (1907-1910), seu cunhado, de José Penna de Moraes, (durante a década de 1910 e no período de 1920 a 1924) e de Celeste Gobbato o qual o ajudou a eleger. Sua presença política, segundo Giron e Bergamaschi⁷³, foi muito importante para conter os ânimos na política local, principalmente por ser um industrial de relevância nacional. Além disso, teve uma forte vinculação ao núcleo fascista italiano da cidade, algo comum por parte da burguesia italiana ou descendente da região, mas carecemos de estudos sobre a relação de Abramo, especificamente, com esse movimento tanto na cidade como nos períodos que passou visitando sua terra natal⁷⁴.

Com a crise de 1929 e o golpe de 30, a metalúrgica passou por algumas dificuldades, tendo uma queda expressiva durante os três primeiros anos da década de 30, conseguindo voltar a ter um lucro líquido considerável apenas em 1931, mas sem grandes saltos qualitativos. Mesmo assim, a empresa buscou se expandir, principalmente no ramo tecnológico durante este período, com Abramo Eberle e seu primogênito viajando para a Alemanha a fim de adquirir equipamentos novos para a expansão da empresa⁷⁵. No restante da década e com o estouro da Segunda Guerra Mundial, a metalúrgica se viu na necessidade de produzir os próprios motores

⁷¹ Pesavento, 1988, p.60.

⁷² A COMISSÃO DIRETORA DO PARTIDO R. LIBERAL. Partido Republicano Liberal: ao eleitorado e ao povo caxiense. **O Momento**, Caxias do Sul, ano 3, n. 139, 17 out. 1935. Brasil, p. A1.

⁷³ Giron; Bergamaschi, 2001 *apud* Tissot 2011.

⁷⁴ Sobre o Fascismo na região colonial italiana há diversas produções acadêmicas que procuram elucidar como ela se desenvolveu localmente. Ver mais sobre em: MARMENTINI, Paulo Afonso Lovera. **O fascismo para os colonos: il giornale dell'agricoltore e a divulgação do fascismo entre italianos e seus descendentes no rio grande do sul**. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

⁷⁵ Lazzarotto, *op. cit.*

elétricos, e no ano seguinte a fabricação destes motores passou a suprir a necessidade do mercado nacional, indo além de apenas suprir as demandas da própria metalúrgica. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, a metalúrgica passa a ser mobilizada para o esforço de guerra.

A Eberle, por exemplo, que supria desde há muito tempo as Forças Armadas brasileiras com materiais de equipamento e armamentos de sua fabricação, foi muito beneficiada com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Pelo Decreto 11.081, de 10 de dezembro de 1942, a fábrica entrou na escala estratégica de fornecimento de material de guerra para o Exército e para o aparelhamento da Força Expedicionária Brasileira (FEB)⁷⁶.

Portanto, com a mobilização de todo complexo industrial da metalúrgica para o esforço de guerra, acabou sendo necessário um maior investimento na produção por parte da empresa, sobretudo na aquisição de matéria-prima – o que justifica um menor faturamento durante os anos da guerra –, já que por ser um período onde a importação estava prejudicada pelo conflito, os insumos estavam com o valor inflacionados no mercado nacional. No entanto, todo esse investimento resultou, no final do conflito mundial, em um salto expressivo na capacidade produtiva e no rendimento da empresa. Com o crescimento da fábrica, em 1943, ela passa a se chamar Metalúrgica Abramo Eberle Ltda., MAEL, sendo, portanto, realizada sua primeira democratização do capital⁷⁷. Abramo Eberle, no mesmo ano da democratização do capital da empresa, acabou adoecendo, vindo a falecer no último ano do conflito, em 1945, causando uma grande comoção na cidade e na sua fábrica. No seu lugar, assume seu primogênito, José Abramo Eberle, o Beppin, e é nesse momento, segundo Lazzarotto⁷⁸, que a metalúrgica deixa de ser uma indústria tradicional e passa a ser uma indústria moderna.

2.4 Os construtores de riqueza: Quem foram os operários da Metalúrgica Abramo Eberle?

Analisamos até aqui o desenvolvimento da metalúrgica a partir das estratégias de Abramo Eberle em expandir seu negócio. Mas todo esse desenvolvimento só se tornou possível a partir de uma política empresarial de expropriação da força de trabalho eficiente, conseguindo

⁷⁶ Pesavento, 1985, p.87

⁷⁷ Lazzarotto, *op. cit.*

⁷⁸ *Id. Ibid.*

manipular, conforme seus interesses, uma alta oferta de mão de obra. Lazzarotto⁷⁹, ao estudar sobre os operários da metalúrgica, demonstra como a Eberle conseguiu aproximar a mão de obra economicamente excedente disponível não só em Caxias do Sul como em toda região nordeste do Rio Grande do Sul e de cidades da região metropolitana de Porto Alegre. No entanto, como o próprio traz no seu livro, a maior parte dos operários da metalúrgica, pelo menos nas quatro primeiras décadas do século XX, são oriundos da chamada Microrregião Viticultura de Caxias do Sul. E para compreender quem foram os operários que supriram de mão de obra a maior indústria da cidade, primeiro precisamos analisar como se desenvolveu a pobreza em uma região marcada pelo regime de pequena propriedade.

Mesmo a política colonizadora do Império procurando de diversas formas assentar estes imigrantes com o objetivo de criar um fluxo imigratório natural, sem a necessidade de intermédio de um agente de imigração (o que era bastante oneroso aos cofres do Império), as políticas de assistências aos colonos muitas vezes eram insuficientes, muito pelas deficiências dos órgãos de administração coloniais ou das empresas encarregadas de fornecer insumos e equipamentos aos colonos recém-chegados⁸⁰. Stormowsky⁸¹, ao debater sobre as bases do desenvolvimento econômico da cidade, demonstra que para compreender o crescimento de Caxias do Sul é necessário também analisar a reprodução da pobreza desde o início da colonização. Assim, o acesso à pequena propriedade não garantiu o enriquecimento dos imigrantes, tendo estes, na sua maioria, uma produção agrícola limitada à subsistência da família. No entanto, nos inventários das famílias de agricultores há sinais de que estes buscavam meios de superar esse estado de subsistência. As famílias almejavam adquirir equipamentos como “[...]arado, debulhador, máquina de fazer massa, além da especialização de alguns na produção suinocultura e vinícola”⁸². Havia, portanto, um interesse de incrementar a produção agrícola, como foi visto no primeiro subcapítulo. Esse movimento se dá pela inserção do meio rural a um mercado mais dinâmico e que acaba pressionando para o aumento da produtividade dessas famílias através de novas técnicas e tecnologias. Nesse sentido, os colonos procuravam produzir para comercializar, a fim de adquirir melhores condições de subsistência e assim garantir sua manutenção à terra recém adquirida.

⁷⁹*Id. Ibid.*

⁸⁰ Machado, *op. cit.*

⁸¹Stormowski, 2010.

⁸² *Id. Ibid.* 2008, p. 157.

As dificuldades dos colonos começam a se acentuar a partir do crescimento da cidade: a qualidade da terra piorava com o passar do uso indiscriminado, sem um tratamento adequado; a propriedade familiar passa a ser demasiada pequena para ser dividida entre os filhos durante o processo de partilha da herança; o endividamento se torna um empecilho a diversas famílias que encontram sua produção artesanal ou agrícola estagnada ou que não conseguem se inserir de forma qualitativa no mercado a fim de gerar um acúmulo de capital suficiente para melhorar a qualidade de vida e até mesmo para quitar qualquer dívida; e, em muitos casos, como durante a partilha da herança, há a penhora da terra da família por conta do endividamento, deixando os filhos e viúvas no relento. Nesse sentido, muitas famílias passam a se utilizar da própria força de trabalho dos seus integrantes como meio de superação das dificuldades

O trabalho em propriedade alheia, principalmente rural, nas manufaturas e na agricultura, pode ajudar a explicar a sobrevivência desse grande número de imigrante pobres que permaneceu em Caxias. As formas de pagamento do trabalho certamente eram as mais diversas, dependendo das condições e necessidades das famílias, incluindo-se mesmo aquelas que moravam “a favor”, e certamente também trabalhavam para a família que lhe acolhera⁸³.

Assim, cresce o assalariamento das famílias coloniais, que usam do trabalho na propriedade alheia como mercadoria a ser vendida, e, com passar do tempo e o fortalecimento das relações capitalistas da região, resulta em um êxodo rural para as cidades, ocasionando a proletarização dos seus filhos. Serão esses que alimentarão as fábricas caxienses de mão de obra nas próximas décadas.

Na Eberle isso é demonstrado desde o início, principalmente pelo uso do trabalho infantil. Era comum que os pais deixassem a tutela do filho menor de idade com o proprietário de uma oficina local para que ele aprendesse o ofício e que pudesse, assim, auxiliar na economia da família futuramente. No caso da Eberle, o primeiro trabalhador contratado foi Ernesto Bersan, em 1901, que tinha cerca de 12 anos na época⁸⁴. O contrato dele era firmado com o pai do garoto, que assinava uma carta contendo os deveres do pequeno trabalhador, como também os deveres do proprietário. O interessante nesse caso é que Abramo passa a ser a figura paterna da criança durante o período de permanência, sendo encarregado de sua subsistência e formação

⁸³ Stormowski, 2010, p. 162.

⁸⁴ Tissot, 2008.

em troca da sua força de trabalho. Tissot ressalta que, para a família, ceder o filho para trabalhar, mesmo menor de idade, seria vantajoso, pois resultaria na formação dele em um ofício e reduziria o gasto de mais uma boca para os pais. A presença de crianças e adolescentes, de todos os gêneros, dentro das paredes da Eberle foi uma constante, inicialmente considerados como aprendizes, acabaram executando as mesmas funções de operários adultos, recebendo geralmente a metade do salário de um⁸⁵. No caso das mulheres, a sua presença nos espaços manufatureiros era algo comum na região, como comenta Machado⁸⁶. A autora também aponta que a participação das mulheres nas fábricas se deu pela necessidade de complementar a renda familiar, no entanto, as opressões de gênero sempre acompanharam as opressões de classe. Como bem demonstra Lazzarotto⁸⁷, essas mulheres estavam vinculadas às “[...] funções mais baixas, de menor grau de rendimento e de menor status na empresa”, tendo o salário médio pago a elas estado abaixo da média salarial masculina. “Grande número destas mulheres estão situadas em níveis de salário abaixo do nível exigido como função para a subsistência. A mulher, por isso mesmo passa ser um elemento procurado”⁸⁸.

Além da mulher, a presença negra desde os primórdios da fábrica está comprovada em fotografias de operários da Eberle em 1909⁸⁹. A população negra brasileira está em Caxias do Sul desde os primórdios da colonização, mesmo que a historiografia tradicional pouco tenha dado atenção à questão racial, e apesar de atualmente termos pesquisas que abordem a história destes indivíduos na região, ainda se tornam insuficientes para a total compreensão de como

⁸⁵ Lazzarotto, *op. cit.*

⁸⁶ A autora fez um amplo estudo sobre a questão de gênero em Caxias do Sul, que mesmo buscando abordar especificamente a mulher operária consegue entregar uma visão panorâmica sobre a situação da mulher na antiga colônia italiana. Ver mais em: MACHADO, Maria Abel. **Submissão e Poder: Mulheres Operárias de Caxias do Sul-1900/1950**. Porto Alegre: PUCRS, 1993 (dissertação de mestrado).

⁸⁷ Lazzarotto, *op.cit.*, p. 112.

⁸⁸ *Id. Ibid.*, p. 119.

⁸⁹ Tessari (2012) em uma fotografia específica de 1924 (ANEXO 44 da dissertação de Tessari), podemos contar pelo menos seis operários negros, quatro crianças e dois adultos. Sobre a presença negra nas fotos, Lazzarotto (1981), no entanto, comenta que há fotografias de operários negros desde 1906.

essa presença influenciou no desenvolvimento do município (no quesito cultural, social e econômico), além de entender a estruturação do racismo localmente⁹⁰. O racismo contra a população negra, ou comumente chamados de “brasileiros”⁹¹ pelos imigrantes e seus descendentes, é reproduzido de diversas formas dentro da metalúrgica⁹². Apesar de sempre estarem em um número reduzido e de estar desde os primórdios da fábrica, o primeiro operário negro só foi cadastrado como funcionário em 1943, algo simbólico e que traduz de certa forma as relações raciais da cidade de Caxias do Sul daquele período. A média salarial de um operário negro era menor que a dos outros operários homens e sempre estavam vinculados aos setores mais nocivos à saúde⁹³.

A maioria dos operários da fábrica eram oriundos do município de Caxias do Sul, pelo menos até o final da década de 1940⁹⁴ – incluso os operários negros. Em segundo lugar, provinha do restante da região nordeste do estado –, sobretudo da região dos Campos de Cima da Serra. Os estrangeiros estavam em minorias na fábrica, na sua maioria ocupando cargos comuns de operários, mas o uso da mão de obra estrangeira frequentemente estava vinculado também ao trabalho especializado trazido do estrangeiro para educar a mão de obra nativa, sendo em muitos casos alocados como mestres ou contramestres de seção.

Outro aspecto importante de ser abordado é as profissões anteriores dos operários da Eberle, segundo os dados levantados por Lazzarotto⁹⁵: 41,19% dos operários entre 1946 a 1960 eram oriundos de setores não vinculados ao setor produtivo industrial, como comércio e agricultura, e apenas 20,14% estavam relacionados a esse setor. Porém, podemos considerar que esses últimos muitos eram oriundos de pequenas manufaturas ou oficinas com um modelo de

⁹⁰ Entretanto, algumas pesquisas acadêmicas já abordam a violência racial que ocorria em Caxias do Sul entre a população negra local e imigrantes europeus: VENDRAME, Maíra Ines. “**Não tinha medo dos gringos**”: violência e crime nas regiões de colonização italiana do Sul do Brasil. *Revista de História da Unisinos*, v. 24, p. 502-515, 2020. Outras produções acadêmicas demonstram a tentativa do negro caxiense de superar toda segregação imposta pela sociedade oriunda da imigração: GOMES, Fabricio R. **Sob a Proteção da Princesa e de São Benedito**: Identidade Étnica e Projetos num Clube Negro de Caxias do Sul (1934-1988). 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. 188p.

⁹¹ Lazzarotto (1981) detalha que esse termo era usado de forma pejorativa pelos descendentes dos imigrantes europeus. Portanto, trata-se de um fragmento a ser analisado em pesquisa futura sobre a formação do racismo em Caxias do Sul, colocando o “brasileiro” (negro ou pessoas não-brancas nativas) em oposição ao italiano, espanhol, português ou luso-brasileiro, quando o sujeito nacional tiver características socialmente lidas como brancas por esses imigrantes.

⁹² *Id. Ibid.*

⁹³ Lazzarotto, *op. cit.*

⁹⁴ *Id. Ibid.*

⁹⁵ *Id. Ibid.*

organização de produção não-fábrica, portanto distante da prática moderna sobre a qual uma indústria como a Eberle se estruturaria principalmente a partir da década de 20. Tendo em vista disso, e que os dados trazidos pelo autor são referentes a um período posterior ao estudado aqui, provavelmente os operários da Eberle nas primeiras quatro décadas teriam origens mais distantes do modelo industrial moderno⁹⁶.

No entanto, o que importava para a empresa era poder absorver a mão de obra disponível da melhor forma possível, podendo assim reduzir os encargos dos salários e de outras despesas. Porém, para isso era necessário domesticar essa mão de obra estranha ao modelo de produção industrial moderno, e, sobretudo, a adestrar para que não se revoltasse contra a expropriação da força de trabalho pela metalúrgica e por melhores condições de trabalho ou salário. É a partir desse momento que a disciplinarização e controle da força de trabalho passam a ser uma política vital para a empresa conseguir extrair o máximo possível de mais-valor. E os modelos de organização da produção como taylorismo e fordismo passam a ser um meio para otimizar e racionalizar essa exploração. Para compreender em que contexto isso foi desenvolvido, no próximo capítulo veremos como a burguesia industrial gaúcha se formou enquanto fração de classe e como a organização industrial da produção, através dos modelos supracitados, foi fulcral para isso.

⁹⁶ Pesavento, 1988.

3 A BURGUESIA GAÚCHA E O DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL MODERNA

Durante o final do século XIX até os primeiros anos do século XX, no período que convencionou em se chamar de Primeira República, o avanço da industrialização no estado, como vimos no capítulo anterior, se deu de forma constrangida e apesar dos pequenos saltos quantitativos e qualitativos, o Rio Grande do Sul nunca passou por uma política de industrialização de fato, tendo desenvolvido de forma mais intensa em períodos favoráveis para o setor produtivo, como nos momentos onde a importação de produtos manufaturados era praticamente inviável (ver subcapítulo 1.2). Nesse mesmo período, a burguesia industrial gaúcha passa a se tornar uma fração de classe com uma influência política considerável, e procura disputar a dirigência e o domínio do aparato Estatal em uma região hegemônica pela burguesia agropastoril. No entanto

[...] numa situação de capitalismo débil, em que uma burguesia industrial emerge ao mesmo tempo que os latifundiários assumem progressivamente uma conotação burguesa, a direção político-cultural da sociedade resulta de uma associação, marcada pela forte presença do Estado, entre frações agrárias e não-agrárias da sociedade⁹⁷.

A partir disso, a perspectiva da fração industrial da classe dominante na disputa pela relevância hegemônica no estado gera a necessidade de aprofundar elementos que a constituem: a sua dominação sobre a força de trabalho.

É sabido que a burguesia industrial se constitui enquanto classe no espaço fabril, porém, como demonstra Pesavento⁹⁸, a fábrica é “[...] [o] *locus* onde se realiza a acumulação e onde se reproduz a dominação do capital sobre o trabalho; **entretanto, o processo de afirmação da burguesia transborda em muito este âmbito fabril onde se realiza sua constituição como ‘classe em si’.** Um passo seguinte seria a extensão da prática e da realização dos interesses”. Na sua obra *A Burguesia Gaúcha* (1988), Pesavento faz uma análise aprofundada sobre todos os meandros do desenvolvimento burguês enquanto classe no Rio Grande do Sul. É a

⁹⁷ Pesavento, 1988, p. 17.

⁹⁸ *Id. Ibid.* p. 15. [grifo nosso]

partir deste estudo que procuramos entender – neste capítulo – como se deu essa ascensão da burguesia industrial regional. Sem deixar de lado o contexto político e hegemônico exercido.

Assim sendo, esse contexto também é marcado pela ascensão do PRR (Partido Republicano Riograndense) enquanto partido hegemônico no Rio Grande do Sul, é ele que organiza os interesses dos setores burguesia regional, tanto agrária como não-agrária, e procurando diversificar os ramos da política econômica estadual. O republicanismo gaúcho teve sua base ideológica desenvolvida a partir do positivismo ‘comteano’. Adotada e propagada pelos principais líderes do PRR, essa corrente de pensamento afetou diretamente o desenvolvimento da indústria local, já que buscava engendrar um aumento na produtividade, a partir da sua racionalização, e construir um aparato de hegemonia que selasse os conflitos de classe, desenvolvendo no imaginário social a ideia de que as desigualdades sociais entre ricos e pobres, proletários e burgueses, operários e industriais fosse oriundos da natureza, algo imutável e benéfico ao progresso. O lema positivista “ordem e progresso” se torna uma práxis dentro das fábricas, que estimuladas pelo governo estadual, passam a se utilizar de métodos de organização racional de produção: o taylorismo e posteriormente o fordismo.

Neste capítulo, portanto, analisaremos a formação da burguesia industrial enquanto uma classe dirigente, dentro de um contexto político favorável, onde há um partido hegemônico no governo buscando diversificar a economia regional, apostando sobretudo na sua modernização. O uso do conceito de hegemonia se torna fundamental para compreender tanto o processo de dominação da burguesia industrial do espaço fabril como a de um grupo que administra o Estado buscando conciliar diversos interesses nele, criando aparatos de hegemonia, normas e tentando impor valores morais à sociedade a partir de mecanismos de ideologia, a fim de constituir uma determinada “ordem social”, que passa a não ser conquistada apenas pela coerção e repressão, mas também pelo convencimento das classes subalternas

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações-, os quais por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados⁹⁹.

⁹⁹ Gramsci, 2007a, p. 95 *apud* Oliveira Júnior, p. 161.

Posto isto, é através da perspectiva teórica da hegemonia posta pelo intelectual marxista italiano que destrincharemos nos subcapítulos seguintes esse desenvolvimento da burguesia industrial enquanto classe e sua dominação da força de trabalho durante as primeiras décadas do século XX no Rio Grande do Sul.

3.1 Uma fração de classe em ascensão: A consolidação da burguesia industrial no estado do Rio Grande do Sul

Antes do golpe da república, a relação do estado rio-grandense frente a monarquia era marcada por tensões resultantes da ineficiência do gerenciamento do desenvolvimento econômico local pelo Partido Liberal [monarquista]. A economia agrária, sobretudo a pecuária, se encontrava em um processo de descapitalização¹⁰⁰ e, como já bem enfatizado no capítulo anterior, os problemas resultantes da falta de infraestrutura de transporte afetavam o acesso ao único porto de mar da província, o porto de Rio Grande, além de prejudicar o escoamento da produção das pequenas propriedades coloniais. O Republicanismo começa a angariar força se posicionando contrário a aquilo que tanto o Partido Liberal quanto a política centralizadora do Império representavam, se pondo como uma alternativa aos problemas da província, através da reorganização da economia e do poder local.

As ideias republicanas eram agitadas no estado por figuras que formam os quadros políticos mais importantes da região durante a Primeira República: Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Borges de Medeiros e Pinheiro Machado. Com o título de Bacharéis em Direito pela Universidade de São Paulo, essas figuras fundaram o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) em 1882, tendo como linha política uma clara influência positivista comtiana e com seu líder, Júlio de Castilhos, sendo a principal referência gaúcha do movimento.

O PRR pretendeu incorporar à sua base social diversos setores da sociedade gaúcha do período: profissionais liberais – vinculados às camadas médias e descontentes com a falta de representação política no Império –, industriais, banqueiros e comerciantes - oriundos das colônias alemãs e com bastante influência na sociedade regional foram também sondados pelo partido. Além disso, na região colonial italiana, principalmente com os pequenos proprietários

¹⁰⁰ Pesavento, 1988.

imigrantes instalados após 1875, o partido teve uma aproximação importante, tendo influência por meio da imprensa local¹⁰¹. Com as forças militares, sobretudo o Exército, passou a ter uma posição mais vantajosa essencialmente pela aproximação ideológica do PRR e dos militares gaúchos.

A ascensão do PRR ao controle político no Rio Grande do Sul correspondeu, pois, à elaboração de um aparato de hegemonia que se revelou amplo e eficiente na sua tarefa de englobar um maior número de atores sociais do que o alcançado pela aliança gasparista/liberal, que o precedeu¹⁰².

O sucesso desta aproximação do PRR, que resultou em um domínio de 40 anos da política do estado, se deu pela conclusão de um projeto de desenvolvimento regional que permitisse a inclusão dos diversos setores da sociedade gaúcha, conseguindo assim administrar os interesses desses grupos com objetivo de atingir os interesses políticos do partido. O positivismo tornou-se, nesse momento, a base ideológica que cimenta a aliança, sendo "[...] um agente legitimador de uma prática política efetiva: justificou e deu coesão ao grupo no poder, solidificou alianças do aparato de hegemonia que se constituiu"¹⁰³. Essa linha ideológica se propõe a criar um modo de organizar e racionalizar a sociedade capitalista, constituindo um grupo de indivíduos esclarecidos que seria detentor do poder político; grupo esse responsável por governar o Estado a fim de conduzir essa sociedade para a trajetória da ordem e do progresso. Esse grupo seria composto tanto por intelectuais e setores da burguesia gaúcha como pela elite industrial – sendo este último fundamental para a elevação civilizacional da sociedade. Nesse sentido, as hierarquias sociais – pobres e ricos – são vistas como "desigualdades naturais", tendo o próprio positivismo partindo

¹⁰¹ O jornal *O Caxiense*, fundado em 1897, é exemplo da tentativa de interação dos Republicanos com os imigrantes da Colônia de Caxias. No entanto, houve tensões entre partidários do republicanismo, geralmente representantes da administração local e vinculados à maçonaria e a grupos ligados à Igreja que se opunham ao PRR e aos maçons da região. Essa oposição tem a ver, sobretudo, com os acontecimentos ocorridos nos territórios italianos, referentes à unificação do Reino da Itália e ao domínio deste sobre os territórios papais. Assim, Caxias do Sul era dividida politicamente em três grandes grupos, denominados por Giron e Pozenatto (2004) de católicos, maçons e, os mais isolados, austríacos. Ver mais em: GIRON, Lorraine Slomp; POZENATTO, Kênia Maria Menegotto. **100 anos de imprensa regional: 1897-1997**. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2004. v. 1000. 196p.

¹⁰² Pesavento, 1988, p. 95

¹⁰³ *Id. Ibid.*, p. 96.

[...] do pressuposto de que os interesses sociais antagônicos podem e devem ser conciliados, e para tanto despoja-se o Estado do seu conteúdo de classe, de expressão e manutenção da supremacia de um grupo sobre os demais. Nesta medida, a concepção de Estado comtiana é aquela típica da ideologia burguesa, que o apresenta como deslocado da sociedade, agindo em função do bem comum. Note-se, contudo, que esta é a forma do aparecer social: se tal visão foi elaborada, é porque havia um reconhecimento explícito das diferenças sociais e da necessidade de minimizar o conflito em função dos interesses do capital¹⁰⁴.

A partir dessa afirmação, podemos concluir que, para o positivismo, o Estado serve "[...] para remover os entraves ao livre desenvolvimento das forças econômicas e proteger a produção, sem que, contudo, seja ele próprio um produtor"¹⁰⁵. O objetivo, portanto, é eliminar a luta de classes da sociedade para que ela permaneça ordenada e que mantenha as forças produtivas funcionando a fim de garantir o progresso material. O controle dos conflitos se deu sobretudo pelo controle da moral, condicionada por meio de um aparato educacional, que naturaliza essas desigualdades forjadas pelas contradições do capitalismo.

No Rio Grande do Sul algumas dessas ideias e princípios foram selecionados a partir das necessidades regionais, os republicanos sul-rio-grandenses idealizavam implementar as aspirações do positivismo acreditando que era esse o único caminho para solucionar os problemas locais. O PRR se propôs a engendrar um projeto que alavancasse o desenvolvimento das forças produtivas de todos os setores da economia estadual, caracterizado de “capitalismo global”, tentando assim solidificar uma base econômica que superasse o predomínio agropastoril. Dessa forma, procurou-se inicialmente superar a defasagem dos transportes no estado, além de acabar com os privilégios de determinados setores tentando com isso beneficiar outros que passavam a se destacar neste período, como o setor industrial. No setor produtivo fabril, o PRR, através da influência dos preceitos positivistas, tentou incentivar políticas de racionalização da produção no estado, cabendo ao empresariado executar essas novas formas de produzir. Enquanto ao Estado, coube o controle e a remoção dos entraves da produção:

¹⁰⁴ *Id. Ibid.*, p. 103.

¹⁰⁵ *Id. Ibid.*, p. 103-104.

Neste ponto, o PRR apresentava-se como defensor dos produtores, englobando nesta categoria não apenas os detentores do capital como também os trabalhadores diretos. **Ao mesmo tempo em que procurava garantir a acumulação privada de capitais – postulando que o estado seria tão mais rico quanto maior fosse a fortuna privada de seus cidadãos –, o PRR afirmava ser da "ordem natural" das coisas a existência de ricos e pobres¹⁰⁶.**

Assim, a política estatal do partido tentava amenizar ao máximo os conflitos sociais entre as classes empresariais e trabalhadoras, oriundo das contradições impostas pelo sistema capitalista. Colocava as diferenças sociais como fatores derivados da natureza, esvaziando o caráter político do Estado. Além disso, somado com o autoritarismo inerente do pensamento positivista, as instituições estatais seriam compostas apenas pelos "melhores habilitados", ficando o restante da sociedade com a tarefa de apenas obedecer. Os “melhores habilitados”, seguindo esta última constatação e segundo o Estado positivista idealizado, seriam aqueles que dariam um caráter técnico-científico para o aparato estatal; portanto, só aqueles mais esclarecidos, vinculados a setores de uma intelectualidade positivista e da burguesia regional, poderiam comandar¹⁰⁷.

A ação do Estado positivista em controlar os conflitos sociais entrava em concordância com os interesses da fração burguesa no controle da “questão social”, principalmente em um contexto, nas primeiras décadas do século XX, em que se formava um operariado organizado, tanto em sindicatos como partidos políticos, interessados na luta por melhores condições de trabalho e de vida – o que escancara as contradições entre capital-trabalho mesmo que o Estado positivista tentasse ao máximo negá-las –, e até mesmo em um novo modelo de sociedade que supere a ordem do capital. Destarte, através dos pensamentos do intelectual marxista italiano, Pesavento conclui que o PRR tem as características de “partido historicamente necessário” e, portanto,

[...] pode ser distinguido um grupo coeso: uma elite partidária intelectualizada, formada a princípio por Castilhos e seu grupo, que controlavam o partido (e, consequentemente, a distribuição de cargos), o jornal partidário A Federação, os principais veículos de transmissão da cultura (o ensino, os periódicos especializados em divulgar

¹⁰⁶ *Id. Ibid.*, p. 105. [grifo nosso]

¹⁰⁷ *Id. Ibid.*

conhecimentos técnico-científicos, literários e econômicos e certas instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul etc.)¹⁰⁸.

E, com isso, o partido se torna hegemônico e, sobretudo por ter uma estrutura bastante hierarquizada, autoritária, mas também disciplinada, o PRR passa a conduzir a política do estado gaúcho, tendo apoiadores e seguidores das diversas regiões do estado e das classes sociais que as constituem – como as diversas frações de classe da burguesia. Mas, tudo isso a partir dos seus intelectuais orgânicos que passaram a naturalizar os ideais positivistas na sociedade rio-grandense, convergindo às demandas destes grupos às propostas de Estado do PRR.

Apesar de manter o controle da política regional, o PRR passou a sofrer uma forte oposição de setores liberais gaúchos e de parte da burguesia vinculada ao setor agropastoril, que passava pela perda de seus privilégios no estado. As diversas revoltas demonstram os tensionamentos ocorridos dentro do Rio Grande do Sul, mesmo que os republicanos buscassem um controle e uma conciliação entre interesses das frações da burguesia econômica gaúcha. Com a Revolta de 1923, mesmo saindo vitorioso, o PRR sofre com o distanciamento de setores pecuaristas e também da série de mobilizações de trabalhadores e operários, fazendo a “questão social” vir à tona¹⁰⁹. Embora o PRR nunca tenha sido um partido com uma linha política estática ou imutável, tendo a influência positivista comteana do partido passado por alterações e reavaliações, as suas ideias sempre perseguiram a implantação de um modelo “progressista-conservador” ou a construção de um modelo de modernização conservadora. No entanto, com um grupo chamado “a geração de 1907”, composto inclusive pelo futuro ditador e presidente Getúlio Vargas, o partido passa a se afastar de algumas ideias positivistas e acaba absorvendo um caráter mais pragmático:

Nasce neste grupo uma visão mais nacional e menos regional da política, menos positivista e mais pragmática e flexível quanto à conduta partidária. Se, em termos econômicos, manteve a proposta do desenvolvimento capitalista global, quando Vargas se tomou presidente do Estado em 1928, foi dedicada uma especial atenção aos problemas da pecuária, possibilitando, com tais medidas, a formação da Frente Única Rio-grandense ou Frente Única Gaúcha¹¹⁰.

¹⁰⁸ *Id. Ibid.*, p. 109.

¹⁰⁹ *Id. Ibid.*

¹¹⁰ *Id. Ibid.*, p. 115

Com a Frente Única se consolida uma base social mais ampliada, com setores da burguesia agropastoril mais fiel ao projeto republicano. Assim, a Frente passa a ter uma capilaridade melhor no estado, tendo inclusive a possibilidade de pleitear a política nacional, até então secundarizada por um pensamento “isolacionista” castilhistas.

A hegemonia do PRR no Rio Grande do Sul fortaleceu o caráter burguês do Estado gaúcho e de suas instituições. Logo, é nesse contexto que a fração da burguesia industrial consegue pleitear uma maior relevância, ultrapassando as paredes das suas fábricas e engajando sobre as superestruturas através de inserções na política, na imprensa e em outros setores da sociedade. Um fator determinante que alavancou a visibilidade do setor industrial dentro do projeto de um capitalismo global executado pelos republicanos foi justamente o incremento da sua fração burguesa na constituição de uma intelectualidade orgânica que construiu um aparato ideológico através da imprensa, da moral etc. A partir disso há a naturalização da indústria como sinônimo de progresso, necessária para elevação da sociedade sul-rio-grandense a um novo marco civilizacional. Esse tipo de ação da fração burguesa industrial não foi de encontro ao programa estabelecido pelo PRR no estado, pelo contrário, todas as ações que perspectivavam ressaltar a importância da indústria para o desenvolvimento econômico regional tiveram como base a proposta republicana e positivista de “progresso-civilizador” e da ideia de diversificação da matriz econômica sul-rio-grandense ¹¹¹.

Se em um primeiro momento a indústria teve sua relevância exaltada por estar vinculada ao setor agropastoril, as chamadas “indústrias naturais”, a fabricação do empresariado industrial no imaginário social como figura que representava a modernidade avançava em conjunto com o mito do enriquecimento pelo suor do trabalho. Aqui é perceptível o intuito da burguesia industrial de fortalecer uma “ética do trabalho” que o beneficiasse ideologicamente, calcada na ideia de que o empresário, defendida como uma figura que graças ao trabalho árduo conseguiu acumular seu capital e enriquecer, está na mesma posição de produtor de riqueza que os seus operários. Portanto, o trabalhador que é honrado – o que significa um trabalhador disciplinado, passivo, ordeiro e todos adjetivos de operário “ideal” para tal burguesia – enriqueceria, ou “venceria” – parafraseando a frase da fachada da Metalúrgica Eberle – igualmente ao seu patrão. Logo, passasse a se preocupar no controle da moral do trabalhador, partindo para a construção

¹¹¹ *Id. Ibid.*

de um trabalhador ideal, aquele que segue uma ética do trabalho estabelecida para favorecer uma nova lógica de produção que estava sendo imposta. O *self-made man* e o mito do enriquecimento pelo trabalho se tornam parte de um aparato ideológico que colabora com uma visão moralizante sobre o trabalho, sem deixar de lado o processo de naturalização dessa visão.

Numa linha evolucionista e cientificista, são utilizadas as leis das ciências naturais para explicar o progresso no plano econômico e social, marcado pela vitória da indústria e pela afirmação da soberania burguesa. O vencedor no caso, o empresário é identificado como o mais apto, e seu sucesso advém do seu empenho, do seu trabalho e de suas qualidades pessoais. Legitima-se ainda a concorrência, que se orientará também pela lei da seleção natural. **Em última análise, está implícita no discurso a supremacia do capital sobre o trabalho**¹¹².

Para atingir o trabalhador ideal, o processo de controle da força de trabalho, com mecanismos de punição e coerção, se torna comum nas grandes fábricas gaúchas. Mas em um contexto onde o operariado se demonstra descontente com as práticas estabelecidas dentro dos espaços fabris, com carga horária de trabalho e com os baixos salários, e procura se organizar em associações de classe, sindicatos ou partidos a fim de centralizar e operacionalizar suas demandas, a burguesia industrial e seus intelectuais reagem tanto em construção de políticas assistenciais empresariais – consolidando assim uma abordagem comum entre a burguesia industrial, o paternalismo –, a fim de persuadir seus operários, como também de se organizarem em entidades de classe vinculados aos interesses empresariais¹¹³, sobretudo e com mais intensidade depois da greve geral de 1917 e os movimentos grevistas de Porto Alegre na década de 20. Confirmando essa afirmação, como citado no capítulo anterior, na década de 30, por conta das crises econômicas ocasionadas pela queda da bolsa de valores de Nova York em 1929 e das greves ocorridas no operariado da capital daquele ano, a burguesia industrial gaúcha se organiza e funda o Centro da Indústria Fabril (CINFA-RS)¹¹⁴, buscando reorganizar a classe industrial no

¹¹² *Id. Ibid.*, p. 125. [grifo nosso]

¹¹³ Segundo Pesavento (1988), os burgueses vinculados ao setor produtivo, proprietários de fábricas ou manufaturas, antes de possuírem alguma entidade de classe própria, comumente se inseriram nas associações de comerciantes a fim de garantir, em conjunto com os comerciantes, interesses relacionados ao seu setor. “Os interesses de ambas as frações não-agrícolas da burguesia apresentavam mais razões de complementaridade do que de divergência. Desta forma, as associações comerciais se tomavam intérpretes dos interesses empresariais junto aos poderes públicos[...]” (*Id. Ibid.*, p. 242).

¹¹⁴ “Segundo os estatutos, o CINFA era uma associação de firmas individuais e sociedades que exerciam atividades fabris. Tinha, entre seus fins, os principais objetivos: defesa dos interesses legítimos da classe, onde quer que se manifestassem, expondo-os perante os poderes públicos; aperfeiçoar e expandir a indústria fabril riograndense; promover a união dos empresários, quer entre si, quer com os industriais de outros estados do Brasil e

estado, além de promover suas influências no Rio Grande do Sul e seu poder de pressionar a política regional e nacional, tudo isso com o objetivo de impor decisões que vão ao encontro dos seus interesses, especialmente no mundo do trabalho.

O CINFA-RS estava em sintonia com o restante das organizações de classe dos industriais de outras regiões do Brasil, principalmente da região sudeste, onde os burgueses industriais já desde o início do século XX buscavam pressionar contra legislações trabalhistas e incitavam contra a Lei de Férias aprovada em 1925¹¹⁵.

Em contrapartida a essas leis tidas como “estranhas à realidade nacional”, os industriais defendiam que o governo deveria investir na construção de vilas operárias e em tudo aquilo que proporcionasse uma maior integração dos trabalhadores ao seu ambiente de trabalho, medidas que refletem claramente uma proposta paternalista.¹¹⁶

Isto posto, fica esclarecido que a organização de classe do patronato industrial brasileiro buscava avançar sobre a mão de obra operária de forma paternalista a fim aumentar a dependência do operário com a empresa e de desmobilizar qualquer forma de reivindicação de classe¹¹⁷ que pudesse prejudicar sua lucratividade, além de retornar o poder de decisão de conciliação das disputas entre o capital e o trabalho de volta ao espaço privado das fábricas, afastando o papel público sobre elas.

de países estrangeiros; desenvolver relações de solidariedade entre os sócios; ampliar o número de associados; propiciar estudos sobre questões de interesse da classe; favorecer a racionalização das indústrias e a estandardização dos principais produtos; incrementar as exportações da produção fabril. **Quanto às relações entre o capital e o trabalho, o CINFA deveria proporcionar a harmonia entre patrões e operários, facilitando o rápido término das questões que pudessem surgir entre eles e atuando de forma conciliatória**” (*Id. Ibid.*, p. 260-261) [grifo nosso].

¹¹⁵ NUNES, G. M. **O Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul: a Lei de Férias e a burla patronal (1930-1931)**. Revista Latino-Americana de História, v. 4, p. 169-184, 2015.

¹¹⁶ *Id. Ibid.*, p. 172-173

¹¹⁷ Algo a se destacar, mas que não vai ser detalhado com afinco neste trabalho, é a criação de organizações assistenciais vinculadas às instituições religiosas que tinham o objetivo de minar qualquer avanço do movimento operário, tanto anarquista como comunista, na sociedade gaúcha, como no caso do Círculo Operário criado em março de 1932: “Em pouco tempo, o movimento se expandiu não só no Rio Grande do Sul, mas por todo o Brasil. Foram intensas as formas de atuação da Igreja junto ao operariado, porém a mais significativa e que rapidamente se difundiu por todo o país foi o movimento dos Círculos Operários. “Eles buscavam ser assistencialistas e formadores da classe operária, como também articuladores junto ao operariado contra as ideias do comunismo, considerado adversário dos interesses da Igreja Católica” (Santos, 2011, p. 92-93). Ver mais em: SANTOS, C. X. **“Eu vos farei pescadores de homem”**: os círculos operários no Rio Grande do Sul (1932-1945). *Historiæ, [S. l.]*, v. 1, n. 3, p. 91–106, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2347>. Acesso em: 15 out. 2023.

No entanto, no Rio Grande do Sul, a consolidação¹¹⁸ das associações patronais gaúchas surgiram tardiamente se comparado às outras duas maiores regiões industriais do país, essencialmente por conta da própria ação do PRR em reprimir o movimento operário e a política de não interferência estatal no espaço privado de trabalho, algo que era desejado pelo empresariado industrial¹¹⁹. Porém, com a famosa “geração de 1907”, citada anteriormente, esse quadro mudaria, passando o governo do estado sobre a liderança de Getúlio Vargas, que daria uma grande importância a tal “questão social”, incentivando sobretudo a associação de trabalhadores e sindicatos, principalmente em um órgão centralizado e controlado pelo governo estadual, a fim de ser o elo conciliador dos conflitos entre capital e trabalho, além de não mais se opor à criação de legislações trabalhistas. Essas práticas do governo estadual geraram um descontentamento na burguesia industrial que até então detinha o domínio sobre as resoluções das contradições entre os agentes da produção capitalista e enxergava no PRR sua representação política no parlamento regional e nacional.

Prejudicando o projeto do governo varguista, em 1929, com o objetivo de exigir o cumprimento legal da Lei de Férias de 1925, o movimento operário convoca duas grandes greves em Porto Alegre, atingindo sobretudo o setor têxtil, onde mil operários aderiram a greve.

Os industriais porto-alegrenses se pronunciaram orquestradamente, alegando que a falta de fiscalização era a grande vilã da história. Se dessem férias a seus operários, e algum concorrente não o fizesse, estariam perdendo dinheiro. O governo gaúcho, por sua vez, respondeu rapidamente, enviando o Secretário do Interior, Oswaldo Aranha, para resolver o assunto. Após a promessa de que a lei seria cumprida, os trabalhadores e as trabalhadoras voltaram ao trabalho na segunda-feira, dois dias depois de iniciada a greve¹²⁰.

Fortes¹²¹, ao abordar sobre o grande industrial e burguês A.J. Renner do ramo têxtil – um dos fundadores e o primeiro presidente do CINFA-RS – comenta que este evento possível-

¹¹⁸ Mesmo havendo tentativas anteriores de consolidação de associações vinculadas ao patronato industrial, como a União Industrial, criada por Alberto Bins durante a “greve dos 21 dias”, em 1906, e que, após essa greve, foi totalmente desarticulada (Nunes, 2015; Pesavento, 1988)

¹¹⁹ Nunes, 2015; Pesavento, 1988

¹²⁰ Nunes, 2015, p. 176.

¹²¹ FORTES, Alexandre. **Nós do quarto distrito [...]: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era vargas**. 2001. 602 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2001.

mente contribuiu para a fundação da entidade de classe, já que impactou profundamente a burguesia industrial da capital do estado, tendo a participação massiva inclusive de operários das próprias indústrias Renner. Nesse sentido, Renner foi uma peça crucial na estruturação da entidade, racionalizando sua organização e buscando profissionalização das suas funções.

O CINFA-RS surge, portanto, como resposta à quebra de confiança empresarial no PRR para representar seus interesses econômicos e sociais da política institucional gaúcha e brasileira. Tinha objetivos claros de fortalecer o domínio burguês sobre a luta entre o capital e o trabalho, buscando constantemente impedir que garantias trabalhistas fossem executadas na realidade. Um exemplo disso está na já citada Lei de Férias que apesar do prazo para quitar as férias tivesse sido postergado diversas vezes, demorou a ser empregada pelo empresariado de fato “[o]u seja, os patrões estavam conseguindo impor seus limites e seu ritmo à nova lei”¹²². Mesmo com diversas tentativas de revogar a lei ou amenizar os possíveis danos à lucratividade da empresa que ela causaria, os industriais foram derrotados. No entanto, todo processo de implementação da Lei de Férias foi marcado pela organização do patronato industrial em tentar burlá-la, algo que demonstra a capacidade organizativa da classe empresarial frente aos seus interesses.

Assim, o empresariado industrial passa por um avanço considerável sobre a sociedade política e a sociedade civil, se tornando o que Pesavento denominou de “grupo de pressão”, dando uma capacidade ativa sobre a sociedade civil e sobre a sociedade política. No entanto, isso não configurou sua consolidação como fração dirigente da classe burguesa, até porque houve um conformismo e até comodismo com a forma que o PRR agia na política estadual, buscando consolidar seu Projeto Regional, algo que dava condições da burguesia industrial participar de fato nas decisões políticas, tendo muito das suas demandas e interesses sendo acolhidas, com os empresários industriais referendados – como previamente detalhado logo acima – como os principais agentes do progresso e da modernização da economia e da sociedade gaúcha.

Até então, o empresariado encontrara um *modus vivendi* de sócio privilegiado no interior da aliança hegemônica que sustentava o PRR no Estado, sem que, contudo, tivesse a direção do processo. No plano do discurso positivista, tanto o desenvolvimento da indústria era considerado uma meta a alcançar quanto o empresário era tido como um agente do progresso, sócio do governo¹²³.

¹²² Nunes, 2015, p. 178.

¹²³ Pesavento, 1988, p. 269;

Essa relação se deu de forma harmoniosa, portanto, até a chegada do Governo Vargas em 1928, em que se escancarou que, mesmo enquanto um agente importante regionalmente, a economia sul-rio-grandense ainda estava muito vinculada a posição de “celeiro do país”; desta maneira, a burguesia agropastoril impunha uma força significativa ao Estado gaúcho, mesmo com todas as tentativas de diversificação do setor econômico e do balanceamento entre as frações por parte do PRR. Além disso, outros setores da burguesia não-agrária, como os comerciantes, estavam mais avançados na organização enquanto classe e na inserção política estadual, sobretudo a institucional, com parlamentares na assembleia gaúcha e no legislativo nacional. O fato de se ser a fração burguesa mais tenra e desarticulada entre si que as outras, mesmo com a sua relevância aumentando graças ao projeto do PRR, resultou em uma posição muito aquém do que é necessária para se tornar dirigente da sua classe na política regional, pelo menos até a década de 30.

[...] tal convivência dentro do "projeto regional" fazia prevalecer os fatores de complementaridade com os grupos agrários da burguesia, retardando processos de diferenciação. O partido situacionista, a rigor, beneficiava, acolhia e encaminhava questões industriais; os empresários eram homens do partido, apoiavam o governo e este os apoiava e prestigiava.¹²⁴

Todavia, a fração da burguesia industrial durante todo esse processo foi elevada a um setor importante na economia regional, e a consolidação do CINFA-RS se concretiza em um contexto onde a necessidade de garantir seu controle e o enfrentamento do operariado eleva essa fração de classe a outra possibilidade de ação no estado. No entanto, para ter chegado a tal posição dentro do governo PRR foi necessário haver um aperfeiçoamento da produção fabril. Os avanços e o controle sobre o trabalho estão vinculados a necessidade de expandir a acumulação de capital através da organização racional das forças produtivas, e é nesse momento que as políticas empresariais de coerção e o consenso se tornam fundamentais para que os industriais gaúchos tivessem domínio sobre a força de trabalho. Assim, esse processo de racionalização da produção, somado ao controle e à disciplinarização da força de trabalho, bem como à necessidade de educar moralmente o operário com desígnios da burguesia industrial, resultam na

¹²⁴ *Id. Ibid.*, p. 269;

domesticação do operário ao capital, e consolida uma parte fundamental para a constituição da burguesia enquanto classe em si: a dominação do trabalho.

3.2 A racionalização da produção da indústria moderna: O uso do taylorismo e do fordismo no Rio Grande do Sul

Durante o primeiro tópico nos concentramos, de modo geral, em analisar o desenvolvimento da burguesia industrial nos aspectos superestruturais da sociedade capitalista sul-riograndense, seu ingresso na sociedade política e na sociedade civil gaúcha – marcada pela hegemonia do PRR –, e a importância desse período para o aprimoramento a burguesia industrial enquanto classe no estado, principalmente pelo seu avanço no debate ideológico, buscando garantir o controle sobre dos seus meios de produção, sobretudo sobre a força de trabalho do operariado. Doravante, o processo de expansão empresarial depende, principalmente, da sua capacidade produtiva. Para alcançar o status de classe “modernizadora” ou “responsável pelo progresso”, a burguesia industrial se apropriou, de forma bastante particular, das ideias de racionalização e de organização da produção em voga no período. Nesse tópico, portanto, compreenderemos como métodos produtivos – como taylorismo e fordismo – se inseriram nas fábricas gaúchas no início do século XX, compreendendo assim como se deu o desenvolvimento infraestrutural que possibilitou a burguesia industrial adquirir determinada relevância no estado durante a primeira metade do século XX.

Tanto o taylorismo como o fordismo são produtos do período áureo do cientificismo, linha filosófica oriunda do positivismo, que considerava a ciência, sobretudo a natural, como portadora do caminho para as resoluções de todos os problemas sociais. Assim, buscavam solucionar problemas relacionados à produção industrial, racionalizando o espaço fabril e tornando-o mais otimizado. No entanto, a proposta de racionalização está estritamente ligada à necessidade de expansão da lucratividade do capitalismo industrial, que vinha crescendo e se complexificando nos últimos séculos, e nesse sentido à maior dominação do capital sobre o trabalho, a fim de assegurar uma produção mais volumosa de valor. A ideia de controle sobre o trabalho não era uma novidade no final do século XIX e começo do século XX. A necessidade de disciplinar o operário, tendo um controle sobre ele, começa já com a inserção dos relógios

no espaço manufatureiro¹²⁵. Entretanto, é a partir das formulações de Frederick Winslow Taylor que esse controle ganha um caráter de gerenciamento científico¹²⁶.

A preocupação principal de Taylor e seu método era o tempo: controlá-lo se torna um fator de extrema importância dentro dos seus escritos. O controle do tempo se materializa pela forma que é organizada a produção, de como é produzido e como era ditada a execução do trabalho, procurando sempre “[...] pela melhor equação possível entre tempo e movimento”¹²⁷. Mas um ponto demasiadamente importante para compreendermos a mudança de eixo do domínio sobre o tempo da produção da mão do operário para a do empresário nesse processo é que os métodos de produção até então empregados eram ditados pelos próprios trabalhadores, que sabiam a melhor forma de fazer seu trabalho. Com o método de Taylor, há uma mudança crucial nesse quesito, há uma expropriação do saber do trabalhador sobre seu trabalho, criando uma divisão entre o criar e o executar. Isso se dá pelo reconhecimento do autor da luta de classes, pois para ele, o operário saber mais que a gerência como executar o trabalho cria possibilidades de ele “fazer cera” ou criar mecanismos de retardar o seu próprio potencial produtivo.

Taylor, também, menciona a necessidade de controlar a vadiagem no trabalho e elege como as três causas principais da vadiagem: primeiro, o erro disseminado entre os trabalhadores de que o maior rendimento do homem e da máquina terá como resultado o desemprego de grande número de operários; segundo, o sistema defeituoso da administração e, terceiro, os métodos empíricos que fazem os operários desperdiçarem grande parte de seu tempo¹²⁸.

Assim, criasse formas de diminuir o potencial de interferência do trabalhador no processo produtivo, colaborando assim com o acirramento do seu processo de alienação¹²⁹. Passasse a setorizar a produção, simplificando as funções dos operários por meio de uma inserção maior de máquinas no processo produtivo, garantindo assim uma não-necessidade de mão de

¹²⁵ THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493p.

¹²⁶ RIBEIRO, A. F. **Taylorismo, fordismo e toyotismo**. Lutas Sociais (PUCSP), v. v.19, p. 65, 2015.

¹²⁷ *Id. Ibid.*, p. 66.

¹²⁸ *Id. Ibid.*, p. 67.

¹²⁹ “As condições criadas pela divisão do trabalho e pela propriedade privada introduziram um “estranhamento” entre o trabalhador e o trabalho, uma vez que o produto do trabalho, antes mesmo de o trabalho se realizar, pertence a outra pessoa que não o trabalhador. Por isso, em lugar de realizar-se no seu trabalho, o ser humano se aliena nele; em lugar de reconhecer-se em suas próprias criações, o ser humano se sente ameaçado por elas; em lugar de libertar-se, acaba enrolado em novas opressões”. KONDER, L. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense. 2004. p. 30.

obra especializada para executar tarefas agora mais simples, o que possibilita uma oferta maior desta para a fábrica, condicionando um barateamento da força de trabalho. O trabalho se torna mecânico, cronometrado e vigiado constantemente, tornando o operário um “gorila domesticado”

Efetivamente, Taylor exprime com cinismo brutal o objetivo da sociedade americana; desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal¹³⁰.

O operário sofre também com excursões ideológicas durante esse processo, onde se busca relacionar o bem-estar da empresa, isto é, de sua capacidade produtiva, com o bem-estar do operário.

O alcance da disciplina imposta pelas novas formas de organização do trabalho poderia ser medido pela introjeção, em cada operário, do seu próprio "relógio moral interno". Ou seja, a noção de "tempo útil", introduzida pelo capitalismo, seria incorporada e absorvida pelo trabalhador, que passaria a orientar o seu comportamento pelos padrões fabris¹³¹.

Durante o processo de consolidação do fordismo essas práticas de controle sobre o operariado se expandiram para fora das paredes das fábricas. Inicialmente, procuraram intensificar o controle sobre o trabalhador, no entanto, não só exercendo sua dominação, mas também procurando persuadi-lo através de altos salários, garantias assistencialistas e também pela própria imagem do empresário construído a partir do mito do empresário que enriqueceu através do trabalho. Somado a isso, a construção de método que reduza ao máximo o tempo de produção, produzindo em larga escala e dialogando com a ideia de que os próprios operários poderiam comprar os carros da empresa pelo barateamento do custo de produção e assim no preço final do produto, Ford procura estimular a constituição de um mercado de consumo em massa, agindo

¹³⁰ GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 397.

¹³¹ Pesavento, 1988, p. 24.

sobretudo na criação de uma nova subjetividade no meio social. Portanto, o fordismo “[...] equívaleu ao maior esforço coletivo para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem. Os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar a vida”¹³².

A introdução da esteira rolante caminha para um novo patamar de racionalização da produção e executa de forma mais incisiva os ideais de Taylor, colocando o controle sobre o ritmo do trabalho (e do seu tempo) literalmente na mão da gerência da empresa, que é a capacidade de ditar a velocidade da esteira. O fordismo marca uma nova fase da produção que traz novos meios de sociabilidade a partir dela, agindo não só da infraestrutura como também da superestrutura – não é à toa que Gramsci chama de “Revolução silenciosa” ao detalhar o Americanismo-Fordismo¹³³.

Com a necessidade de aumentar o controle sobre os operários, já que nesse método de gerenciamento de produção as condições de trabalho são extenuantes e a necessidade de ter um operário física e psicologicamente saudável fez com que a empresa Ford passasse a vigiar a vida particular dos seus trabalhadores, proibindo inclusive o consumo de bebidas alcoólicas e apoiando as leis proibicionistas dos Estados Unidos¹³⁴. Além disso, com a política de altos salários, que era essencial para a manutenção dos altos padrões de consumo e assim a alimentação da indústria de massa¹³⁵, o empresário americano passava por moralizar o uso dele pelos seus operários, constituindo uma ética sobre o consumo ideal de um trabalhador, que deveria favorecer a compra de uma casa própria e de um automóvel. O gasto do salário não poderia se centrar em coisas “banais” como bebidas, jogos, sexo ou algo do tipo, Ford adota como política de controle, com agentes da empresa para fiscalizar a vida de seus operários, um viés calcado no puritanismo moral, “[...] o chamado evangelho fordista [...]”¹³⁶.

O papel do Estado foi fundamental para a consolidação do modelo fordista de racionalização da produção, o que demonstra uma diferença substancial entre os modelos fordista e

¹³² Harvey, 1992, p. 121 *apud* Ribeiro, 2015, p. 69.

¹³³ Gramsci, *op. cit.*

¹³⁴ *Id. Ibid.*

¹³⁵ Ribeiro, *op. cit.*

¹³⁶ *Idem*, p. 70.

taylorista – tendo o primeiro um projeto de hegemonia. Como dito anteriormente, a fábrica é o *locus* onde a burguesia industrial se faz classe de si,

[...] pois, antes de tudo, é necessário conquistar a adesão dos trabalhadores. Daí a ideia de pacto social ou compromisso social entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. Mas, é preciso que essa hegemonia extrapole os muros da fábrica e se torne uma hegemonia social. Aí entra o Estado como provedor de políticas públicas e sociais, com investimento na saúde, na educação e no lazer. O Estado do bem-estar social, enquanto Estado provedor, configura-se, então, como um emblema do padrão de produção fordista¹³⁷.

No Brasil, ambos os métodos tiveram uma grande adesão por parte dos industrialistas locais preocupados com a racionalização não só do chão da fábrica, mas também da sociedade em geral – acreditava-se que a racionalização auxiliaria na resolução das mazelas que atingiam a sociedade brasileira durante o início do século XX. Os modelos racionais de organização do trabalho estavam sendo postos em prática em diversas fábricas já nas primeiras décadas do século, as principais justificativas estavam relacionadas à necessidade de se criar um espaço onde haveria uma cooperação tanto de setores do empresariado industrial como do operariado. Há uma tentativa, portanto, de negar a luta de classes e as contradições do sistema capitalista através da racionalização da produção fabril, e para isso a necessidade de ter um domínio sobre o operariado, que passava a se tornar um ator político mais enérgico a partir das primeiras décadas do novo século.

As greves e ações do movimento operário brasileiro organizado acendem o interesse da fração da burguesia industrial em tomar controle tanto da força de trabalho dos seus operários, através do controle do tempo e da coerção, como também de sua subjetividade mediante investidas ideológicas e morais que buscam desarmar a consciência de classe dos seus trabalhadores. A preocupação em racionalizar a produção por parte de integrantes do empresariado brasileiro, sobretudo paulista, e de seus intelectuais levou a criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), em 1931, que se encarregou de organizar de forma mais profissional o projeto de racionalização da sociedade nacional, que até então era composta por tentativas muito

¹³⁷ *Id. Ibid.*, p. 71.

dispersas e regionalizadas de racionalizar a produção fabril no Brasil¹³⁸. Os fundamentos que norteavam o Instituto eram

1° – O intercâmbio de ideias, experiências e pesquisas entre os estudiosos e interessados dos problemas do trabalho; 2°-a aplicação dos métodos científicos e sistemas de trabalho que, por uma organização administrativa adequada e por uma orientação racional do trabalhador, resultem melhora da qualidade do produto, baixa do preço de custo e melhor remuneração do operário, a par de maior conforto e melhores condições higiênicas do trabalho; 3°-a **transformação, pela cooperação íntima das classes e camadas sociais, dos adversários irredutíveis que hoje se digladiam, em colaboradores de um mesmo ideal: o bem comum**¹³⁹.

Assim, a despolitização do proletariado era um objetivo a ser atingido pelos industriais durante o processo de racionalização. A negação da luta de classe remete a um discurso apolítico; a uma tentativa de extrair o conteúdo politizante do apoio burguês sobre a necessidade de implantar os métodos racionais nas fábricas, deixando permanecer apenas o verniz técnico e fazendo a súplica de que o aumento da produção e a organização científica do trabalho trariam benefícios para todas as classes sociais brasileiras.

No estado do Rio Grande do Sul, como visto no do tópico anterior, a política de racionalização da produção passou a ser incentivada pelo PRR (Partido Republicano Rio-grandense) durante sua empreitada de diversificação da matriz econômica do estado. Para o partido, a racionalização da produção favorecia a inserção de mercadorias gaúchas no mercado nacional, tornando-as mais competitivas. A própria criação de Cooperativas Vitivinícolas na região colonial italiana foi estabelecida nesse contexto, o objetivo era sobretudo superar a produção artesanal, comum na região, e profissionalizar a produção de derivados da uva, como o vinho, tornando assim um produto competidor com os artigos importados¹⁴⁰.

A introdução de novos maquinários e tecnologias foram determinantes para que a burguesia industrial gaúcha procurasse nos métodos de organização racional de produção uma forma de qualificar e controlar o seu operariado. No entanto, é preciso compreender a inserção da tecnologia tanto através dos seus aspectos propriamente econômicos “[...] quanto em relação

¹³⁸ BATISTA, E.L. **A Influência do Taylorismo na indústria brasileira e o processo de constituição do IDORT na década de 1930**. Lutas Sociais (PUCSP), v. 19, p. 25, 2015.

¹³⁹ Azevedo, 1932, p. 37 *apud* Batista, 2015, p. 31–32. [grifo nosso]

¹⁴⁰ Giron, 2009.

aos seus aspectos sociais e políticos, de proporcionar a dominação do capital sobre o trabalho, assegurando o controle e a disciplina do operário na empresa e expropriado o trabalhador do seu ‘saber’ particular”¹⁴¹. A aquisição de novos maquinários exigiu uma expansão da planta industrial, a reorganização do espaço de trabalho, a setorização e o desenvolvimento de práticas higienistas¹⁴². As ideias de Taylor, portanto, influenciaram a forma que se reestruturava a indústria gaúcha com as novas demandas que emergiram a partir do século XX: a de um incremento da capacidade produtiva; além de toda preocupação do controle sobre o proletariado que se tornava cada vez mais contestatório. As propostas desenvolvidas por Taylor eram agitadas em jornais e revistas por intelectuais burgueses que estimulavam a adoção e a aceitação desse método organizativo da produção dentro das fábricas gaúchas. Entretanto, sobre a questão relacionada aos altos salários, a imprensa gaúcha propagava a ponderação e estimulava a valorização daqueles operários que não “faziam corpo mole”.

Consiste, além disso, em aproveitar a margem, a diferença existente entre o resultado do trabalho de operários medíocres, que fazem o serviço lentamente, e o de operários escolhidos pela sua aptidão, incitados por salários elevados em relação com o trabalho feito e colocados em condições de não perder tempo com movimentos inúteis para escolher a ferramenta necessária nem para esperar o material, tendo tudo a seu lado, ao alcance da mão [...]. Era preciso, pois, achar o meio de remunerar amplamente uma grande produção, organizada de modo a não gastar o operário; e esse meio consiste em alterar o regime da divisão em funções nas oficinas, acabando assim com a hierarquia militar em que as ordens são transmitidas ao pessoal de grau, passando cada vez por um só chefe, de maneira que o trabalho seja todo distribuído, mediante uma organização diferente, aos operários adequados e às máquinas apropriadas, tendo-se sempre em vista que a execução seja boa e rápida, bem como a conveniência de proporcionar a quantidade de trabalho ao número de operários, ou o número àquela quantidade, manter a disciplina, retificar os salários, fixar o preço das peças.¹⁴³

Além do método taylorista de gerenciamento da força de trabalho, havia paralelamente o compartilhamento através da imprensa do método fordista e, como vimos anteriormente, esse método de organização racional da produção expandia as colocações expostas por Taylor e defendia o pagamento de altos salários para os funcionários, a fim de construir uma massa de consumidores dos seus produtos. Porém, os empresários gaúchos eram bastante seletivos na hora de trazer os pensamentos de Ford para dentro de suas fábricas e um dos aspectos que

¹⁴¹ Pesavento, 1988, p. 21.

¹⁴² *Id. Ibid.*

¹⁴³ Almanaque do Comércio do Rio Grande do Sul, 1921, p. 154-155 *apud Id. Ibid.*, p. 25.

frequentemente ficavam de fora era justamente a questão dos altos salários. Já as ideias da constituição de uma harmonia social, da expansão da produção na adoção de novas técnicas e tecnologias, no controle do operariado dentro e fora do espaço fabril eram perspectivas bem aceitas pela burguesia gaúcha¹⁴⁴.

Um dos expoentes do fordismo no Rio Grande do Sul foi o já citado A.J. Renner, que ao contrário de muitos companheiros de classe, procurou executar os apontamentos de Ford de forma bastante enérgica, sendo chamado por Fortes de “Ford Riograndense”¹⁴⁵. Adotou inclusive um amplo sistema de assistência social aos seus operários, baseando na sua perspectiva ideológica de “capitalismo social”, que se afastava do defenestro “capitalismo velho e arcaico” ou do utópico e ilusório “comunismo”, buscando condicionar melhores condições de vida aos seus operários, entretanto, estabelecendo sempre uma relação paternalista e de dependência, sem deixar de lado a coerção e o controle de seus operários.

Contudo, mesmo com a adoção de novas máquinas, a expansão da capacidade produtiva exigia uma educação da mão de obra para o uso qualitativo das novas tecnologias inseridas no cotidiano da fábrica. Pesavento¹⁴⁶ comenta que a adesão de maquinários fez o industrial gaúcho se preocupar com a instrução dos seus trabalhadores, pois “[h]avia uma dificuldade dos industriais de terem acesso a mão de obra habilitada para executar o trabalho nas novas máquinas, tendo diversos casos de redução da capacidade produtiva e conseqüentemente do lucro de diversas empresas durante o período de adaptação”¹⁴⁷. Mas a ação do proletariado gaúcho não foi de aceitar passivamente as implementações de tais métodos de racionalização, sobretudo com a adesão de novas tecnologias do espaço fabril, havendo casos de uso de técnicas “ludista”, isto é, de sabotagens do maquinário da empresa por operários que temiam que elas tirassem seus empregos¹⁴⁸.

Como versado anteriormente neste tópico, esses métodos de racionalização da produção tendenciavam uma divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, isso se traduziu nos

¹⁴⁴ *Id. Ibid.*

¹⁴⁵ Fortes, *op. cit.*

¹⁴⁶ Pesavento, 1988

¹⁴⁷ *Id. Ibid.* p. 32-33.

¹⁴⁸ Pesavento (1988, p. 34) aborda um leque de casos que ocorreram em fábricas do estado contra a adoção dessas novas máquinas. Um caso emblemático foi no setor tanoeiro em Caxias do Sul, em que “[c]om a introdução de máquinas para a construção de barris, os trabalhadores-artesãos da tanoaria foram sendo desalojados da produção. A máquina de “arrunhar”, fabricada pelos irmãos Fávares, reduzia em 50% o uso da mão de obra na empresa. Para conseguir trabalho, os tanoeiros jogavam rebites de ferro (que serviam para fixar o aro dos barris) no meio das engrenagens a fim de arreventar os maquinismos”.

ambientes fabris em uma divisão entre o saber científico, de setores vinculados a aristocracia operária, e o trabalho braçal e manual repetitivo do operário, ocasionando uma qualificação/desqualificação da mão de obra industrial¹⁴⁹. “Forma-se, portanto, uma hierarquia dentro da empresa, composta por diretores técnicos, subdiretores, mestres e contramestres e chefes de seção, distintos da massa trabalhadora que opera com as máquinas¹⁵⁰”.

São esses, inclusive, os agentes da disciplinarização dentro das fábricas, responsáveis pelo cumprimento dos regulamentos internos da empresa, controlando e coagindo os operários para que se enquadrem nos parâmetros de operário ideal concebidos pela burguesia industrial. A ordem estabelecida dentro de fábricas gaúchas passa a ser exaltada pela imprensa regional – pelo menos a não vinculada ao movimento operário. O espaço industrial moderno passa a ser atrelado a um espaço harmonioso, higienizado e disciplinado, com seus operários ordeiros, saudáveis e robustos, sempre sob a tutela dos capitães da indústria¹⁵¹.

Contudo, a disciplinarização do operário não fica estabelecida apenas no controle e na coerção, ela também ocorre com a premiação daqueles operários tidos como “bons trabalhadores”. Assim, ocorre um processo de persuasão, que busca ir além do aparato de controle e punição, com o fim de criar mecanismos de convencimento e de coesão com o operariado a partir da perspectiva e dos interesses do empresariado, afinal a hegemonia burguesa na fábrica dentro do sistema capitalista precisava ser defendida das ideologias operárias. Isso ocorre por conta do avanço organizacional do proletariado que ocorre fora das fábricas, sobretudo com o crescimento e fortalecimento de sindicatos e partidos operários, e que começa a invadir os espaços internos fabris, contestando assim as formas de exploração do operariado executadas pelos patrões.

Mesmo que o cuidado da higiene e da limpeza dos espaços fabris, da disciplinarização da força de trabalho, da ordem semelhante a uma escola de modelo tradicional e arcaico sejam aspectos recorrentes nos discursos da burguesia industrial e de seus intelectuais do período, a realidade da industrialização do Rio Grande do Sul está perpassada por greves, tumultos e reivindicações – o que contradiz a propaganda [da aparência ordeira] veiculada na imprensa pelos intelectuais burgueses. Isso tudo resulta em uma ação mais enérgica da burguesia industrial frente a isso, tanto na sua organização enquanto classe (como já detalhado no tópico anterior)

¹⁴⁹ *Id. Ibid.*

¹⁵⁰ *Id. Ibid.*, p. 35.

¹⁵¹ *Id. Ibid.*

quanto no pagamento de melhores salários¹⁵², bem como no acirramento das políticas assistencialistas e paternalistas das empresas, a fim de desmontar as pautas economicistas agitadas pelas organizações operárias.

Se dentro da fábrica é o empresariado em conjunto com seus agentes técnicos que ditam as leis, a dominação do lado de fora passa a ser um objetivo para garantir os interesses burgueses sobre a força de trabalho. O controle e a disciplinarização do operário gaúcho o acompanham no cotidiano – prática estimulada pelos parâmetros do fordismo. As políticas de persuasão das empresas – assistência social, habitacional e de educação – são exemplo disso: utilizadas como forma de criar um véu ou de atenuar as contradições entre capital-trabalho, apresentam uma imagem mais simpática do burguês frente aos seus operários, alguém provedor das melhorias sociais e de vida dos trabalhadores. Essas políticas colaboraram com a dominação burguesa sobre o processo produtivo.

No processo de adestramento da mão de obra (podendo ocorrer concomitantemente com a domesticação desta para os padrões da indústria moderna), a criação de escolas pelos industriais se torna fundamental tanto para a formação de uma nova geração de operários para as empresas, tendo, portanto, sempre uma oferta de mão de obra disponível, quanto na sua profissionalização quando essas passam a oferecer um ensino técnico. O financiamento de moradias por parte dos empresários a seus operários em localidades próximas a fábrica favorecem também o mecanismo de controle além de moralizar os gastos dos trabalhadores, impedindo-os de gastar em coisas fúteis ou “degradantes” (drogas e sexo)¹⁵³. O semelhante ocorre na criação de contas correntes, caixa de mútuo socorro para auxiliar os operários acidentados, mercearias com preços mais módicos, dentistas, médicos, espaços de lazer etc., todas essas práticas empresariais que buscavam tornar dócil a mão de obra operária, afastando-a da influência do movimento

¹⁵² Dentro do que era estabelecido pelos métodos de racionalização da produção estava o ato de beneficiar operários de alto rendimento, os que produziam mais, a partir da política de remuneração por peça. Nesse sentido, durante a primeira metade do século XX, o salário médio do operariado gaúcho era o maior entre todos os do Brasil, o que resultava em um desdém da classe dominante gaúcha pelas reivindicações do proletariado do estado. Porém, Pesavento (1988, p. 49) contesta essa visão da burguesia industrial gaúcha do período: “Entretanto, essa constatação, uma vez aceita, não pode levar a considerar que o salário fosse elevado ou que proporcionasse boas condições de vida ao operariado. Deve-se ter em conta a permanência da reivindicação do aumento salarial na sucessão de greves operárias ocorridas no Rio Grande do Sul, o que vem demonstrar a defasagem entre o salário real e o custo de vida”. Além disso, como a autora demonstra, a média salarial era maior se comparada com outros estados apenas na categoria de operários homens e adultos, sendo não muito diferente nos outros quesitos, como mulheres e crianças.

¹⁵³ *Id. Ibid.*

operário garantindo um pouco mais do mínimo para sua reprodução. Não obstante, essas práticas caracterizavam uma dependência do operário à empresa, por conta, sobretudo, das práticas paternalistas, com o afastamento dos operários da luta política, resultante do processo de adestramento, somado com a coerção e a perseguição de trabalhadores contestadores e sindicalizados, o operariado passa a temer a aproximação e até mesmo condenar qualquer movimentação contestatória da hegemonia burguesa sobre o proletariado e reivindicatória de melhores condições de trabalho.

Um exemplo disso é justamente o que ocorreu nas fábricas de A.J. Renner¹⁵⁴. Durante um período de greve na região metropolitana de Porto Alegre dos operários do setor têxtil, onde os trabalhadores da Renner evitaram aderir à greve por temer represálias da empresa, mesmo tendo uma pauta que exigia a melhoria das condições de trabalho de todos os operários do setor, as garantias dadas pela empresa somadas com os salários que superam a média regional, desarmava a capacidade ativa desses operários que temiam ser mandados para a rua caso prestassem solidariedade a seus companheiros de classe. Isso demonstra que as práticas paternalistas, dentro de um contexto de controle e disciplinarização, tinham também a função de limitar o fortalecimento de uma identidade e uma solidariedade de classe, indo ao encontro, portanto, dos interesses empresariais, isto é, a consolidação de um operariado passivo.

[...] o ‘serviço social’ colocava ao alcance da mão um leque de benefícios, que entretanto só poderiam ser entendidos como ‘direitos’ no horizonte restrito do código de ética da disciplina fabril, **cuja contrapartida era o ‘dever’ de lealdade e obediência absolutas**. A luta por realizar a integração entre a cultura cidadã da conquista de direitos e o gozo concreto de benefícios colocava novos e mais complexos desafios ao movimento operário¹⁵⁵.

Entretanto, essas práticas, a fim de atingirem um determinado sucesso, necessitavam de um empenho e de uma força de vontade maiores por parte do empresariado, pois colocavam em jogo sua maximização de lucro. Nem todos os empresários agiram como Renner na sua política

¹⁵⁴ A própria empresa criou um manual denominado “*Pequeno Manual dos Empregados*”, em que ditava as condutas dos seus operários. Sobre a disciplina que os operários deveriam ter na empresa, segundo o manual, Fortes sintetiza: “A disciplina era outro atributo fundamental, pois sem ela ‘não há ordem, cooperação, eficiência e prosperidade.’ Ser disciplinado, porém, não significaria apenas ‘ordem, acatamento e respeito’, nem sequer ‘subserviência [ou] servilismo.’ A ‘disciplina de si mesmo’ teria que moldar todo o comportamento do trabalhador, levando-o a ‘aperfeiçoar suas qualidades, corrigir defeitos e viver com regularidade, evitando os excessos e os vícios’” (**Pequeno Manual dos Empregados**, 149, 21-31 *apud* Fortes, 2001, p. 255).

¹⁵⁵ Fortes, 2001, p. 250.

de assistência, apesar de a partir da criação do CINFA-RS essas práticas serem estimuladas para todos os empresários. Renner foi uma figura exemplar no adestramento de seus operários, mas isso não significou a passividade por completo destes, até porque o movimento operário buscava constantemente expor as contradições entre capital-trabalho que as políticas de persuasão tentavam esconder. Ele foi legitimamente um intelectual orgânico burguês, procurando se debruçar nas resoluções das contradições aparentes do capitalismo (o chamado “velho capitalismo”), a partir da imposição de uma moral assistencialista ao capitalista, sendo possível portanto na constituição de um “capitalismo social” ou “neocapitalismo”

O ‘capitalismo social’ exigia, porém, uma mudança de mentalidade empresarial, com foco na combinação entre “justiça e responsabilidade”. Para Renner, isso envolvia tanto a relação com os consumidores quanto a com os trabalhadores, à medida que apenas aquele que zelasse pelos primeiros poderia também fazê-lo pelos segundos¹⁵⁶.

Tornando-se, assim, um dos principais símbolos de um período de ofensiva burguesa, que pretendia responder, por meio da sua organização enquanto classe industrial e de mecanismos de coerção e coesão, as contestações de um operariado que passava a ter consciência de classe-em-si.

¹⁵⁶ *Id. Ibid.*, p. 220.

4 A DISCIPLINA, O CONTROLE E A PERSUASÃO DO OPERARIADO NA METALÚRGICA ABRAMO EBERLE (MAE)

Desenvolvemos até aqui, neste trabalho, uma visão geral dos elementos que integrarão os processos de disciplinarização e controle da força de trabalho na Metalúrgica Abramo Eberle. A partir do que já foi levantado – formação econômica de Caxias do Sul, o surgimento e desenvolvimento das indústrias Eberle e quem foram os seus operários, e a formação da burguesia industrial gaúcha enquanto classe, seus processos de dominação sobre o trabalho através da racionalização dos meios de produção industrial – poderemos compreender de forma mais ampla como se desenvolveu os mecanismos de domesticação e adestramento da mão de obra utilizada dentro da indústria caxiense. Utilizamos o conceito de domesticação para referir aquela mão de obra estranha ao modelo fabril, não acostumada com o ritmo de trabalho de uma indústria moderna. Já o uso de adestramento, que não está na parte do conceito de domesticação, é usado mais para delimitar os mecanismos de controle do operariado já domesticado, mas não dócil às investidas burguesas, a fim de torná-lo passivo, através das ferramentas de coerção e de persuasão.

Abramo Eberle foi um dos mais importantes industriais gaúchos da primeira metade do século XX, acompanhado pelo já citado A.J. Renner e Alberto Bins. Sua importância foi além do significativo desenvolvimento e crescimento de um setor até então pouco explorado na economia gaúcha, a metalurgia, mas sim pela sua capacidade de gerenciar seus operários, constituindo assim um operariado inofensivo, de certa forma, as ofensivas burguesas sobre a expropriação de capital. A metalúrgica é comumente relacionada a uma escola¹⁵⁷

Neste sentido, projeta-se o poder disciplinar da empresa – que é, antes de mais nada, **um poder de adestramento** – para o terreno da educação [...]. **A escola é um dos caminhos da construção da hegemonia burguesa; com relação aos trabalhadores, implica fornecer-lhes uma direção, uma pauta de valores e um código de normas de atuação. Portanto, a educação se apresenta também como um esforço para manter e garantir uma situação de dominação**¹⁵⁸.

¹⁵⁷ TISOTT, Ramon Victor. **Pequenos trabalhadores:** infância e industrialização em Caxias do Sul (fim do séc. XIX e início do séc. XX). 2008. 222 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

¹⁵⁸ Pesavento, 1988, p. 57.

No contexto de Caxias do Sul, a empresa teve um papel significativo, tanto economicamente, mas também em outros elementos da formação social da cidade. Na década de 20, a empresa empregava cerca de 4,1% da população urbana local, que chegava a 7.500 habitantes, o que representa um contingente significativo para a época, tendo possivelmente cada família da região um parente próximo trabalhando nas fábricas da empresa¹⁵⁹. No mesmo período, em especial em 1924, a empresa empregava 25% dos operários da cidade, isto é, das pessoas que trabalhavam no setor industrial, se consolidando assim como maior empregadora da região nordeste do estado¹⁶⁰.

Isso demonstra a capilaridade impressionante da empresa para os padrões da época na sociedade local, atingindo uma parcela significativa da população tanto diretamente como indiretamente. Abramo Eberle e sua empresa, nesse sentido formaram um importante vetor de modificação das subjetividades não só dos seus operários, mas dos habitantes que circundam aquela sociedade, através dos mecanismos de disciplina e controle (coerção), mas também pela persuasão e pela propaganda, na construção de um sujeito ideal que deve ser exemplo para toda comunidade. Por meio desse capítulo, portanto, abordaremos mais detalhadamente como se deu a consolidação do domínio da burguesia industrial na cidade a partir da Metalúrgica Abramo Eberle e de seu proprietário.

4.1 Domesticação e adestração da força de trabalho

Como abordado no primeiro capítulo deste trabalho, a origem profissional do operariado da Eberle estava distante da chamada indústria de características fabris ou de organização moderna. Portanto, eram trabalhadores estranhos e pouco adaptados às propostas de produção em escala industrial no modelo capitalista – o que viria a se tornar a Eberle principalmente no pós-Primeira Guerra Mundial – sendo na sua maioria oriundos de setores como o comércio, a agricultura, de pequenas manufaturas e oficinas artesanais de caráter doméstico etc. Trazer esses elementos para a análise sobre disciplina e controle no ambiente fabril nos remete à percepção de que às práticas de coerção da força de trabalho de sujeitos não acostumados com a produção

¹⁵⁹ Tessari, 2013.

¹⁶⁰ *Id. Ibid.*

fábrica está vinculada a proposta de domesticação desses para bem servirem às necessidades industriais.

Como demonstra Thompson na sua obra *Costumes em Comum* (1998), as características de produção do capitalismo industrial precisaram ser sistematicamente implementadas a fim de atingir os interesses dos industrialistas que enxergavam nas práticas tradicionais do uso de tempo um empecilho na capacidade produtiva de seus operários. O historiador britânico, ao detalhar como se deu a apropriação do tempo pelo capital industrial, fez um apanhado histórico, no decorrer dos séculos XVII, XVIII e XIX, de como mecanismos de disciplina passaram a ser uma constante nos ambientes de trabalho para um controle mais racional do tempo nesses espaços. O ritmo de trabalho em setores não-fábric se dava de forma bastante irregular, a disciplina não era algo ausente, mas demandava um grande esforço do proprietário da oficina em regular a produção dos seus trabalhadores constantemente¹⁶¹. Somado a isso, as tradições de trabalho, vinculadas a aspectos culturais da sociedade, também influenciam uma prática não completamente engessada de ritmo de trabalho, em um período onde as relações de produção não estavam no patamar semelhante ao do capitalismo industrial do século XIX e XX, tendo o trabalhador/operário ainda controle sobre todo o seu exercício de trabalho

Mesmo em oficinas maiores, os homens às vezes continuavam a realizar tarefas distintas nas suas bancadas ou teares, e – exceto quando o receio de desvio de materiais impunha supervisão mais rigorosa – demonstravam alguma flexibilidade no ir e vir. [...] O padrão de trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa e de ociosidade quando os homens detinham o controle de sua vida produtiva¹⁶².

Ao abordar essa questão, Thompson¹⁶³ perpassa os debates dos capitalistas industriais e seus intelectuais no século XVIII e início do XIX sobre a adoção de modelos de uso de mão de obra, o debate girava em torno entre a contratação de mão de obra remunerada com jornada de trabalho regular ou a adoção do “trabalho por empreitada”, que significa o pagamento aos tra-

¹⁶¹ Thomson, 1998

¹⁶² *Id. Ibid.*, p. 280 – 282.

¹⁶³ *Id. Ibid.*

balhadores por tarefas específicas executadas. A supremacia do uso do primeiro modelo demonstra uma maior atenção do empresariado com o controle do tempo e conseqüentemente com a disciplinarização dos seus operários.

O processo de industrialização passa a se intensificar principalmente a partir da Segunda Revolução Industrial, com a definitiva consolidação das grandes empresas sobre as pequenas, além da maior presença de máquinas, facilitando assim os ditames do tempo sobre os operários. O tempo, a partir disso, vira dinheiro. Quanto mais tempo um operário dispõe de sua força de trabalho na produção, maior é a produção de mais-valor. Assim, o desperdício de tempo passa a ser uma prática moralizada, de forma condenatória, relacionando com preceitos religiosos de que posturas de lascivas, de vadiagem ou de atos vistos como de vagabundagem seriam jogar fora as preciosas horas da sua vida, que eram limitadas pela morte. Thompson¹⁶⁴reflete sobre até que ponto essas práticas propagandísticas sobre o controle tempo influenciaram a natureza social e subjetiva dos seres humanos e suas práticas de trabalho a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial. Comenta também que os discursos moralizantes sobre a mortalidade do ser contribuíram para essa reestruturação da natureza humana e de sua percepção sobre o tempo

Ou (de um ponto de vista positivo) pode-se notar que, à medida que a Revolução Industrial avança, os incentivos salariais e as campanhas de expansão do consumo - as recompensas palpáveis pelo consumo produtivo do tempo e a prova de novas atitudes 'proféticas' para com o futuro. são claramente eficientes. Por volta das décadas de 1830 e 1840, observava-se comumente que o trabalhador industrial inglês se distinguia de seu colega irlandês, não só pela maior capacidade de trabalho, mas pela regularidade, pelo dispêndio metódico de energia, e talvez também pela repressão, não dos divertimentos, mas da capacidade de relaxar segundo os antigos hábitos desinibidos¹⁶⁵.

Ao olharmos para o desenvolvimento de Caxias do Sul, principalmente por volta da primeira década do século XX, percebemos que a indústria caxiense ainda estava hegemônica por pequenas e, quando muito, médias manufaturas ou oficinas. Nesse mesmo sentido, a proletarização dos trabalhadores desses empreendimentos ainda estava distante, sendo muitas vezes um meio de as famílias de pequenos produtores agrícolas terem uma renda extra ou até mesmo

¹⁶⁴ *Id. Ibid.*

¹⁶⁵ Thompson, 1998, p. 299.

um meio de educar os filhos em um ofício que poderia ser útil para a economia familiar futuramente, procurando assim superar a sua dependência da agricultura¹⁶⁶.

[...] as chamadas ‘fábricas’ raramente comportavam mais do que um ou dois trabalhadores além do proprietário e eventualmente seus filhos, do que se apreende que para Caxias anteriormente a 1910 não verifica-se um processo de proletarização urbana, pois a população pobre sem ocupação definida era rural. O trabalho em propriedade alheia, principalmente rural, nas manufaturas e na agricultura, pode ajudar a explicar a sobrevivência desse grande número de imigrante pobres que permaneceu em Caxias. As formas de pagamento do trabalho certamente eram as mais diversas, dependendo das condições e necessidades das famílias, incluindo-se mesmo aquelas que moravam ‘a favor’, e certamente também trabalhavam para a família que lhe acolhera¹⁶⁷.

No entanto, o processo de domínio sobre a percepção do tempo se fez presente desde os primórdios da metalurgia, sobretudo a partir das primeiras décadas no novo século. Abramo Eberle adotou a prática de tocar uma sineta religiosamente todo o início de expediente, na sinalização dos intervalos, nas voltas ao trabalho e nos fins de expediente. Esse costume adotado pelo empresário ditava a percepção do centro da cidade “o condão mágico que movimentava todas as atividades da cidade e que determinava o tempo útil de seus habitantes. 'Abramo já tocou' era o axioma que traduzia toda a densidade da vida da própria cidade, em seu trabalho, em suas divagações”¹⁶⁸.

No aspecto subjetivo, a prática da sineta passa a determinar a forma que a comunidade envolta lida com o tempo, mas recai principalmente sobre seus operários o efeito psicológico mais incisivo, condicionando um ritmo e uma rotina de trabalho que anteriormente não eram vistos como naturais, principalmente em sujeitos oriundos de uma região predominantemente rural.

Mas não é só o ato de sinalizar o tempo de entrada e de saída que foi suficiente para a empresa moralizar o “desperdício de tempo”. Para domesticar um operariado não-familiar a uma lógica de produção do capitalismo industrial, eram necessários mecanismos de disciplina- rização mais incisivos, que gerassem prejuízo àquele que não se enquadrasse nas necessidades da empresa. O primeiro documento coercitivo que temos disponível no *Coleção da Eberle do*

¹⁶⁶ Tissot, 2008.

¹⁶⁷ Stormowski, 2005, p. 162

¹⁶⁸ Boletim Eberle, jun. 1956, p. 13 *apud* Tessari, 2013, p. 42.

Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA) é um caderno de multas, provavelmente pertencente ao próprio Abramo Eberle, responsável por anotar as multas de toda prática considerada desperdício de tempo ou que pudesse retardar a capacidade produtiva da mão de obra. Práticas "banais" como assobiar ou cantarolar nas oficinas das metalúrgicas eram punidas com multa. Conversar com o colega ao lado *idem*. Quem saísse do ambiente de trabalho para fumar sofreria a mesma punição. Esses são claramente aparatos de dominação sobre o tempo do operário, limitando qualquer ação deste, que não fosse o de empregar sua força de trabalho na produção.

O caderno supramencionado data de 1911, período em que Abramo Eberle procura estruturar a expansão de sua fábrica após a criação da primeira sociedade comandita simples em 1907, como já comentado no primeiro capítulo deste trabalho. A nova etapa da empresa é marcada pela compra de novos maquinários e contratação de mais mão de obra – como demonstrado por Lazzarotto¹⁶⁹ –, é nessa estruturação que o capital investido da empresa demonstra uma maior valorização da tecnologia em detrimento da contratação da mão de obra. Ainda assim, a empresa passa a contar, em 1910, com cerca de 80 operários e no período posterior, em 1915, onde a empresa começa a empregar mais capital na aquisição de mão de obra, chegando a 152 operários. Nesse sentido, com uma nova maquinaria e a contratação cada vez mais volumosa de operários, há a necessidade de disciplinar essa mão de obra, domestica-lá às condições desejadas pela empresa.

O Caderno de Multas é um documento interessante para compreendermos as dinâmicas de disciplinarização dentro da fábrica de Abramo. Na própria capa do documento contém o título de “*Caderneta para apontar as multas dos que Transgredirem*”¹⁷⁰ o que traduz com exatidão sua função. Cada página do caderno geralmente é composta por um nome de algum operário, podendo até dois dependendo a página¹⁷¹. Cada nome carrega abaixo suas transgressões (caso houver) e na maioria das vezes o valor da multa por aquela ação. A maior parte das multas são por atitudes desprezíveis aos olhos de Abramo, são recorrentes as frases “ter fumado na latrina” ou “ter assobiado na officina”¹⁷² ao referirem o motivo da multa ao operário em

¹⁶⁹ LAZZAROTTO, Valentim A. **Pobres construtores de riqueza: absorção da mão-de-obra e expansão industrial na Metalúrgica Eberle: 1905-1970.** Caxias do Sul: Educs, 1981.

¹⁷⁰ Caderno de Multas da Fábrica Abramo Eberle & Cia. – Ano de 1911. Coleção Metalúrgica Abramo Eberle. Acervo: AHMJSA. Ver Anexo I.

¹⁷¹ *Ibidem*. Ver como exemplo Anexo II.

¹⁷² *Ibidem*. Ver novamente o Anexo II.

questão. Pressupomos que quanto maior o valor da multa, mais grave é considerado a transgressão que o operário causou, e no caderno está bem exemplificado isso, sendo o ato de causar algum dano a alguma peça produzida pela oficina ou ferramenta pertencente à empresa resulta em uma multa consideravelmente maior, podendo ser cumulativa caso tenha ocorrido em conjunto com outra atitude condenável pela empresa¹⁷³.

A reincidência nos atos é algo comum no caderno, mostrando que muitas vezes o operário não fazia questão de obedecer às leis da empresa. O fato de haver diversos casos de multas resultantes de flagrantes de operários fumando na latrina mostra algumas estratégias destes de burlar o sistema de vigia do patrão, utilizando-se de um ambiente privado e particular – como no ato de ir urinar ou defecar – para acender um cigarro. No entanto, nem por isso deixavam de ser pegos nas suas transgressões, e o fato de ser recorrente os casos de multas nesse caso em específico, havendo casos de uma pessoa só ter reincidido no mesmo dia, demonstra a preocupação de Abramo Eberle ou de seus agentes (mestres de secção) em vigiar os operários. Os casos de fumar, de conversar ou de assobiar são significativos, resgatando as análises de Sonia Aparecida Lobo que, ao estudar disciplinarização e controle no ambiente de uma indústria farmacêutica, comenta como questões de segurança e de qualidade de produção se tornam também um mecanismo que justifica o acirramento da vigia sobre os operários¹⁷⁴. No caso da Eberle, o fato de não permitir fumar, assobiar ou conversar no espaço de trabalho, para além de impedir o desperdício de tempo ou algo que distraísse a produção do operário, também se dava por questões relacionadas a segurança do espaço, já que qualquer distração poderia resultar em algum tipo de acidente. Trazendo o relato de Maria Rasia para a historiadora Maria Abel Machado: “No começo eles deixavam de fumar, depois eles proibiram. Principalmente na sessão de cartona-gem, a gente trabalhava muito com papel de seda, papelão, essas coisas, então era muito perigoso. Então ele [os contramestres da secção] não permitiam”¹⁷⁵.

Neste depoimento, Rasia, que começa a trabalhar na metalúrgica a partir de 1942, traz outros elementos a serem analisados, por exemplo, do como eram colocados em prática os mecanismos de controle dentro do espaço da fábrica. Ao trazer que “no começo eles deixavam de

¹⁷³ *Ibidem*. O Anexo III deste trabalho exemplifica bem essa afirmação, no caso da multa dada para Luiz Rech, quando este acabou danificando uma peça por estar conversando com Vittório, que resultou em uma multa de 2\$000 réis, a mais alta registrada no caderno.

¹⁷⁴ LÔBO, S. A. **Das formas de controle e disciplinarização à resistência operária no cotidiano fabril: o trabalho na indústria farmacêutica**. In: II Seminário Nacional Trabalho e Gênero, 2008, Goiânia. II Seminário Nacional Trabalho e Gênero, 2008.

¹⁷⁵ Depoimento de Maria Rasia, 1992. Entrevistadores: Maria Conceição Abel Machado. Acervo: AHMJSA.

fumar”, no sentido de permitir que fumassem no ambiente da fábrica, apesar de que as duas versões do Regimento Interno de 1924¹⁷⁶ proibissem o uso de cigarro durante o período de trabalho, pode demonstrar que os contramestres de secção nem sempre eram rígidos ao controle de tais atos, podendo ter uma postura mais tolerável frente ao que era permitido ou não. No entanto, os contramestres, mestres e outros agentes da empresa – como demonstrado no capítulo anterior – eram peças centrais no processo de controle e disciplina executados pela fábrica. No início, esse papel era feito, na maioria das vezes, pelo próprio empresário, porém, com o crescimento exponencial da empresa essa tarefa foi diluída em figuras com cargos, que tinham atribuições aparentemente técnicas e de chefia, que carregavam a responsabilidade de intensificar o domínio sobre tempo dos operários da empresa.

O Caderno de Multa e o Regimento Interno são os únicos documentos relacionados à disciplinarização e controle dentro da *Coleção Eberle do Arquivo Municipal de Caxias do Sul*. No entanto, segundo o levantamento fotográfico feito por Tessari¹⁷⁷ sobre o cotidiano do trabalho na Eberle, foram encontrados outros “objetos de coerção” (como foi denominado pelo autor), como o relógio, a sineta, o quadro com o rosto de Abramo e um quadro de multas. Sobre os dois primeiros: são objetos diretamente relacionados à dominação da empresa sobre o tempo dos operários. Já no terceiro, o autor comenta que serve para a presença do empresário na fábrica mesmo com sua ausência, tornando-se assim uma ferramenta de controle psíquico sobre os trabalhadores. Mas o que chama mais a atenção é o quadro de multas – cada setor possuía um, que mostrava os nomes dos “transgressores” da empresa e seus “pecados”. Esse é uma ferramenta de coerção que atinge diretamente a subjetividade dos operários através da intensificação do sentimento de vergonha e de constrangimento, imputando a eles uma característica negativa, deixando aparente suas atitudes condenáveis para todos os operários de determinado setor.

Nas fotos trazidas por Tessari, os quadros começam a aparecer a partir da década de 20, sobretudo em 1922, no entanto não temos mais informações para além dessas fotografias. Não sabemos se já havia práticas semelhantes já em 1911 ou anterior. Não obstante, a presença dos quadros pode estar vinculada ao processo de racionalização da produção empresa e consequen-

¹⁷⁶ Regulamento Interno da Fábrica Abramo Eberle & Cia. – Ano de 1924. Coleção Metalúrgica Abramo Eberle. Acervo: AHMJS. Ver Anexo 4 e 5.

¹⁷⁷ TESSARI, Anthony Beux. **Imagens do labor: memória e esquecimento nas fotografias do trabalho da antiga metalúrgica Abramo Eberle (1896-1940)**. 2013. 318 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

temente de seus mecanismos de coerção. O surgimento de um Regimento Interno em 1924 demonstra uma maior preocupação da empresa em fazer suas práticas de controle e disciplinarização serem adotadas. Nesse documento temos especificados os deveres do operário, o seu horário de entrada e saída, dos seus intervalos, seus impeditivos e o tipo de atitude esperada pela empresa. A proibição de fumar, conversar, cantar e assobiar nos remete novamente ao caderno de multas, mas agora em um formato mais formal e bem delimitado.

A década de 20 foi marcada por uma maior expansão da empresa, tanto na adoção de novas tecnologias como na diversificação de sua produção. O surgimento de novas seções como a de forjaria em 1923 resultou em produtos forjados, como lâminas e espadas – principalmente para forças de segurança como o exército –, a seção de artigos sacros dois anos depois, em 1925, e diversas outras que surgiram a partir da expansão e da diversificação da produção da empresa. Somado a isso, as viagens feitas pelo Abramo e sua família, tanto para os Estados Unidos como para a Europa no início da década, foram acompanhadas pelo interesse do patriarca em se apropriar de conhecimentos desenvolvidos sobre organização da produção nos principais centros do capitalismo mundial. Com isso e através dos acúmulos adquiridos nessas viagens, a implementação mais incisiva de métodos racionalistas de produção¹⁷⁸, principalmente no tocante a higienização e a iluminação dos espaços de produção, dá-se uma qualidade maior para o trabalho empregado, muito destoante das imagens produzidas na década passada e até mesmo em 1922.

Desse modo, ao olharmos para essas cenas fotográficas do ano de 1925, encontramos uma fábrica mais airosa, com oficinas de trabalho mais amplas, melhor ventiladas e mais bem iluminadas em comparação com as fotos dos anos anteriores. A isso, acresce o fato de a maioria das fotos mostrarem construções de alvenaria, sendo que em 27 fotos do total dessa série são percebidos esse tipo de ambiente¹⁷⁹.

Apesar da aquisição de novas máquinas, o capital investido em mão de obra era quatro vezes superior ao investido em novas tecnologias. Portanto, outro elemento adquirido e implementado pela empresa – com base desta política empresarial que valorizava a contratação da mão de obra – é a incrementação de mecanismos de coerção de forma mais organizada, e assim surge a necessidade de expandir os mecanismos de controle e disciplinarização do operariado

¹⁷⁸ A metalúrgica já estava introduzindo elementos tayloristas de produção desde, pelo menos, a década de 10, com a criação de seções e a simplificação da produção.

¹⁷⁹ Tessari, 2013, p. 202.

da fábrica, já que ele é o aspecto fundamental para a produção de riqueza da empresa. Através dos Artigos do Regimento Interno podemos ver como essa implementação se deu na prática. O primeiro artigo contém as informações relacionadas aos horários de entrada e a saída dos operários, a carga horária de trabalho diário: de um total de 9 horas e 45 minutos durante os meses de outubro à fevereiro – provavelmente por se os meses mais quentes; de 9 horas e 15 minutos nos meses de março até abril e de agosto até setembro; e de 8 horas e 30 minutos nos meses de maio até julho. Além de outras seguintes informações (ver Figura 1):

Figura 1 – Trecho do Artigo 1º do Regimento Interno da Metalúrgica Abramo Eberle.

OS OPERARIOS DE AMBOS OS SEXOS COMEÇARAO E DEIXARAO O TRABALHO DE ACCORDO COM OS SIGNAES DO SINO.-NAO É PERMITTIDA A ENTRADA DOS OPERARIOS NA FABRICA DEPOIS DOS HORARIOS ACIMA, SALVO PERMISSAO EXPRESSA DO CONTRAMESTRE E N. DIANTE EXPLICACOES, QUE, A JUIZO DO MESMO, SATISFAÇAM.-NENHUM OPERARIO PODERA FALTAR AO TRABALHO SEM PREVIO AVISO E, NA FALTA DESTE, SE SUJEITARA À MULTA DE RS.2\$000 NA PRIMEIRA VEZ, RS.3\$000 NA SEGUNDA E RS.5\$000 NA TERCEIRA VEZ, DEPOIS DO QUE, NA IMEDIATA REINCIDENCIA, SERÁ DESPEDIDO POR FALTA DE DISCIPLINA AO TRABALHO.-SALVAM-SE OS CASOS DE FORÇA MAIOR, COMO DOENÇAS, DESGRAÇAS NA FAMILIA ETC. O QUE, PORÉM, PRECISARÁ SER PROVADO SEM MENTIRAS SOB PENA DE NAO SER ACEITA A PROVA.

Fonte: AHMISA (1924).

Na Figura 1, encontramos novamente a sineta demarcando a entrada e a saída dos operários. Nela também encontramos a padronização das multas sobre as atitudes condenáveis pela empresa no espaço fabril. O tempo aqui, novamente, torna-se o objetivo principal do controle e da disciplinarização do operário, punindo com multas e com demissão – caso reincidência de quatro atrasos ou faltas sem aviso prévio – daqueles operários que não se enquadram nos ditames exigidos pela empresa. As multas, segundo o Regimento, variam de RS 2\$000 reis a RS 5\$000 reis, bastante destoante do que foi encontrado no Caderno de Multas – essa diferença é possivelmente resultado da inflação da moeda nacional ocasionada durante os treze anos que diferem no surgimento de um documento do outro. Poderíamos perceber isso pelos salários dos operários, no entanto carecemos de informações referentes aos salários de ambos os períodos. A única informação salarial que temos é um quadro das remunerações de alguns aprendizes das oficinas da metalúrgica – que geralmente recebiam meio salário de um operário adulto¹⁸⁰, como no caso de José Tossini que segundo Tissot¹⁸¹ receberia 15\$000 reis no primeiro ano de serviço, em 1905, e 25\$000 reis no segundo ano, o que poderia resultar numa perda significativa para

¹⁸⁰ Lazzarotto, *op. cit.*

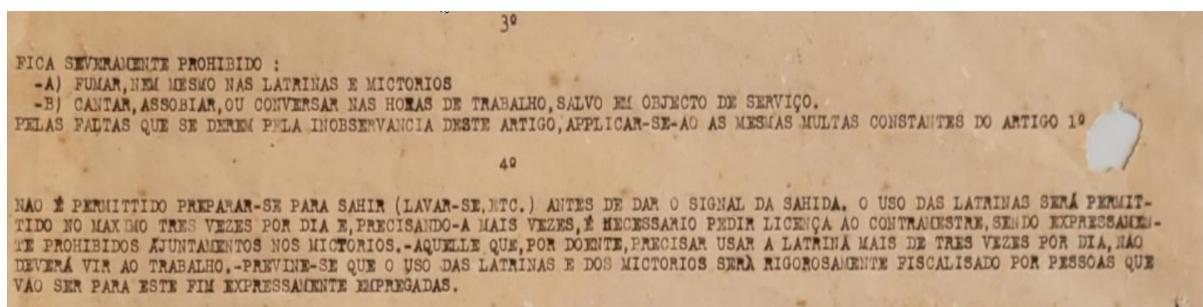
¹⁸¹ TISSOTT, Ramon Victor. **FORMAR TRABALHADORES, TRANSFORMAR A SOCIEDADE: o ensino industrial em três tempos (Caxias do Sul, 1901-1964)**. 2017. 230 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

este operário caso ele fosse pego mais de uma vez em um ato considerado “transgressor” pela fábrica. O medo de ser pego pode ter surtido efeito naqueles operários que dependiam do valor integral do salário para sustentar sua família.

Como demonstrado anteriormente neste tópico, a maior parte das ocorrências no Caderno de Multas era de uso do cigarro no horário de trabalho. Tanto assobiar, conversar e cantarolar eram transgressões comuns nas páginas do instrumento de anotação de multas, mas o uso do cigarro era recorrente, havendo muitos casos de reincidência. Para fugir da fiscalização, muitos operários passavam a ir para a latrina a fim de usar a droga tabagística de forma que pudessem passar despercebidos aos olhos dos contramestres e do próprio Abramo. No entanto, essa prática nem sempre era bem-sucedida, já que a própria presença delas no Caderno de Multas demonstra que os agentes de controle da empresa estavam cientes das estratégias do operariado em burlar as regras internas da empresa.

No Regimento Interno esses elementos são levados em consideração. No Artigo 3 é elencado que tipos de atitudes são embargadas pela empresa e severamente proibidas. Nela estão justamente os impeditivos já citados acima, porém com determinações específicas como no caso da proibição de fumar é especificado a proibição **inclusive** de fumar na latrina e no mictório no horário de trabalho. Não satisfeita com isso, a empresa passa a limitar a ida dos operários (ver Artigo 4) ao banheiro três vezes ao dia, ressaltando que os banheiros seriam “rigorosamente fiscalizados” – tudo isso, obviamente, para restringir o possível a tentativa do trabalhador de fazer “cera” através das suas necessidades fisiológicas.

Figura 2 – Artigo 3 e 4 sobre as proibições de dentro da fábrica e o regulamento da ida ao banheiro.



Fonte: AHMJSA.

O Regimento também reafirma a autoridade dos agentes técnicos e dos fiscalizadores que, nesse caso, são personificados nos contramestres. A relação desses com os seus operários não pode ser lida de forma simplória, de apenas oposição e conflito, mas é de se esperar que as relações que perpassam os operários daqueles que os fiscalizam sejam estremecidas pela lógica do controle e da disciplinarização. No caso das mulheres, Machado¹⁸² estudou profundamente os diversos elementos que corroboram essa afirmação, observando sobretudo o papel de gênero que perpassa e demonstra uma nova forma de ver o processo de controle e disciplinarização executada pela empresa sobre as mulheres operárias. O cargo de contramestre na Eberle era composto majoritariamente por homens, até mesmo nas seções femininas

As tarefas destinadas às mulheres eram sempre as mais simples, mais grosseiras, exaustivas e menos atraentes. Da forma como eram cumpridas essas tarefas, muitas vezes, dependia o bom ou mau relacionamento da operária com seu chefe imediato, que não gostava de reclamações e apreciava a agilidade e presteza, porque o seu objetivo era a produção, para estar bem com seus superiores¹⁸³.

A posição imposta à mulher no espaço de trabalho, portanto, foi a mesma que no espaço doméstico: de submissão ao homem responsável por determinado setor. Assim, se uma criança que ingressasse na oficina de Abramo Eberle, teria de tratá-lo como pai; no caso das mulheres

¹⁸² MACHADO, Maria Abel. **Submissão e poder:** mulheres operárias de Caxias do Sul – 1905-1950. 1993. 212 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

¹⁸³ Machado, 1997, p

operárias (que por muito tempo foram compostas majoritariamente por mulheres solteiras, por conta das imposições de gênero estabelecidas até então), estas teriam que obedecer, pela lógica imposta pela disciplina, o contramestre de sua seção como se fosse o seu marido.

No caso do operariado negro, a situação é mais complexa. A questão racial dentro da Metalúrgica Abramo Eberle carece de um trabalho mais profundo, mas no caso da disciplinarização podemos engendrar algumas hipóteses a partir da constituição das identidades que se formaram na região de colonização italiana. A italianidade local foi formada a partir de uma série de fatores, sobretudo em oposição para aquilo denominado de “brasileiro”¹⁸⁴, um termo que referencia negativamente a população não-branca presente na região, que carregava consigo adjetivos pejorativos e ligavam esses indivíduos racializados a sujeitos “preguiçosos” ou “indolentes”. Assim, um operário negro dentro de uma empresa que procurava enquadrar qualquer operário que não segue conforme o desejado – isto é, trabalhasse em tempo intermitente, sem cair em distrações ou fazer “cera” – pode ter passado por diversas situações em que a palavra “brasileiro” fosse evocada como forma de condenação a alguma atitude desprezada pela empresa. Por ser um grupo de operários frequentemente alocados em setores onde havia as piores condições de trabalho, o conflito de contramestre e operário poderia ser algo recorrente¹⁸⁵. No entanto, como dito anteriormente, ainda é deficitário os estudos que procuram se aprofundar em torno dessa questão entre “italianos” e “brasileiros” na antiga região colonial italiana, principalmente dentro de um símbolo da italianidade caxiense que foi a metalúrgica Eberle.

Dessa feita, havia outras preocupações em que a empresa buscava agir para minar e impedir, para além do desperdício de tempo, como no caso da organização de classe de seus operários. Ser sindicalizado era uma ameaça para a metalúrgica. Alguns operários relatam a intenção da empresa de amedrontar qualquer operário que ousasse se aproximar do movimento sindical

¹⁸⁴ Lazzarotto, *op. cit.*

¹⁸⁵ *Id. Ibid.*

Maria Abel: E a senhora era sócia do sindicato?

Maria: Não.

Maria Abel: Nunca se associou?

Maria: No começo, quem era sócia do sindicato eles não gostavam lá na firma.

Maria Abel: Ah é?

Maria: Não! Muitos anos depois que as pessoas podiam se associar, porque os sócios do...

Maria Abel: Do sindicato?

Maria: Do sindicato assim eles...

Maria Abel: Ficavam com prevenção?

Maria: É, é. Eles não gostavam. E por isso que eu me associei no Círculo Operário¹⁸⁶.

João: Bom, quanto, por exemplo, a firma Eberle [Metalúrgica Abramo Eberle S/A], tem algum conhecimento de alguma coisa do que se passou lá dentro, ligada ao operariado? Principalmente no começo da firma, como era o tratamento? Porque a Eberle é o protótipo da firma caxiense, todo mundo praticamente se espelhava nela, como é que ela tratava, por exemplo, o operariado dela? Ela explorava menores, explorava a mulher, explorava o operário, ou não?

Thomaz: Eu tenho, o conhecimento que eu tenho da firma Eberle, é que todo o pessoal que se apresentava, reivindicava alguma coisa e tal, no tempo do falecido Beppin Eberle, ele botava pra rua, inclusive uma vez, ele propôs, que havia, queria uma discussão em público com um operário, e eu me propus a ir discutir com ele em público, os jornais publicaram, mas ele não se manifestou¹⁸⁷.

Nesse sentido, para manter o controle sobre o operariado, mantendo-o adestrado aos ditames da empresa, precisava acabar com qualquer tentativa de mobilização de sua classe. Por ter um operariado majoritariamente jovem, a Eberle procurou nas quatro primeiras décadas se posicionar como uma escola de formação de operários desmobilizados e distante de formarem uma possível consciência de classe. Um operariado passivo, temeroso e temente aos olhos de uma sociedade com características bastante conservadoras.

A maior mutilação e é Segalla quem testemunha é a *domesticação* imposta pela filosofia da empresa por dezenas de anos. A Empresa marcava muitos os operários, mesmo nas atividades que exerciam fora do trabalho. Tornava o sujeito sem iniciativas, uma pessoa sem opinião política. Exercia força sobre o indivíduo que o condicionava a um bitolamento¹⁸⁸.

Apesar disso, a coerção sozinha não traria uma posição satisfatória ao projeto dominante da burguesia industrial caxiense, nesse caso encabeçada pela Metalúrgica Abramo Eberle, tanto

¹⁸⁶ Depoimento de Maria Rasia, 1992. Entrevistadores: Maria Conceição Abel Machado. Acervo: AHMJSA.

¹⁸⁷ Depoimento de Thomaz Ferreira de Almeida, 1984. Entrevistadores: João Pretto. Acervo: AHMJSA.

¹⁸⁸ Lazzarotto, *op. cit.*, p. 182.

dentro como fora da empresa. Era necessário se apoiar em práticas paternalistas para conseguir ter um domínio total sobre a força de trabalho, sem que ela se voltasse contra a empresa.

4.2 Abramo, O Bom Patrão

A figura de Abramo Eberle nas páginas de jornais é erigida como a personificação do sujeito imigrante ideal: trabalhador, ordeiro, patriota (das duas nações), crente à Deus e fervoroso defensor da fé cristã, um pai e chefe de família exemplar, um empreendedor *nato* e um filantropo benevolente¹⁸⁹. A sua figura foi cuidadosamente construída para representar um ideal de cidadão caxiense, oriundo da imigração, que trabalhou arduamente para construir o seu império industrial. Apesar das semelhanças com A.J. Renner, Eberle tem suas especificidades e particularidades no que tange a construção de políticas paternalistas para seus operários. Não foi um intelectual e nem constituiu algo semelhante ao que Renner chamou de “capitalismo social”, mas estabeleceu, a partir da sua devoção religiosa, uma ampla prática assistencialista a seus trabalhadores – podendo haver nessa ação uma intenção religiosa e moral¹⁹⁰, de fato, mas não desconsiderando o papel técnico e prático disso, visto que Abramo continuava sendo um burguês, e assim sendo, necessitava ter uma posição hegemônica sobre seus operários com o intento de extrair o máximo possível de valor produzido pelas suas forças de trabalho. Para fazer isso, precisava persuadi-los com políticas assistencialistas e constituindo concomitantemente uma imagem de benfeitor à comunidade, tornando-se uma figura positiva para fora das paredes de suas fábricas.

No tópico anterior foi detalhado práticas de coerção e repressão aos operários da empresa, práticas essas que visavam sobretudo domesticar essa mão de obra estranha à lógica de produção industrial capitalista. Mas para manter um certo controle sobre a mão de obra, adestrando-a para que não seja influenciada pelo movimento operário que se tornava efervescente na capital do estado nas primeiras décadas do século XX, foi necessário se apropriar de técnicas de persuasão já conhecidas pelo empresariado gaúcho, oriundas sobretudo do fordismo estadunidense. Algo aparentemente banal, mas que conquistava os operários caxienses e migrantes de outras regiões do estado ou do país era o pagamento em dia, prática essa estranha a nós, oriunda

¹⁸⁹ *O Momento*, 11 de maio de 1946. Acervo: BNDIGITAL

¹⁹⁰ A encíclica *Rare Novarum* orienta ao empresariado, influenciado pela doutrina católica, em buscar uma ordem social justa, evitando deixar o operariado em uma miséria absoluta e suscetível às influências da “[...] chamada ‘onda vermelha’ do socialismo que ganhava terreno no mundo operário” (Santos, 2010, p. 92).

de uma realidade pós-consolidação das leis trabalhistas, mas que nas primeiras décadas do século passado ainda não eram comuns, sendo um atrativo a muitos operários.

Na questão dos altos salários, a empresa caxiense difere muito do que foi estabelecido por Ford na sua empresa. Entretanto, na Eberle a consagração de alguns pequenos grupos com melhorias salariais, principalmente para aqueles indivíduos que passaram incólumes dos cadernos de multas, ou seja, sem transgredir nenhuma das “leis” da empresa, era uma forma de atingir a subjetividade dos operários, pressionando-os a seguir os ditames da empresa a fim de terem um salário satisfatório. Porém, como demonstra Lazzarotto¹⁹¹, a maior parte dos operários da empresa recebeu menos que um salário mínimo, pelo menos a partir de 1940, sendo uma das políticas da empresa sobre a mão de obra conseguir manter os salários satisfatoriamente baixos, através de uma alta rotatividade, sobretudo pós-Segunda Guerra Mundial, se beneficiando sobretudo a adoção de mão de obra jovem e feminina, consideravelmente mais baratas que a de um operário homem adulto e frequentemente branco¹⁹².

A empresa se utilizava de outras estratégias para beneficiar aqueles trabalhadores obedientes e produtivos, como presenteá-los com um relógio de ouro ao completarem 25 anos de empresa. Contudo, uma pequena minoria conseguia atingir essa marca, sendo que a média de permanência na empresa era de até dois anos¹⁹³

A maneira subjetiva como seus chefes tratam as pessoas poderia ser motivo que ajudava os operários a não criarem raízes na empresa (a contagem de pontos por tarefas desenvolvidas ou não desenvolvidas; a retirada de pontos extras; as vezes que iam tomar uma água, por exemplo; quando levantavam do lugar para um descanso; o relacionamento com os colegas; as idas ao banheiro) submetidas a uma ditadura, são um conjunto de elementos que minam a resistência ou qualquer boa vontade¹⁹⁴.

A vigia da vida dos operários fora da empresa resultou em algumas demissões. Em dois casos trazidos por Lazzarotto, dois operários foram desligados da empresa, um em 1927 e o outro em 1928, por escreverem pela cidade frases contra a metalúrgica. Apesar de sinalizar um

¹⁹¹ Lazzarotto, *op. cit.*

¹⁹² Segundo Lazzarotto (1981), os operários negros registrados na empresa foram poucos, mas sua média salarial era, muitas vezes, equiparada a dos operários jovens e das operárias mulheres, chegando algumas vezes a 50% do salário de um operário “padrão”.

¹⁹³ *Id. Ibid.*

¹⁹⁴ *Id. Ibid.*, p. 172.

descontentamento do operariado contra a empresa, essas atitudes demonstram a precariedade do movimento operário em se desenvolver internamente e na engenhosidade da política empresarial de controle e disciplinarização sobre seus operários, que com sucesso impede a consolidação de uma consciência de classe coletiva entre seus operários.

Apesar dos baixos salários, a Metalúrgica Abramo Eberle persuadia e conquistava o gosto de seus operários com políticas mais assertivas do que pagar em dia e bonificar os melhores operários da empresa. Passasse assim a ter “[...] um certo orgulho de trabalhar nas ‘Indústrias do Eberle [...]’”¹⁹⁵ por parte do operariado da empresa, até porque “Trabalhar no Eberle significava uma conquista maior para quem saía do meio rural”¹⁹⁶, resultava em um *status* social significativo para um grupo de operários pertencentes a camadas baixas da região, um fator de distinção frente a outros operários. O acesso a médico, dentista, farmácias com um preço em conta valorizava o emprego na firma. Somado com a possibilidade de ter uma conta no banco da empresa rendendo 8% ao ano, sem falar do financiamento de uma casa própria, algo tentador para chefes de família que buscavam garantir uma vida melhor a seus filhos, suas esposas ou seus maridos. Mesmo que práticas como essas em conjunto com a criação de mercados ou mercearias com preços mais acessíveis fossem uma estratégia de reter o capital investido na força de trabalho dentro da empresa “[...]a qual aumentava seu capital de giro[...]”¹⁹⁷, a metalúrgica conseguiu desenvolver uma imagem positiva de si para com os seus operários. “Assim, deve-se ressaltar a existência de uma série de medidas da parte do empresário que, apresentando-se ao operário como vantagens reais e efetivas, proporcionavam ao capital industrial formas alternativas de acumulação”¹⁹⁸.

As práticas paternalistas buscavam aproximar os operários dos patrões, criando uma relação de dependência dos primeiros com os benefícios cedidos pela empresa. Resultava, portanto, em um domínio hegemônico da burguesia industrial, neste caso representado por Abramo Eberle, sobre seu operariado. Ao ceder um financiamento de uma casa própria, a Eberle moralizava os gastos dos seus trabalhadores com o objetivo de constituir assim um operário ideal: ordeiro, disciplinado, chefe de família e moralizado, longe dos vícios libidinosos.

¹⁹⁵ Machado, 1997, p. 163

¹⁹⁶ *Id. Ibid.*

¹⁹⁷ Pesavento, 1988, p. 79.

¹⁹⁸ *Id. Ibid.*, p. 85

Nesta linha de atuação, Eberle incentivava seus operários a economizarem e depositarem determinada importância do seu salário na empresa. Se parte do salário ficava na própria fábrica, retida como poupança, o custo da folha de pagamento ficava menor para o proprietário da firma. [...] a Eberle emprestava a quantia necessária para a construção da casa, quantia esta que era descontada em folha de pagamento. O desconto baseava-se no valor médio dos aluguéis vigentes na época, em Caxias do Sul¹⁹⁹.

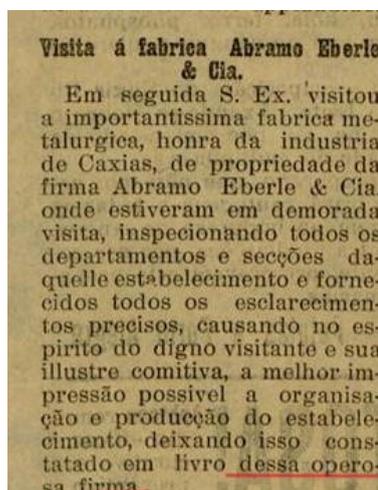
E nas palavras do próprio Abramo: “Dessa forma, o pessoal de minha fábrica foi rapidamente progredindo e, hoje, em grande número, os meus operários são proprietários e levam, em Caxias, uma vida regularmente regrada e bem instalados na vida²⁰⁰”.

A imagem de Abramo, nesse contexto, passa a ser colocada como referência de um “bom patrão”. Para consolidar essa boa imagem foi necessário ir além das práticas assistencialistas que a empresa vinha fazendo, tendo que expandir sua atuação na comunidade local para angariar uma admiração maior entre a população caxiense, sul-rio-grandense e nacional. Para isso era necessário um apoio de intelectuais e veículos de imprensa para agitar os seus feitos e a construção de uma imagem positiva do “bom patrão” caxiense. Durante nossa pesquisa no acervo da Biblioteca Nacional Digital, a partir da ferramenta de pesquisa digital denominada de Hemeroteca Digital, conseguimos encontrar diversas matérias que exemplificam esse processo propagandístico sobre a empresa, em jornais locais e regionais, propondo-se a exaltar a grandiosidade da metalúrgica, mas também a operosidade de seus operários e a imagem laboriosa de seu fundador.

¹⁹⁹ *Id. Ibid.*, p. 84

²⁰⁰ Correio do povo. Porto Alegre, 23 mar. 1932, p. 14 *apud Id. Ibid.*, p. 39.

Figura 3 – Trecho do jornal Caxias detalhando a visita do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, a Eberle em 1928.



Fonte: BNDIGITAL

Como já abordado no capítulo anterior, o discurso sobre o trabalho como origem da prosperidade e do enriquecimento individual do empresário era algo amplamente propagado pelos intelectuais orgânicos da burguesia, principalmente a industrial e pela própria burguesia. O mesmo acabou ocorrendo quando os jornais abordavam a figura de Abramo Eberle, relacionando seu sucesso. Algo que exemplifica bem isso é uma edição do jornal local Caxiense, intitulado “*A glorificação do Trabalho – O trabalho é a manifestação do Bello e por isso Deus é a Arte Sublime*”, onde há, inclusive, uma página inteira exaltando os feitos do industrialista Abramo Eberle (ver Anexo 4), que logo na primeira parte do texto expõe uma idealização do que foi a vida do jovem Abramo, colocando-o como alguém que partiu do zero e enriqueceu apenas pelo trabalho e pela sua inteligência

Este Cavalheiro [Abramo Eberle] chegará a Caxias com 8 annos de idade, trazendo no coração o sentimento da vida vegetativa e trazendo no cerebro a cellula da ação creadora. Sem dinheiro, e sem recursos de especie alguma, só tinha como amparo a intelligencia creadora e a força de vontade como accção propulsora²⁰¹.

²⁰¹ Caxias, 28 de fev. de 1932. Acervo: BNDIGITAL. p. 3.

No primeiro capítulo, trazemos um pouco da trajetória de Abramo e percebemos que ele estava consideravelmente distante de alguém “Sem dinheiro, e sem recursos de espécie alguma”, mas sim alguém pertencente a uma família com condições de vida superiores a boa parte dos habitantes da colônia no final do século XIX e que possivelmente recebeu instruções dos seus pais, especialmente de Giuseppe, sobre o mundo dos negócios. Além disso, cresceu na região central do perímetro urbano de Caxias, ponto comercial de extrema importância, convivendo assim com indivíduos vinculados ao meio comercial e de gerenciamento de produção. A intenção do jornal em trazer uma origem mais humilde a Abramo provavelmente está relacionada a proposta editorial de colocar o trabalho como origem da riqueza do empresário, surgindo assim uma ferramenta ideológica importante. Também para legitimar e naturalizar o papel dos ricos na sociedade, colocando-os como figuras que foram mais “capazes” e por isso enriqueceram, como para agitar de forma positiva a imagem de Abramo frente a sociedade caxiense. O trabalho, portanto, é encarado como uma “grande instituição divina”, possibilitando levar “o pobre ao par do rico”:

[...] e foi assim, trabalhando, que o **operoso** sr. Abramo Eberle conseguiu se colocar em destaque entre os industrialistas riograndenses, e elevar Caxias aos fóros de grande cidade industrial, para honra da colônia italiana, em que tal boa honra conduzida “Campo dos Bugres”²⁰².

Abramo passou a ser considerado um “Um Exemplo de Trabalho e Honradez”²⁰³ nos veículos de imprensa tradicionais da antiga região colonial italiana e do restante do estado do Rio Grande do Sul. Afinal, o sucesso da empresa foi reproduzido nos jornais locais como fruto do seu suor e trabalho, mas também da ótima relação de trabalho com seus operários

²⁰² *Caxias*, 29 de dez. de 1927. Acervo: BNDIGITAL. p. 2-3. [grifo nosso]

²⁰³ *A Época*, 7 de abr. de 1940. Acervo: BNDIGITAL. p. 1.

O sr. Abramo é o grande chefe de um exercito de trabalhadores. 500 homens e mulheres sob o seu commando guiam os grandes destinos da metallurgica no Brasil. **Esses homens e essas mulheres não são seus opeararios sujeitos às horas de trabalho impostas pela Lei, nem tão pouco dominados pela usura do salario. Esses homens e essas mulheres são seus irmãos communs: são das taes creaturas que nunca se rebellaram, nem se rebelarão contra o seu creador**²⁰⁴.

e continua no parágrafo seguinte:

O operario pelo que observamos ao entrar naquelle tabernaculo do trabalho, elle entra satisfeito porque parece ingressar na sua própria casa. Quando elle sae, depois de haver ganho o pão do dia honestamente, vae cantando a canção do trabalho e levando no bolso o pão saboroso de sua próle²⁰⁵.

Em ambos os trechos são expostos elementos que traduzem de forma bastante incisiva o significado do paternalismo empresarial defendido e posto em prática pela empresa. Na primeira citação, no trecho destacado, o autor do texto acaba exaltando os operários da fábrica do industrial italiano, classificando-os no restante do texto como sujeitos integrados e honrados, por conta da posição de aparente passividade com os ditames referentes à carga horária de trabalho definidos pela empresa, em oposição do que vinha sendo defendido pelo movimento operário gaúcho na capital – que era a aplicação das 8 horas diária e 48 horas semanais. Essa pauta vinha sendo defendida pelo movimento operário há décadas e estava sendo debatida pelo governo Vargas no período, e viria a ser decretada em maio de 1932 (mesmo ano da publicação), porém o empresariado industrial buscava barrar ou boicotar, como foi feito com a Lei de Férias de 1929, já trabalhado no capítulo anterior. Outro elemento importante que conversa com essa percepção é a própria taxaço do salário como usura pelo autor, classificando assim, possivelmente, com o intuito de condenar moralmente qualquer movimentação pela luta por melhores salários, pauta que levava o operário gaúcho a realizar greves e piquetes por todo o estado. Assim, o operariado da Eberle é referenciado como um operariado ideal por ser ordeiro e disciplinado, que vê o trabalho como espaço familiar e comum, a relação, portanto, entre os operários seria equivalente a irmãos que estariam sobre a tutela de um único pai: Abramo Eberle.

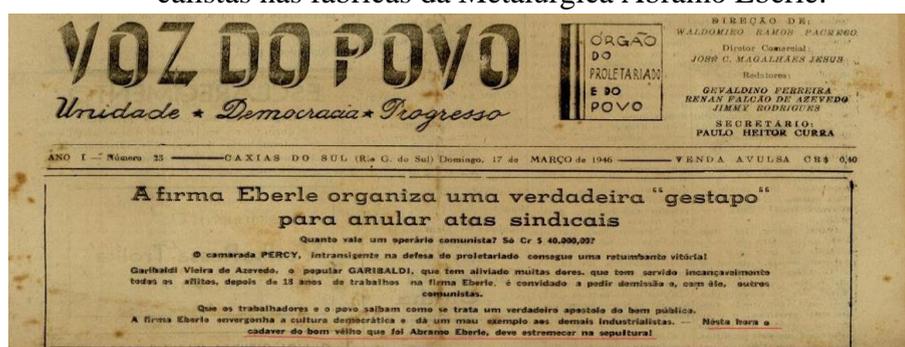
²⁰⁴ *Caxias*, 28 de fev. de 1932. Acervo: BNDIGITAL. p. 3. [grifo nosso]

²⁰⁵ *Id. Ibid.*

O sucesso disso seria o cuidado e o zelo do chefe da empresa com seus operários, garantindo a esses a honra de trabalhar de forma honesta (isto é, afastados de qualquer exigência por melhores condições de trabalho e de vida), levando assim o pão para alimentar sua prole. O próprio Abramo, no mesmo texto, é definido como um operário que por trabalhar muito chegou a ser capitão de uma grande indústria, se tornando assim um exemplo a ser seguido por todos aqueles que pretendem atingir o mesmo destino.

Até mesmo nas matérias de imprensa póstumas, a imagem de Abramo passa pelo mesmo discurso²⁰⁶. Mas já é de se esperar essas propagações em jornais que buscaram durante todo seu período exaltar o projeto social representado pelo industrial: da manutenção do *status quo* contra qualquer tipo de revolução ou mudança social mais intensa. O surpreende é que em uma matéria do jornal *A Voz do Povo*, jornal vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PCB) na cidade de Caxias do Sul, em uma matéria que condenava veementemente a demissão sumária de operários vinculados ao movimento sindical e ao partido, o jornal se utiliza dessa imagem de “bom patrão” de Abramo para condenar a ação de seus filhos, sobretudo José Eberle (o Beppin) que assumiu a empresa após a morte do pai.

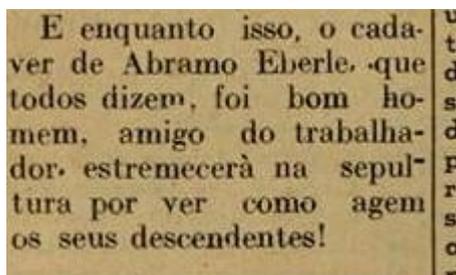
Figura 4 – Trecho do jornal *Voz do Povo* de 1946 sobre a perseguição de comunistas e sindicalistas nas fábricas da Metalúrgica Abramo Eberle.



Fonte: BNDIGITAL

²⁰⁶ *O Momento*, 11 de maio de 1946. Acervo: BNDIGITAL

Figura 5 – Segundo trecho do jornal Voz do Povo de 1946 agora comentando especificamente sobre Abramo Eberle.



Fonte: BNDIGITAL

Tanto na Figura 4 como na Figura 5 há o uso da imagem de Abramo que foi construída como um exemplo de industrialista, através do seu trato com seu operário, para polemizar as demissões ocorridas na empresa. O que chama a atenção é justamente um jornal operário local, surgido a partir de 1942, utilizando do mesmo discurso que um jornal tradicional. É possível que os editores do jornal tenham sido irônicos ao abordar essa imagem constituída do falecido proprietário da Eberle. Mas até nesse quesito o uso da imagem de “bom patrão” demonstra quão foi absorvido pela sociedade caxiense esse mesmo imaginário de Abramo como um empresário respeitoso com seus operários, a ponto de ser utilizado, possivelmente, como ironia por um jornal operário local.

A constituição da imagem de Abramo Eberle no ambiente externo da fábrica foi um movimento importante para o domínio da superestrutura de um grupo econômico e ideológico, que estabeleceu mediante disso um ideal de cidadão e de operário firmando assim uma hegemonia desse grupo na localidade. O ponto fundamental disso foi o domínio sobre o Trabalho e a moralização do que é ser um indivíduo honrado e respeitável: aquele que trabalha de forma honrosa e ordeira, sem se rebelar com o que está estabelecido pelo *status quo* local. Assim, parte da dominação burguesa sobre o trabalho na região de Caxias do Sul se deu através da construção da figura de Abramo Eberle como sinônimo do “italiano que fez a América” ou do “operário que enriqueceu a partir do trabalho”. Tudo isso, no entanto, não se limitou apenas aos órgãos de imprensa, mas também à proximidade que Abramo tinha com a Igreja Católica local, o que pode sinalizar também a possibilidade de a instituição religiosa ter sido também um vetor da imagem de “bom patrão” ou cidadão ideal de Abramo Eberle, sobretudo por conta do caráter

antissindical ou anticomunista da Igreja na região e pela sua aproximação ideológica com a classe dominante caxiense²⁰⁷.

No mais, foi a partir do conjunto de coerção e persuasão que Abramo Eberle conseguiu adestrar a sua mão de obra, além de procurar constituir, em conjunto com o restante da burguesia local e com setores da Igreja, diversos aparelhos de supressão do movimento operário caxiense. Abramo Eberle foi um símbolo do paternalismo empresarial no Rio Grande do Sul e consolidou um modelo de gestão de sua mão de obra. Seu papel de dominação sobre o seu operário foi tão eficaz, que no tempo que ficou na gestão da empresa, a Eberle registrou nenhuma greve. Nas palavras de Bruno Segalla, comunista e sindicalista caxiense, além de ex-operário da metalúrgica, sobre a dificuldade de fazer greve da fábrica, mesmo após a morte do fundador:

A greve na firma Eberle era quase impossível. Havia a maior dificuldade em organizar homens que participassem de uma greve para defender seus próprios interesses. Foram 10 anos de lutas em dissídios para propor uma greve. Chegou a sair uma na qual participaram apenas 6 operários... A empresa Eberle tinha uma tradição, um costume, uma espécie de Bíblia trabalhista que conseguia eliminar todas as greves... Foi apenas em 1963 que conseguimos ruir com esta mentalidade. Aí houve uma greve total, onde participaram 95% dos operários²⁰⁸.

Assim, a Metalúrgica Abramo Eberle converte-se em um exemplo regional de como domesticar e adestrar a mão de obra operária. Se tornando uma “escola” para as novas indústrias que surgirão na cidade e região, perpetuando um caminho a ser seguido por aqueles industriais que ensinam um gerenciamento e controle da força de trabalho mais qualitativos e eficientes. Uma legítima empresa de modelo paternalista.

²⁰⁷ A Igreja Católica, por meio dos seus agentes eclesiais, possuiu uma forte presença na política local, ocupando posições de prestígio na sociedade caxiense, sempre em contato com a burguesia industrial local e até mesmo propagando ideias reacionárias do núcleo fascista italiano da cidade. Portanto, por ter uma forte capilaridade regional, principalmente no interior, a Igreja se tornou um meio importante para a propagação e agitação de ideias, que neste caso pôde auxiliar na propagação da imagem de Abramo como forma de exemplificar atributos ideais que um cidadão fiel deveria ter. No entanto, obviamente essa perspectiva dependerá de uma pesquisa mais aprofundada no mais, alguns trabalhos já abordam o papel da Igreja católica na região: GRAZZIOTIN, Roque Maria Bocchese. **PRESSUPOSTOS DA PRÁTICA EDUCATIVA NA DIOCESE DE CAXIAS DO SUL – 1934 a 1952**. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação, Centro de Filosofia e Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010. Sobre o Fascismo na Serra gaúcha e o papel da Igreja na propagação dessas ideias: MARMENTINI, Paulo Afonso Lovera. **O fascismo para os colonos: *il giornale dell'agricoltore*** e a divulgação do fascismo entre italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

²⁰⁸ Segalla *apud* Lazzarotto, 1981, p. 177.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos até aqui elementos importantes para o entendimento de como se estabeleceu a disciplinarização e o controle da força de trabalho na Metalúrgica Abramo Eberle de Caxias do Sul, buscando relacionar com um contexto estadual, onde a burguesia industrial gaúcha tentava aproveitar um período propício de diversificação da matriz econômica do estado, engendrado pelo PRR, caracterizado pela ânsia do partido em superar a dependência do setor agropastoril desenvolvendo outros setores da economia regional. A burguesia gaúcha nesse período necessitava, portanto, aumentar sua produtividade para angariar mais poder de barganha em um Estado hegemônico pelos republicanos castilhistas. A visão propagada de que é a partir da indústria e dos seus empresários que a sociedade gaúcha encontraria o caminho civilizacional à modernidade auxiliou na expansão do projeto do capitalismo industrial na sociedade gaúcha. No entanto, isso não resultou em uma consolidação de um projeto hegemônico dos industrialistas frente à sociedade sul-rio-grandense. Mesmo a tentativa da superação da economia gaúcha da dependência agropastoril, a política do PRR beneficia a expansão industrial no estado, não fazendo superar a dependência dos caudilhos gaúchos na política local, para a execução do seu projeto de capitalismo global. Assim, a burguesia industrial apenas se limitou em apoiar e não a superar o projeto hegemônico já estabelecido, tentando inserir seus interesses na política conciliatória entre as elites gaúchas proposta pelos republicanos.

Nesse ínterim, no processo de expansão da burguesia industrial do estado, houve a necessidade de aperfeiçoar sua produção a partir da racionalização dos meios produtivos, algo estimulado inclusive pelo PRR. A partir disso, os métodos de organização como taylorismo e fordismo são apropriados pela burguesia industrial para otimizar a produção de deter um maior controle sobre a mão de obra operária. Somado a isso, a burguesia industrial precisava domesticar o operariado ingressante aos moldes da indústria moderna em ampla expansão, além de adestrá-los a fim de tornarem passivos e não contestadores da lógica burguesa de produção. Para isso, além dos mecanismos de coerção, foram adotadas formas de persuasão por meio de práticas paternalistas empresariais com a premiação dos melhores operários, a criação de mercados e mercearias a preços mais módicos, espaços de lazer, políticas de habitação, acesso a médicos e dentistas etc. Tudo isso para gerar uma dependência dos operários com a empresa e os afastando do movimento operário, latente na primeira metade do século XX.

Foi nesse contexto mais geral que analisamos o processo de desenvolvimento industrial de Caxias do Sul, especialmente de sua mais importante indústria do período, a Metalúrgica

Abramo Eberle. A partir da ampliação econômica que a cidade sofreu, sobretudo após a chegada das vias ferroviárias na década de 10, a indústria caxiense acompanhou o restante do estado na sofisticação do seu processo produtivo. Uma das principais representações disso é a própria metalúrgica que, sobretudo na década de 20 teve um salto qualitativo expressivo. É nesse contexto que encontramos mecanismos de disciplinarização da empresa como o Caderno de Multas (1911) e o Regimento Interno (1924), onde se objetiva ditar as regras internas das fábricas Eberle imputando multas àqueles que as transgredirem. É dessa forma que a empresa busca domesticar uma mão de obra não familiar aos ritmos de uma indústria moderna que viria a se constituir a Eberle nos anos seguintes – algo como vimos foi adotado em outras fábricas do estado.

No entanto, o movimento operário caxiense não estava em um patamar semelhante de organização do que vinha ocorrendo na capital do estado no mesmo período. Mas o exemplo do que vinha ocorrendo na capital, das greves e lutas por direitos trabalhistas, é de se esperar que a burguesia caxiense se movesse antecipadamente para suprimir qualquer tentativa de organização operária nas fábricas da cidade. Na Eberle, isso resultou não em apenas uma repressão aos sindicalistas e comunistas, demitindo-os ou buscando não contratá-los, como também na implementação de políticas de persuasão do operariado objetivando limitar a inserção de pautas sindicalistas e comunistas nos espaços dos trabalhadores da empresa. Ao garantir saúde, financiamento de casa e entre outros mecanismos de persuasão do operariado, somado com as práticas de coerção, a empresa consegue atingir um nível de consenso satisfatório, impedindo assim que os operários da empresa se conectassem com os movimentos de trabalhadoras que vinham agitando por maiores direitos trabalhistas ou por melhoria salarial, agindo de forma passiva frente aos avanços do domínio do capital sobre o trabalho dentro da empresa. No entanto, essa inércia do operário da empresa não pode ser lida como desdém às pautas trabalhistas ou uma insensibilidade pura e simples com os outros membros de sua classe que estão na luta para a conquista de direitos, mas sim como resultado de um medo imputado pelas políticas de controle e disciplinarização. O medo de perder as garantias que beneficiassem o operário e sua família, por conta de atuar na luta política, pode ser um dos fatores que dificultaram a organização de muitos dos trabalhadores, como demonstra Alexandre Fortes ao abordar situação semelhante nas empresas Renner.

A Metalúrgica Eberle desenvolveu uma relação paternalista com seus empregados, resultando em uma relação de dependência, de vínculo e de compromisso com a fábrica. Os intelectuais burgueses auxiliaram em construir uma imagem positiva do proprietário da indústria

para os próprios funcionários da empresa, mas também para a comunidade em sua volta. Abramo Eberle se torna um *case* de sucesso a ser seguido, um modelo ideal de ser humano oriundo da imigração. Aquele que representa fielmente o lema “fazer América”, o *self-made man* da região colonial italiana.

Por intermédios dos jornais conseguimos analisar como se deu na prática essa concepção. A imprensa local e regional colaborou para a propagação da figura de Abramo como o “bom patrão”. Essa construção teve como base ideológica o conservadorismo e até mesmo o reacionário latente tanto na sociedade caxiense como na sociedade sul-rio-grandense através da sua elite, como resposta aos movimentos progressistas que estavam avançando no estado a partir das mobilizações operárias.

Deixamos em aberto o próprio papel da Igreja Católica local nisso, mas conforme o desenvolvimento deste trabalho foi perceptível a aproximação e até mesmo a aliança entre o projeto da burguesia industrial caxiense com as ideias defendidas pela Igreja Católica, localmente – visto que ela foi elemento essencial da reação contra o surgimento e o fortalecimento do movimento operário da cidade, principalmente a partir da organização do Círculo Operário que como foi trazido, objetivava afastar os trabalhadores dos sindicatos dominados por “comunistas” – constituindo assim o que Gramsci denomina como um Bloco Histórico entre a burguesia industrial local e outros setores da burguesia e do conservadorismo caxiense, acarretando a formação de uma hegemonia local oriunda do projeto industrial e conservador da elite caxiense. Isso pode explicar o porquê de a Eberle não ter sido afetada por um movimento grevista durante a administração de Abramo e também da dificuldade de mobilizar seus operários até mesmo após a morte dele.

Esse trabalho, no entanto, não possui intenções de exaurir o assunto, pelo contrário, é através de suas deficiências que é posto luz em outros objetos para serem analisados em trabalhos e pesquisas futuras. O domínio sobre a ideia de trabalho, por exemplo, como ferramenta de dominação ideológica de um projeto de hegemonia burguesa é algo constitutivo da sociedade da antiga região colonial italiana – e algo que perpassa todos os elementos elencados nesta pesquisa. E é a partir de um estudo mais profundo sobre o ideal de trabalho que poderemos chegar a conclusões mais incisivas sobre a formação dos conflitos sociais e seus componentes étnicos que hoje atravessam a região da Serra Gaúcha que é dominada pelo conservadorismo e reacionarismo descendentes de um processo histórico ainda bastante nebuloso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRETO, L. A. **O conceito de aristocracia operária em Lênin e Hobsbawm e os trabalhadores gráficos brasileiros nas décadas de 20 e 30.** Pensata? Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, v. 9, p. 289-305, 2020.
- ALVES, A. R. C. **O conceito de hegemonia:** de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, p. 71-96, 2010.
- ARAVANIS, E. **A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República:** a organização da produção e as condições de trabalho (1889-1920). Revista Mundos do Trabalho, v. 2, p. 148-180, 2010.
- BATISTA, E.L. **A Influência do Taylorismo na indústria brasileira e o processo de constituição do IDORT na década de 1930.** Lutas Sociais (PUCSP), v. 19, p. 25, 2015.
- BILHÃO, I. **A construção da identidade operária brasileira:** aspectos de uma trajetória historiográfica. Revista Mundos do Trabalho, v. 2, p. 218-234, 2010.
- CARDOSO, H. H. P. **Disciplina e Controle no Espaço Fabril:** O Trabalhador Têxtil Em Minas Gerais. Revista Brasileira de História, v. 11, p. 63-73, 1986.
- CARULA, K. **Espaços públicos de vulgarização científica na capital imperial (1870-1889).** Revista de História da Unisinos, v. 18, p. 78-90, 2014.
- DORNELLES, S. S. **A experiência vivida por imigrantes italianos e índios Kaingang na Serra gaúcha (1875-1925):** pioneiros em terras incultas e devolutas. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. Anais do... Simpósio Nacional de História. Fortaleza: Editora, 2009. p. 426-426.
- FILIPPINI, R. **O outro lado da Júlio:** histórias e memórias de uma avenida. Caxias do Sul: Lorigraf, 2019. 221 p.
- FORTES, A. **Nós do quarto distrito...:** a classe trabalhadora porto-alegrense e a era vargas. 2001. 602 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2001.
- GIRON, L. S. (Org.) Nascimento, Roberto R. F. do (Org.). **Caxias Centenária.** 1. ed. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul – EDUCS, 2010. v. 1. 344p.
- GIRON, L. S. 80 anos de lutas – 1929-2009 – **A Cooperativa Forqueta e o Cooperativismo Vitivinícola Gaúcho.** Porto Alegre: SESCOOP, 2009. 132p.
- GIRON, L. S.; POZENATO, Kênia Maria Menegotto. **100 anos de imprensa regional: 1897-1997.** Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2004. v. 1000. 196p.
- GODOY, J. M. T. **O arcaico e o moderno nas relações de trabalho no Brasil.** Diálogos (Maringá. Impresso), v. 16, p. 1137-1175, 2012.
- GOMES, F. R. **Sob a Proteção da Princesa e de São Benedito:** Identidade Étnica e Projetos num Clube Negro de Caxias do Sul (1934-1988). 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. 188p.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAZZIOTIN, R. M. B. **PRESSUPOSTOS DA PRÁTICA EDUCATIVA NA DIOCESE DE CAXIAS DO SUL – 1934 a 1952**. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação, Centro de Filosofia e Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.

HERÉDIA, V. B. M. **A economia imigrante no desenvolvimento da cidade**. In: Loraine Slomp Giron e Roberto R.F. do Nascimento. (Org.). Caxias Centenária. 1. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2010, v. 1, p. 115-132.

HERÉDIA, V. B. M. **Condições socioeconômicas do processo de industrialização no município de Caxias do Sul**. In: Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana e IX Fórum de estudos ítalo-brasileiros, 1999, Caxias do Sul - RS. Anais do Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana. Caxias do Sul – RS: EducS, 1999. p. 396-419.

HERÉDIA, V. B. M.; FONTANA, G. L. **Emigração, industrialização e cultura do trabalho: o caso de Galópolis, primeira indústria têxtil na zona de colonização italiana no Rio Grande do Sul**. *Ricerche Storica*, v. 3, p. 99-111, 2018.

KONDER, L. 2004. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense. 85p.

LAZZAROTTO, V. A. **Pobres construtores de riqueza: absorção da mão-de-obra e expansão industrial na Metalúrgica Eberle: 1905-1970**. Caxias do Sul: EducS, 1981.

LIGUORI, G.; VOZA, P. (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017. 831p. ISBN: 978-85-7559-535-6.

LÔBO, S. A. **Das formas de controle e disciplinarização à resistência operária no cotidiano fabril: o trabalho na indústria farmacêutica**. In: II Seminário Nacional Trabalho e Gênero, 2008, Goiânia. II Seminário Nacional Trabalho e Gênero, 2008.

MACHADO, M. A. **Submissão e poder: mulheres operárias de Caxias do Sul – 1905 – 1950**. 1993. 212 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

MACHADO, P. P. **A política de colonização do Império**. 1ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Coleção Síntese Rio-Grandense. Edição reimpressa em 2011, 1999. v. 1. 140p.

MARMENTINI, P. A. L. **O fascismo para os colonos: il giornale dell'agricoltore e a divulgação do fascismo entre italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul**. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

MENEGHETTI, G.; SAMPAIO, S. S. **A disciplina como elemento constitutivo do modo de produção capitalista**. *Revista Katalysis*, v. 19, p. 135-142, 2016.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva S/A, 2019.

NUNES, G. M. **O Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul: a Lei de Férias e a burla patronal (1930-1931)**. *Revista Latino-Americana de História*, v. 4, p. 169-184, 2015.

OLIVEIRA JÚNIOR, G. C. de. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. *Revista Org & Demo*, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 159-174, 19 fev. 2021. Faculdade de Filosofia e Ciências. <http://dx.doi.org/10.36311/1519-0110.2020.v21n2.p159-174>.

PESAVENTO, S. J. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS 1889-1930)**. 1. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. v. 1. 279p.

PESAVENTO, S. J. **Trabalho livre e ordem burguesa (Rio Grande do Sul, 1870-1900)**. Revista de História, São Paulo, n.120, p. 135-151, 1989.

PESAVENTO, S. J. **História da Indústria Sul Rio-Grandense**. Guaíba: RIOCELL, 1985. 124p.

RIBEIRO, A. F. **Taylorismo, fordismo e toyotismo**. Lutas Sociais (PUCSP), v.19, 2015.

SANTOS, C. X. **“Eu vos farei pescadores de homen”**: os círculos operários no Rio Grande do Sul (1932-1945). *Historiæ*, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 91–106, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2347>. Acesso em: 15 out. 2023. p. 92-93.

SILVA, H. L. F. da. **Trabalho, formação humana e hegemonia**: as metamorfoses do mundo do trabalho e as políticas de produção. Revista Contemporânea de Educação, v. 10, p. 27-49, 2015.

STORMOWSKI, M. S. **As bases de um século de desenvolvimento**. In: Giron, Loraine Slomp; Nascimento, Roberto R. F. do. (Org.). *Caxias Centenária*. Caxias do Sul: UCS, 2010, v., p. 133-158.

STORMOWSKY, M. S. **Crescimento econômico e desigualdade social**: o caso da ex-colônia Caxias – 1875-1910. 2005. 185f. Dissertação (Mestrado) - UFRGS. Porto Alegre. 2005. TESSARI, Anthony Beux. **Imagens do labor**: memória e esquecimento nas fotografias do trabalho da antiga metalúrgica Abramo Eberle (1896-1940). 2013. 636 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493 p.

TISOTT, R. V. **A família Eberle e o início do desenvolvimento industrial de Caxias do Sul**. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

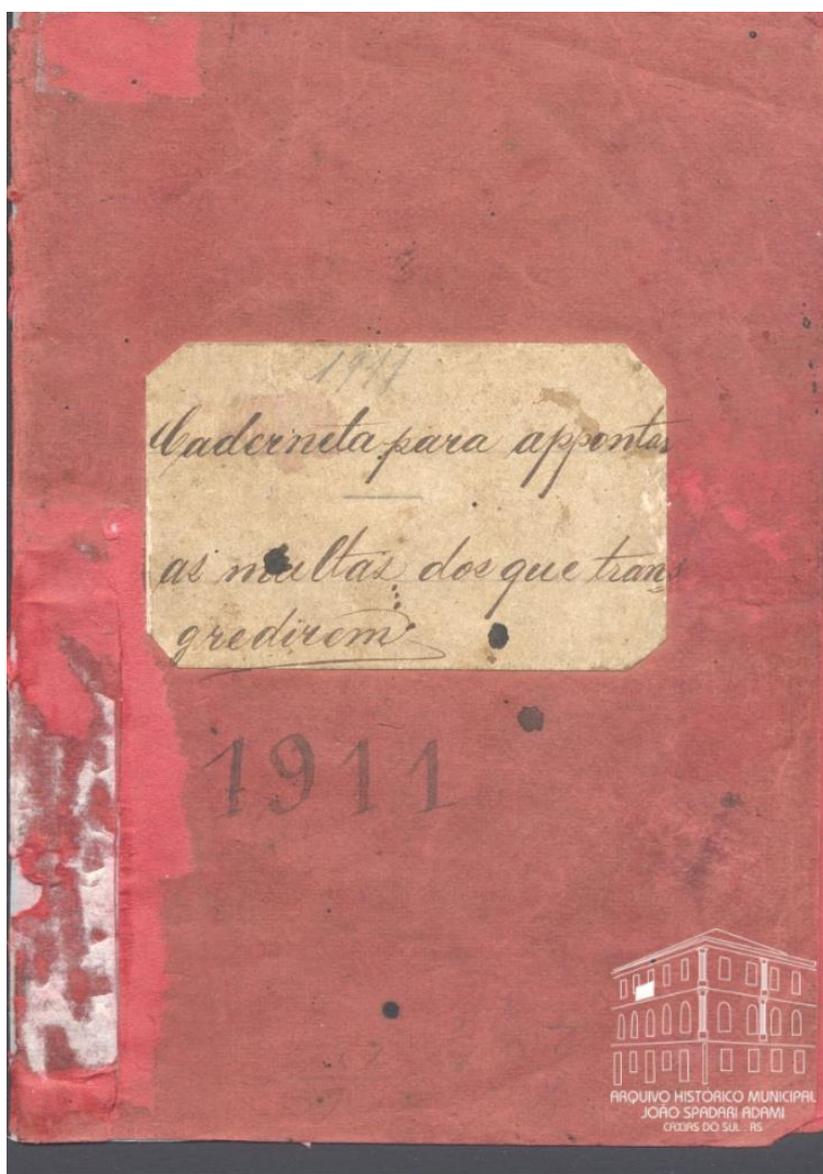
TISOTT, R. V. **FORMAR TRABALHADORES, TRANSFORMAR A SOCIEDADE**: o ensino industrial em três tempos (Caxias do Sul, 1901-1964). 2017. 230 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

TISOTT, R. V. **Pequenos trabalhadores**: infância e industrialização em Caxias do Sul (fim do séc. xix e início do séc. xx). 2008. 222 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

VENDRAME, M. I. **“Não tinha medo dos gringos”**: violência e crime nas regiões de colonização italiana do Sul do Brasil. Revista de História da Unisinos, v. 24, p. 502-515, 2020.

ANEXO

ANEXO I – CADERNO DE MULTAS (CAPA)



Fonte: AHMJSA

ANEXO II – CADERNO DE MULTAS (NOMES E TRANSGRESSÕES)

Vicente Gonçalves		Guilherme Brandt	
Setembro 20	presença na latrina	500	
Outubro 5	ausência na oficina	500	
Setembro 20	fumaça na latrina	500	
Outubro 5	ausência na oficina	500	
Outubro 1	fora da fumada na funerária	500	
14	ausência na funerária	500	
22	foi a latrina fumar	500	
"	" " " " "	500	
"	" " " " "	500	
"	" " " " "	500	
Novembre 8	" " " " "	500	
Maior 28	per açer fumato na latrina	500	
Agosto 11	per açer fumato na latrina	500	
Outubro 27	"	500	

Fonte: AHMJSA

ANEXO III – CADERNO DE MULTAS (LUIZ RECH)



Fonte: AHMISA

